

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ)
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS (CCJE)
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS (FACC)
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA E GESTÃO DE UNIDADE DE INFORMAÇÃO (CBG)

MONICA LEAL LUCHE

O SABER QUE VEIO DO PASSADO: UMA VIAGEM PELAS BIBLIOTECAS E PELAS
PRÁTICAS MONÁSTICAS BENEDITINAS MEDIEVAIS PORTUGUESAS

Rio de Janeiro

2016

MONICA LEAL LUCHE

**O SABER QUE VEIO DO PASSADO: UMA VIAGEM PELAS BIBLIOTECAS E
PELAS PRÁTICAS MONÁSTICAS BENEDITINAS MEDIEVAIS PORTUGUESAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Biblioteconomia e Gestão de
Unidades de Informação da Universidade
Federal do Rio de Janeiro, como requisito
parcial à obtenção do título de bacharel em
Biblioteconomia.

Orientadora: Prof. Dra. Maria Irene da Fonseca e Sá

Rio de Janeiro

2016

Ficha catalográfica

L931s Luche, Monica Leal

O saber que veio do passado: uma viagem pelas bibliotecas e pelas práticas monásticas beneditinas medievais portuguesas. / Monica Leal Luche. – Rio de Janeiro, 2016.

93 f. : il.

Orientadora: Prof. Dra. Maria Irene da Fonseca e Sá.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidade de Informação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017.

1. Bibliotecas Medievais. 2. Portugal Medieval. 3. Práticas de leitura. 4. Ordem Beneditina 5. Medievo 6. História da Leitura 7. Idade Média. 8. Bibliotecas monásticas Beneditinas. I. Universidade Federal do Rio de Janeiro. II. Título.

CDD – 026

MONICA LEAL LUCHE

**O SABER QUE VEIO DO PASSADO: UMA VIAGEM PELAS BIBLIOTECAS E PELAS
PRÁTICAS MONÁSTICAS BENEDITINAS MEDIEVAIS PORTUGUESAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Biblioteconomia e Gestão de
Unidades de Informação da Universidade
Federal do Rio de Janeiro, como requisito
parcial à obtenção do título de bacharel em
Biblioteconomia.

Rio de Janeiro, 9 de janeiro de 2017.

Prof. Dra. Maria Irene da Fonseca e Sá, Dra. em Ciência da Informação – Universidade
Federal do Rio de Janeiro/UFRJ

Prof. Dra. Maria José Veloso da Costa Santos, Dra. em História da Ciência pelo Programa de
História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia/HCTE – Universidade Federal do Rio
de Janeiro/UFRJ

Prof. Dra. Regina Maria Macedo Costa Dantas, Dra. em História das Ciências e das Técnicas
e Epistemologia/HCTE – Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ

Aos meus pais, Walter e Cândida, e a minha tia Janete pela dádiva do recomeço (homenagem póstuma).

AGRADECIMENTOS

Há pessoas que não sabem a que vieram. Perguntam-se a todo tempo, para que nasceram? Pois eu sei muito bem qual o propósito para que eu tenha nascido no Planeta Azul: vim para formar uma família e a ela me dedicar, para ter filhos e deles fazer seres humanos felizes e realizados. Isso em nada impede que me realize pessoalmente e que busque meus próprios desafios individuais e é isso que o curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidade de Informação da UFRJ representa para mim, e estou muito feliz de tê-lo realizado.

Mas como o caminho nunca se caminha só, tenho o privilégio de compartilhá-lo com o homem que o trilha comigo há vinte cinco anos, Geraldo Magela, e ao qual preciso agradecer pelo companheirismo e pela cumplicidade em todos os momentos dessa escolha, e que um dia me disse “- Se você vier pro que der e vier comigo. Eu lhe prometo o sol....se hoje o sol sair ou a chuva... Se a chuva cair...Se você vier até onde a gente chegar...” (Dia *Branco*, de Geraldo Azevedo), e cumpriu a promessa, pois juntos nós concebemos o sol de nossas vidas que são Pedro Henrique e João Vitor, meus amados filhos, e chegamos unidos, nós quatro, a esse dia que será não a conclusão de uma etapa, mas o começo de um novo momento em nossas vidas.

Ao meu amado Pedro Henrique eu sou grata e devedora por todos os seus esclarecimentos e orientações sobre a Administração quando “o bicho pegava” e estava difícil de entender os conteúdos. Generoso, engraçado, justo, protetor, sempre se mostrando interessado pelas minhas descobertas e pronto a trocar suas experiências com sua velha mãe, pois chega aquele momento no qual os papéis se invertem e a gente se vê ouvindo conselhos ao invés de dá-los. E nesse momento você tem a certeza de que fez bem “o dever de casa”. Eu o agradeço pelo “olho no olho” que a gente sempre teve, pelo amigo com o qual eu posso contar em todos os momentos de minha vida e que, como eu, está iniciando uma carreira como o profissional íntegro e admirável no qual ele se tornou.

Ao meu amado João Vitor eu agradeço a inspiração, o sopro de vida que sete anos depois do nascimento do nosso primogênito veio trazer a juventude e o futuro, unindo ainda mais a nossa família. Que embora tão jovem, sempre me presenteou com o seu raciocínio rápido e coerente, que me serve de exemplo para “descomplicar o mundo”, me ensinando, embora nem mesmo ele saiba o quanto, que “uma mente quieta” e “um coração tranquilo” podem resolver qualquer problema. Agradeço por todas as vezes que, com interesse sincero, me abraça e beija e me pergunta: “-Como foi seu dia hoje? ”. Por seu amor e amizade, pela sua confiança, por compartilhar suas opiniões e por apoiar, de forma franca como só a

juventude pode fazer, as escolhas e os desafios impostos pela minha decisão de voltar a estudar.

A bússola que me mostra o Norte para o qual seguir, o senso de família, contudo, foi construída há muito tempo, num tempo no qual éramos crianças, eu e minha irmã *siamesa*, cuja conexão espiritual é tão grande que uma sabe quando a outra está feliz ou triste, serelepe ou preocupada, sem que nem mesmo possamos nos ver. E, é claro, que depois dessa percepção extra-sensorial, a gente se fala, e muito tempo, pelo telefone! A minha irmã Solange, eu agradeço pelo fato dela ser minha cara metade fraternal, como eu costumo dizer: minha amiga, minha mãe, minha irmã, meu porto seguro! Com a qual o assunto nunca acaba e que compartilhou do “assunto faculdade” durante esses quatro anos com uma tamanha solidariedade que posso dizer que ela também tem a “mosquinha da Biblioteconomia” na sua mente! Agradeço as minhas amadas sobrinhas, Bruna e Beatriz, que as tenho como minhas próprias filhas, por todo apoio e entusiasmo que sempre demonstraram com a “dinda” na faculdade! Pelas palavras de carinho, pela cumplicidade estudantil, pelos abraços e declarações de amor que sempre me impulsionaram a seguir adiante; pelos seus exemplos de coragem e independência que sempre me motivaram. Também agradeço ao meu querido cunhado, Irineu, cujo amor e dedicação a sua família, sempre me cativaram e com o qual sempre pude contar quando, muito cansada com a rotina do dia a dia, ia me refugiar em sua casa, na qual sempre fui tratada como rainha.

Nesse agradecimento, há uma jovem a qual não posso deixar de fora. Trata-se de uma pessoa que conheci por intermédio de meu filho Pedro Henrique: sua namorada e minha amiga Flávia. Essa pessoa linda, como costumo dizer, por dentro e por fora, sempre foi uma das minhas maiores incentivadoras e seu carinho e generosidade ao ouvir sobre minha rotina e disciplinas de faculdade, procurando sempre acrescentar sua perspicaz opinião, me dão a certeza de que sua amizade é sincera e eu agradeço pelo seu convívio que é fonte de alegria e nos rende muitos ótimos momentos: “o amor verdadeiro chegou! ”

Mas tem aquelas pessoas que você quer “ ao seu lado na hora da batalha”, aquela que você considera “seu fiel escudeiro”, é meio assim como “um por todos e todos por um”, como os Três Mosqueteiros. Pois é, essas pessoas são minhas fiéis amigas, companheiras de luta, pessoas de carne e osso, de mentes e de corações fortes: Grayce e Nazareth! Nos conhecemos pelo tom da voz, pelas expressões do rosto que às vezes querem esconder os reais sentimentos para não “incomodar o outro”, embora sejamos transparentes umas para as outras. Rimos juntas, reclamamos juntas, nos divertimos juntas e mais...estudamos muito. Foram muitos trabalhos de grupo, muita divisão de tarefa, muita confiança e admiração uma pela outra e,

como nas veias corre muito sangue porque não dizer, muito debate para defender cada uma sua opinião pois somos todas muito “sabidas”. Mas o que prevalece no final é a amizade e a união sem a qual seria impossível nos mantermos na melhor vibração que nos acompanha até o fim. Agradeço aos “D’Artagnan” que encorpam nosso trio, aos amigos queridos que também sempre fizeram parte da nossa vida acadêmica e que nunca esquecerei: Aline, Brisa, Edgar, Erica, Fabiane, Flávia, Gabriela, Isabele, Jackeline, Juliana, Kelly, Larissa, Lizandra, Marcia, Maria Cecília, Mariana Coutinho, Mariana Silveira, Mayara, Nathalia, Rodrigo, Raquel, Reginaldo, Shana e Thaís.

Agradeço a todos os familiares e amigos sinceros, em especial a minha tia Dulcecléa, a minha prima Adriana e seu filho Kleber, aos primos Júlio César e Sergio Luís, aos que estão pertinho ou em outras cidades ou estados, mas que sempre torceram por mim e pelo meu sucesso e que tenho certeza estarão vibrando com o cumprimento de mais uma etapa.

Agradeço aos queridos professores pela dedicação e entusiasmo com os quais sempre nos presentearam e principalmente aos meus orientadores, André Vieira de Freitas Araújo e Maria Irene da Fonseca e Sá que com olhar apurado e incontestável competência conduziram a orientação de modo que este trabalho, que culmina com a conquista do grau de bibliotecária, pudesse nele ter depositado o meu melhor.

E finalmente, para fechar com “chave de ouro”, agradeço à força superior, à Deus, que dispensa maiores apresentações por simplesmente ser o resumo de tudo que move o mundo: Amor.

Aqui. Hoje.

Já somos o esquecimento que seremos.

*A poeira elementar que nos ignora
e que foi o ruivo Adão e que é agora
todos os homens e que não veremos.*

*Já somos na tumba as duas datas
do princípio e do término, o esquife,
a obscena corrupção e a mortalha,
os ritos da morte e as elegias.*

*Não sou o insensato que se aferra
ao mágico sonido de teu nome:
penso com esperança naquele homem
que não saberá que fui sobre a Terra.*

*Embaixo do indiferente azul do céu
esta meditação é um consolo.*

(Jorge Luís Borges, 1996, não paginado)

RESUMO

O trabalho traz como tema central a Biblioteca Medieval e o objeto de estudo são as bibliotecas monásticas beneditinas medievais portuguesas durante principalmente a Alta Idade Média. O objetivo do trabalho, portanto é realizar uma reflexão sobre estas, partindo para um debate sob as seguintes perspectivas: formação, tipologia de acervo, organização e leitura. O campo empírico escolhido é o bibliográfico e documental, tendo um caráter predominantemente histórico. Pesquisou-se autores clássicos e significativos que estudam sobre o tema. Usou-se nessa pesquisa, como metodologia, técnicas de coleta e análise de dados e foram utilizados livros e materiais em suportes eletrônicos que se buscou em bibliotecas físicas e em bases de dados virtuais. A técnica de coleta foi desenvolvida com a busca pelo tema representado pelas palavras-chave às bases de dados no idioma português. Esta pesquisa procura o entendimento do paradigma de conservação nas bibliotecas medievais, mostrando-nos sua importância na salvaguarda de coleções e manutenção da memória deste período. Os resultados pretendem identificar as formas de tratamento dadas à informação e à dinâmica nas bibliotecas monásticas beneditinas medievais portuguesas durante principalmente a Alta Idade Média.

Palavras-chave: Bibliotecas Medievais. Portugal Medieval. Práticas de leitura. Ordem Beneditina. Medievo. História da Leitura. Idade Média. Bibliotecas monásticas Beneditinas.

ABSTRACT

The work brings as its central theme the Medieval Library and the study object are the Portuguese medieval Benedictine monastic libraries mostly during the High Middle Ages. The goal of the work, therefore, is to make a reflection about them, heading to a debate under the following perspectives: formation, typology of collection, organization and reading. The chosen empirical field is the bibliographical one, and the documental one, having a character predominantly historical. It was researched classic and significant authors that study this theme. It's been used in this research, as methodology, techniques of data collecting and analysis. It was used books and online materials, which were gotten from physical libraries and virtual databases. The collecting technique was done by searching about the studied theme, represented by the key words, in databases, using Portuguese as language. This research seeks the understanding of the paradigm of conservation in the medieval libraries, showing us its importance in the safeguard of collections and the maintenance of this period's memories. The results are supposed to identify the way information and Portuguese medieval Benedictine monastic libraries during mostly the High Middle Ages' dynamics were treated. Key words: Medieval Libraries. Medieval Portugal. Reading Practices. Benedictine Order. History of Reading. Middle Ages. Benedictine monastic libraries

Keywords: Medieval Libraries. Medieval Portugal. Reading Practices. Benedictine Order. History of Reading. Middle Ages. Benedictine monastic libraries

SUMÁRIO

| | | |
|----------|--|-----------|
| 1 | INTRODUÇÃO..... | 10 |
| 1.1 | JUSTIFICATIVA..... | 12 |
| 1.2 | OBJETIVO GERAL..... | 13 |
| 1.3 | OBJETIVOS ESPECÍFICOS..... | 14 |
| 2 | METODOLOGIA DE PESQUISA..... | 15 |
| 2.1 | CAMPO DE PESQUISA..... | 15 |
| 2.2 | TÉCNICAS DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS..... | 15 |
| 2.3 | POPULAÇÃO/AMOSTRA..... | 15 |
| 3 | REFERENCIAL TEÓRICO..... | 17 |
| 3.1 | O PAPEL DOS MOSTEIROS COMO FONTE DO SABER..... | 17 |
| 3.2 | A GÊNESE DOS MOSTEIROS MEDIEVAIS DA GALÉCIA..... | 17 |
| 3.3 | OLHANDO PARA O MEDIEVO E PORTUGAL NA IDADE MÉDIA: ORGANIZAÇÃO POLÍTICA, RELIGIOSA E SOCIAL..... | 22 |
| 4 | A PESQUISA..... | 26 |
| 4.1 | A ORDEM BENEDITINA E SUAS VERTENTES NO OCIDENTE..... | 26 |
| 4.2 | O LIVRO NA IDADE MÉDIA..... | 32 |
| 4.3 | A ORGANIZAÇÃO DAS BIBLIOTECAS MEDIEVAIS..... | 43 |
| 4.4 | LEITURA E LEITORES | 55 |
| 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 65 |
| | REFERÊNCIAS..... | 68 |
| | ANEXO A – TRANSCRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES SOBRE CATÁLOGOS E INVENTÁRIOS DE TIBÃES..... | 74 |
| | ANEXO B – PLANTA DO MOSTERIO DE SÃO MARTINHO DE TIBÃES 1ª PARTE..... | 80 |
| | ANEXO C – PLANTA DO MOSTEIRO DE SÃO MARTINHO DE TIBÃES 2ª PARTE..... | 81 |
| | ANEXO D – TRANSCRIÇÃO DA LEGENDA DAS NOTAS SOBRE OS ESPAÇOS DA PLANTA..... | 82 |
| | ANEXO E – FOTOS DO MOSTEIRO DE SÃO MARTINHO DE TIBÃES..... | 86 |

1 INTRODUÇÃO

Ao considerar-se o quão efêmero são os momentos se comparados a todos os fatos que os antecederam e tantos outros que estarão por vir, estar-se-á diante daquela fração de segundo que não mais irá voltar. Assim também o são as passagens da história. O que acontece no momento presente, nunca mais irá se repetir, pode-se viver alguma coisa parecida, mas igual será impossível. Olhar para o passado traz a pseudo sensação de poder revivê-lo e o mais delicioso, de poder senti-lo e estudá-lo de modo que assim possa-se desvendar seus segredos e particularidades. Entrar em contato com a Idade Média através dessa pesquisa, não só propicia o melhor entendimento de um período que nada teve de Idade das Trevas, como se atribui injustamente a ele, mas permite o contato com a religiosidade e erudição de figuras como Santo Agostinho, Cassiodoro, São Bento, Santo Ambrósio, Santo Isidoro e outros tantos que tiveram suas vidas marcadas pela dedicação à rotina de orações, leituras, trabalho e reclusão. O grande êxtase dos religiosos que se isolavam em mosteiros, compartilhando uma vida dura de renúncia, era o encontro com Deus. O trabalho dos copistas, dos leitores, dos monges tradutores, dos que talentosamente trabalhavam nas iluminuras convergiam para o cultivo do conhecimento assim como os menos providos de tais talentos cuidavam das plantações e das tarefas mais humildes. Nos mosteiros os dias corriam em paralelo à vida mundana que acontecia fora de seus muros e dentro do ambiente eclesiástico a biblioteca era uma guardiã dos tesouros representados através do conhecimento herdado da Antiguidade e a produção da própria Idade Média.

A queda do domínio do Império Romano e a expansão do Cristianismo, tendo esse sido aceito por vários povos bárbaros que habitavam a Península Ibérica, inicia um período de reaproximação da então já existente Igreja Católica Apostólica Romana aos recentemente convertidos povos habitantes das terras peninsulares. A esse movimento está ligada a criação do Estado português, cujo território mantinha inúmeros mosteiros nos quais a Regra de São Bento foi introduzida com o propósito de instituir uma base para a sua administração por intermédio de regras para vida espiritual e cotidiana nas comunidades monásticas. As bibliotecas sempre foram representativas do conhecimento e da memória de uma cultura, fato esse que fica evidenciado no alvo que elas representam aos invasores que ao avançarem seus domínios quase sempre as destroem e saqueiam, levando seu conteúdo a toda sorte de destinos.

Esse assunto leva a estudar as práticas das bibliotecas dos mosteiros beneditinos medievais portugueses e assim será visto ainda mais e perto uma ordem religiosa que

atravessou os mares e veio estabelecer-se no Brasil. Portanto o encontro com esse passado místico, com o imaginário construído por intermédio das falas dos estudiosos e historiadores do assunto é de certa forma um encontro com a religiosidade dentro de cada um.

A despeito do tempo transcorrido, registrado por séculos e séculos, não se pode subestimar a influência do passado, cuja motivação de perpetuidade de sua cultura sempre levou os homens a registrarem sua história. Assim sendo, a própria “escrita da História”, se toma emprestada a expressão do título do livro organizado por Peter Burke. Portanto, a busca por esses registros, que entre outros tipos de suportes, estariam marcados nas páginas dos livros medievais e que por sua vez estariam depositados nas prateleiras das bibliotecas coloca a ambos como objetos de estudo dos arqueólogos. E servirão de embasamento aos estudiosos que, como os da Biblioteconomia, se interessem pela importante história dos livros e das bibliotecas como fonte de conhecimento.

O tema da presente pesquisa, portanto é a Biblioteca Medieval e o seu objeto de estudo são as bibliotecas monásticas beneditinas medievais portuguesas principalmente da Alta Idade Média por entender-se quão significativa foi o seu papel na salvaguarda do saber do mundo ocidental e de como práticas hoje exercidas no fazer biblioteconômico tiveram sua gênese nesse período. Como problema de pesquisa, portanto, buscou-se responder a seguinte pergunta: “Quais os aspectos e características das bibliotecas monásticas beneditinas medievais em Portugal durante principalmente a Alta Idade Média, sob as seguintes perspectivas: formação, tipologia do acervo, organização, leitura e leitores?”

O referencial teórico se debruça na História Medieval, com um olhar direcionado às terras Peninsulares, portanto abordar-se-á o tema dos Mosteiros Medievais da Galécia, bem como será lançado um olhar ao contexto português na Idade Média com o intuito de situar o leitor sobre os primeiros movimentos feitos pelo braço da Igreja Católica para ocupação das terras que posteriormente formariam o Estado de Portugal. Recorreu-se principalmente à Jose Mattoso, historiador português, que direciona a narrativa. Na pesquisa propriamente dita, portanto, tratar-se-á das bibliotecas monásticas beneditinas em Portugal a qual falará sobre a instauração da Regra de São Bento e de como ela passa a se estabelecer como conduta nos mosteiros daquele lugar, bem como das ordens religiosas monásticas de Cluny e Cister que se tornaram representativas nesse período. Será descrita, pois, essa etapa baseando-se em Georges Duby, José Mattoso e Jorge Vitor de Araújo Souza. Para que possam ser cumpridos os objetivos sobre a realização de uma reflexão inicial sobre as bibliotecas monásticas beneditinas medievais em Portugal principalmente durante a Alta Idade Média, partindo para um debate sob as perspectivas de sua formação, tipologia de acervo, organização e leitura,

esta pesquisa irá adiante com a descrição do livro na Idade Média, a organização das bibliotecas medievais, passando pelas práticas da leitura e seus leitores. O Medievo se estendeu por mil anos, portanto para chegar-se ao recorte de tempo que pretendemos é preciso transitar por vários séculos que o antecedam e que o sucedam para que se possa alcançar a meta. Importantes autores foram consultados com esse intuito estando entre eles estudiosos e medievalistas como Jacques Le Goff, Wilson Martins, Albert Manguel, Andre Vieira de Freitas Araujo, Ingetraut Dahlberg, Giulia Crippa entre outros, que orientarão na construção do universo medieval.

1.1 JUSTIFICATIVA

Para entender a realidade contemporânea das bibliotecas de uma forma geral tem-se que investigá-las historicamente inclusive olhando para o Medievo.

Esta pesquisa trará contribuições, ou assim se espera, para o entendimento do paradigma de conservação nas bibliotecas medievais, mostrando sua importância na salvaguarda de coleções e manutenção da memória deste período.

Para a Biblioteconomia como ciência, tal estudo trará a oportunidade de identificar as formas de tratamento que eram dadas à informação e à dinâmica nas bibliotecas monásticas beneditinas medievais portuguesas durante principalmente a Alta Idade Média. As bibliotecas monásticas eram verdadeiros tesouros dos mosteiros, portanto estudá-las traz uma enorme contribuição no que diz respeito a sua gestão sobre práticas e tratamento dedicado ao zelo do conhecimento de uma época.

A inspiração para esse trabalho surgiu da curiosidade e atração pela forma como outrora os homens tratavam do conhecimento e do desejo em conhecer melhor esse período que vem cercado, inúmeras vezes, do misticismo que alimenta, por exemplo, os romances literários. Durante a faculdade, a possibilidade de lançar um olhar crítico sobre as diversas disciplinas oferecidas deu-me a oportunidade de admirar as questões históricas que nos aproximam um pouco mais dos primeiros bibliotecários eruditos do passado. Aproveitar-me dessa interdisciplinaridade oferecida pelo curso muito me gratifica, e compartilho humildemente da opinião de José Mattoso quando o mesmo diz

Porque a história não é apenas o discurso sobre o passado, é sobretudo tentativa de compreensão do mundo na sua dimensão temporal, passado e presente. E sem a compreensão viva do outro não me parece possível fazer reviver os vestígios mortos do passado, para descobrir neles a sua relação com o presente. ” (MATTOSO, 1985, p. 10).

A secção das fases feita para a explicação de uma linha temporal dividindo a história em três idades, Antiga, Idade Média e Moderna, é muito mais didática, levando em consideração o ponto de vista do qual observa-se o passado, conceitos tais que começam a surgir no século XVI para descrição da história do Ocidente (LE GOFF, 1990), contudo essas etapas sobrepõem-se umas às outras construindo nosso presente como a um mosaico no qual cada pedacinho representa um momento da humanidade. Portanto ao mergulharmos na história das bibliotecas medievais estaremos mais bem preparados como profissionais para entender nossa época presente ao considerarmos a prática dessas Instituições.

Desde a pré-história, cuja a delimitação é dada por tratar-se de um período anterior à escrita, os homens representam e simbolizam suas experiências através da arte rupestre cujos desenhos eram marcados nas rochas de cavernas ou em locais ao ar livre. Certamente, por mais primitivos que fossem, lugares especiais a eles eram escolhidos para sua produção e localização. Muito tempo depois, as bibliotecas como repositórios surgiram, antes dos livros, para atender à necessidade de reunião do conhecimento e da história de um povo e não é de admirar que as bibliotecas da Antiguidade fossem um misto de museus. O livro ao longo do tempo assumiu várias formas materiais correlacionadas à tecnologia de sua época. Assim como a história do livro também as bibliotecas, sob administração de seus bibliotecários, têm que estar atentas a essas necessidades de readaptação funcional, tecnológica e ideológica, escrevendo também sua própria história. Todos esses esforços irão levar ao paradigma atual da Biblioteconomia que é a informação, salvo nossos centros de memória cujas práticas cobrem outros objetivos tais como os objetivos das bibliotecas Monásticas da Idade Média, e culminar no leitor, no nosso usuário. Os estudos da Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação se fazem, portanto, muito significativos, pois lançam um olhar sobre todo contexto evolutivo do ‘livro’ sem supor que a informação deva estar devidamente classificada, descrita e indexada, ou seja, que essa mesma informação tenha sido tratada como ‘coisa materializada’ para que se possa recuperar, representa o âmago da questão. Se por um lado desafia-se o novo da história, por outro lado, o mais pragmático, olha-se tecnicamente para o contexto. Assim, os estudos monásticos remetem à observação de práticas como a Regra de São Bento cuja associação à espiritualidade era inerente e revela um senso administrativo de conduta rigoroso, provando quão importante era a tarefa de gestão dos mosteiros.

1.2 OBJETIVO GERAL

A pesquisa traz como objetivo realizar uma reflexão inicial sobre as bibliotecas monásticas beneditinas medievais em Portugal durante principalmente a Alta Idade Média, partindo para um debate sob as seguintes perspectivas: formação, tipologia de acervo, organização, leitura e leitores.

1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Os objetivos específicos da pesquisa são:

- Pensar a respeito do quadro contextual sob os aspectos sociais, culturais e históricos no qual estão inseridas as bibliotecas monásticas de Portugal na Idade Média.
- Discorrer sobre a introdução e prática da Regra de São Bento nos mosteiros Medievais e a história de seu surgimento em Portugal.
- Refletir sobre o paradigma da conservação da história das bibliotecas monásticas que serve às bibliotecas patrimoniais como referencial na sua concepção e organização nos dias de hoje.

2 METODOLOGIA DE PESQUISA

Para conhecer o universo das bibliotecas monásticas beneditinas medievais de Portugal durante principalmente a Alta Idade Média, será usada nesta pesquisa como metodologia técnicas de coleta e análise de dados de um determinado campo e será eleita uma população que permita essa análise. As próximas subseções tratarão dessas questões.

2.1 CAMPO DE PESQUISA

A pesquisa está baseada nos campos bibliográfico e documental, tendo um caráter predominantemente histórico. Serão utilizados livros e materiais em suportes eletrônicos que serão buscados em bibliotecas físicas e em bases de dados virtuais.

2.2 TÉCNICA DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS

A técnica de coleta foi desenvolvida com a busca pelo tema representado pelas seguintes palavras-chave às bases de dados no idiomas português: “Bibliotecas Medievais”; “Portugal Medieval”; “Práticas de leitura”; “Ordem Beneditina”; “Medievo”; “História da Leitura”; “ Idade Média”; “Bibliotecas Monásticas Beneditinas”, “Manuscritos Medievais”, “Codicologia”, “Codicologia portuguesa”, “Codicologia Medieval”, “Leitura Medieval” bem como pela leitura atenta e interessada do material que aborda tais conteúdo. Essa busca tem como uma de suas principais bases a Base Minerva, cuja a consulta ao acervo da rede de bibliotecas da Universidade Federal do Rio de Janeiro, tem se mostrado bastante fértil ao tema, bem como consulta às bases de dados de conteúdo virtuais como a Google Acadêmico, Google e a BRAPCI. Nessa busca por material pertinente aos assuntos desenvolvidos vale mencionar o serendipismo, com o qual é possível surpreender-se tanto quando na procura pelas prateleiras da biblioteca como rodando o cursor do *mouse* na pesquisa dos títulos de artigos de periódicos científicos, teses, dissertações ou publicações em eventos.

2.3 POPULAÇÃO E AMOSTRA

Pelas características do campo escolhido, como amostra de pesquisa foi selecionado conteúdo bibliográfico e artigos científicos sobre áreas da História, Biblioteconomia e sobretudo História do Livro e das Bibliotecas. O intervalo das datas das publicações não foi estabelecido pois não foram desprezadas publicações mais antigas que pudessem enriquecer o

trabalho bem como enfoques mais contemporâneas sobre os assuntos. Buscou-se autores clássicos e significativamente talentosos que estudassem sobre o tema.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesse trabalho o referencial teórico será apresentado em duas seções de modo a apresentar de forma mais detalhada seu conteúdo. Serão apontados conceitos que fundamentarão os debates e as relações que serão estabelecidas entre eles.

3.1 O PAPEL DO MOSTEIRO COMO FONTE DO SABER

Os mosteiros na sua forma física representavam o domínio cristão e em sua biblioteca se guardava o poder divino, expresso por conhecimento que estava na mão dos monges. Portanto será visto a seguir como decorreu a chegada dos primeiros mosteiros às terras portuguesas.

3.2 A GÊNESE DOS MOSTEIROS MEDIEVAIS DA GALÉCIA

Com o objetivo de situar o presente trabalho numa linha temporal sobre o aparecimento dos mosteiros da Idade Média basear-se-á em Mattoso (1985), ao comentar brevemente sobre a passagem de São Martinho de Dume¹ e sobre as correntes monásticas de sua época.

O território da Península Ibérica por volta do século V, era palco de muitas disputas e invasões de bárbaros. Esse território pós-romano, mais especificamente a Galécia pertenceu ao Reino Suevo² e posteriormente ao Reino Visigótico³. Diversas correntes religiosas já se estabeleciam atravessando o Mediterrâneo e o Ocidente, e os Suevos, que haviam se fixado ao Noroeste da Península, cujo reinado intercalava períodos de expedições agressivas e relativa calma, não mantinham uma relação pacífica nem com os hispanos-romanos que habitavam as cidades, nem com os indígenas dos campos, cujas práticas estavam ligadas à religiosidade pagã (MATTOSO, 1985). Nessa época o monaquismo já era adotado por diversas civilizações e suas características, com a conquista peninsular, eram difundidas e fundidas ao monaquismo estruturado das comunidades eclesiais católicas.

¹ Martinho de Dume foi um bispo de Braga e de Dume, considerado santo pela igreja católica, que nasceu na Panónia, atual Hungria, no século VI. Ficou conhecido como apóstolo dos suevos, por ter sido considerado o maior responsável pela conversão desse povo ao catolicismo.

² O Reino Suevo foi um reino pós-romano, que habitava o noroeste da península Ibérica entre 411 a 585 d.C. Povo de origem germânica, que durante a invasão das províncias romanas da Galécia, fizeram de Braga sua capital. Em 585 d. C. são conquistados e seu reino anexado ao Reino Visigótico.

³ O Reino Visigótico foi um Estado germânico que ocupou o sudoeste da Gália (atual França) e a península Ibérica do século V-VIII. Em 589 d. C. convertem-se à fé católica.

A Igreja Católica contou com um importante embaixador que foi São Martinho chegando à Galécia em 550 d. C. com o intuito de evangelização e fundando a igreja e mais tarde mosteiro de Dume do qual tornou-se abade. Elevado a bispo, ganha a Diocese de Dume. “Foi um dos homens mais eruditos do seu tempo. Viajou jovem para lugares santos e, nomeadamente na Palestina, conheceu a vida dos eremitas do deserto e de outros religiosos. ” (CANÓNIGOS, 2011, não paginado). Seu mais notável ato foi a convocação do II Concílio de Braga⁴, em 572 d. C., no qual suas ações pastorais seguiram até a data de sua morte em 579 d. C. (MATTOSO, 1985).

Naquela época São Martinho de Dume “[...] teria trazido para esta longínqua província mal romanizada, a solidez da cultura romana, o respeito pela autoridade papal, o conhecimento do grego, a administração pelos Padres do Deserto⁵, a conciliação do mundo monástico com a responsabilidade pastoral. ” (MATTOSO, 1985, p. 85). Preocupou-se em traduzir ele mesmo do grego para o latim as sentenças dos Padres do Deserto, guiado por um cunho moralizante combatendo o paganismo e os erros. Alguns indícios levam a crer que essas obras organizadas já por temas teriam sido traduzidas por ele e por seu discípulo Pascásio inspirados pela corrente do monaquismo egípcio. Muito embora outros clérigos já estivessem empenhados em traduzir para o latim alguns dos textos desses padres e estas traduções já circulassem e fossem muito bem recebidas pelos cristãos convertidos. Justamente por isso empenha-se na tradução, para uma língua acessível aos discípulos, de um texto que forneça a eles dados mais fundamentais da espiritualidade anacoreta oriental ou seja a espiritualidade dos monges cristãos ou eremitas. Os fundamentos espirituais que vinham desta obra eram destituídos de sistematização e não construíam um corpo doutrinal mas inspiravam pureza e espontaneidade fato esse importante para condução da iniciação dos monges que em sua maioria eram muito rudes, segundo Mattoso. São Martinho encontrou no meio rural, embora com pouca cultura clássica, terreno fértil à austeridade da liturgia solene (MATTOSO, 1985). Era grande, portanto a influência que o oriente monástico exercia sobre cristãos do ocidente. Será dito, portanto, mais um pouco sobre esses padres. Segundo Guy (1985), por volta do século IV e V alguns homens partiam para o deserto oriundo de suas comunidades cristãs localizadas nas cidades e angariaram, pouco a pouco, discípulos de todas

⁴ II Concílio de Braga foi o encontro de autoridades eclesiásticas no ano de 572 d. C. no qual revelou-se a “[...]distribuição relativamente uniforme das sedes ‘paroquiais’ pelos vastos territórios diocesanos, desenhando uma rede que assegurava a cobertura da totalidade dos territórios. ”, (FONTES; MARTINS; RIBEIRO; CARVALHO, 2010, p. 260), e, por conseguinte a organização da Igreja.

⁵ Os Padres do Deserto foram os primeiros monges da Igreja Católica, modelo do monasticismo cristão que se originou das comunidades monásticas informais destes monges eremitas; eram grupos de cenobitas e eremitas que no século IV se estabeleceram no deserto Egípcio. As tradições iniciadas no deserto por esses padres serão influência posterior à Regra de São Bento, no Ocidente. (GRÜN, 2012 apud BERNARDES, 2013, f.15).

as partes. Alguns deles, como exemplo o de nome Arsênio, ocupava cargo de destaque na corte imperial, contudo a maioria deles era de origem simples. Eram alguns deles jovens, outros abandonavam seus ofícios e família, havia também aqueles que abandonavam a vida errante e se juntavam aos padres do deserto. O que havia começado como uma experiência de individualidade e excentricidade, dá lugar a ‘centros monásticos’, constituídos por colônias. Habitavam cabanas e grutas durante a semana e de sábado para domingo, '[...] se encontrariam na igreja e nas dependências desta para, em conjunto, cantarem o ofício noturno, celebrarem a Eucaristia e fazerem algumas gestões necessárias. ” (GUY. 1985, p. 6). Frente ao aumento populacional desse movimento, havia um problema pois não existiam normas pré-estabelecidas com as quais pudessem manter o convívio respeitando a necessidade de solidão que os havia unido. Com o intuito de atender às necessidades práticas de ordem material não descuidando do espírito surgiram algumas tentativas de ordem administrativa.

O princípio era, pois, que cada um devia viver do seu trabalho manual, não um trabalho qualquer, mas um trabalho que fosse compatível não só com as possibilidades do deserto, mas também com as exigências da oração contínua e do recolhimento. Fabricava-se, portanto, com os recursos econômicos, cestos, cordas, esteiras que o ecônomo da colônia era encarregado de vender, para obter em troca alguns produtos. (GUY, 1985, p. 6).

Mas ao mesmo tempo que se afastavam da vida cristã da cidade, não queriam a vida conventual, cujo modelo faz com que todos vivam juntos. Convivem, portanto, com paradoxo e surge uma nova ‘pedagogia espiritual’, como a chama o autor. Duas linhas de força são seguidas: a primeira que se refere a forma de vida em companheirismo que incumbe aos mais velhos os ensinamentos aos mais jovens e recém-chegados, no qual este deverá viver como o ancião, não somente a considerar sua idade mas principalmente a sua experiência frente às práticas do deserto. Essas etapas dos ensinamentos estarão repletas de lições de renúncia, para alcançar, através da leitura da Escritura que iluminará o seu caminho, o nível de ‘homem espiritual’. A segunda, diz respeito à palavra que traz os ensinamentos do ancião, e que será ouvida com fé.

Certamente não a uma palavra qualquer, mas àquela que coloca em diálogo dois homens ávidos da vontade de Deus: um velho exercitado no discernimento e um discípulo que nada mais deseja do que achar os caminhos da salvação. Nessa perspectiva, a palavra dita pelo ancião ao seu discípulo que a vem solicitar [...] é considerada como carismática. (GUY, 1985, p.8).

Tais palavras eram proferidas pelos homens, que na sua maior parte eram iletrados, aos discípulos e seus interlocutores e partilhadas oralmente e deveriam ser guardadas na memória.

Com o intuito de que houvesse o seu melhor compartilhamento e sua comunicação elas foram escritas e em tão grande número que houve a necessidade de sua classificação para que fossem encontradas. Para tanto, dois tipos de classificação foram utilizados: “[...] ou se classificavam as sentenças por autor, segundo a ordem das letras do alfabeto grego ou se organizavam numa vintena de capítulos, correspondente a outras tantas virtudes ou práticas da vida do deserto.” (GUY, 1985, p. 9). Esses escritos foram recopiados nas línguas da Igreja antiga e Medieval. O curioso é que o escriba não somente as copiava como também agia como um autor no momento em que juntava ou suprimia peças segundo as oportunidades, reorganizando até coleções para servir melhor aos seus propósitos.

Foram esses textos, portanto largamente utilizados pela Igreja, tanto oriental como ocidental, agrupados a princípio de forma desordenada não refletiam uma organização que primasse pela coerência. Contudo as sentenças e relatos desses autores sobre seus personagens, que seriam seguidos como verdadeiros mestres considerados carismáticos, inspiravam seus seguidores ao diálogo pessoal, que passam a dar atenção a um ou outro personagem. Quando transcritas há, portanto, a influência dos seus compiladores que mais uma vez passam a constituir seus autores, pois acabam por agrupar tais sentenças em uma série de capítulos que descrevem as etapas do crescimento segundo o Espírito, cuja prática já constitui em si uma interpretação. “ A função da coleção torna-se então menos a de pôr em relação com alguém do que a de fazer surgir uma doutrina.” (GUY, 1985, p. 10).

Essas leituras, mais tarde, passarão a fazer parte da vida comunitária exercida nos mosteiros, já organizadas suas traduções latinas segundo um plano metódico, saídas do deserto e da solidão para serem ouvidas e motivarem a reflexão durante as refeições. Com o surgimento dos primeiros doutores da espiritualidade monástica, toda base dos escritos dos padres do deserto serve como suporte para a fundação da espiritualidade apoiando-a em uma tradição experimentada. A evolução que sofre do individual e oral ao escrito e universal assegura também a evolução da espiritualidade (GUY, 1985). “A literatura dos desertos do Egito não é, decididamente, uma literatura como as outras. Para ser compreendida em toda a sua profundidade e sentido, é preciso remontar ao tempo, às etapas dessa evolução.” (GUY, 1985, p. 12). Contudo serviram ao seu propósito na formação de um repertório de exemplos cuja preciosidade põe em cheque Jean-Claude Guy que a entende com certo relativismo na vida monástica. Entende-se que tenha sido influência e alicerce para várias ordens religiosas que viriam nos anos seguintes. Como exemplo de seu teor tem-se uma dessas sentenças proferidas sobre o abade Lúcio:

Vários monges, denominados “euquitas” (isto é, “prios”) deslocaram-se a Enato, ao encontro do abade Lucio. O ancião os interrogou: “ Qual é o vosso trabalho manual? ” Eles disseram: “Nós não tocamos o trabalho manual, mas conforme o dito do Apóstolo, rezamos sem cessar”. O ancião perguntou-lhes se eles não comiam e eles responderam que sim. Então ele disse-lhes: “ Quando vocês dormem, quem pois reza por vocês? ” Eles, porém, não encontraram nenhuma resposta para lhe dar. Então disse-lhes ele: “Perdoem-me, mas vocês não agem como vocês dizem. Eu vou mostrar-lhes que, executando o meu trabalho manual, eu rezo sem interrupção. Eu sento-me com Deus, molhando os meus juncos e tecendo-lhes em cordas, dizendo: “ Tem piedade de mim, ó Deus, por teu amor! Apaga as minhas transgressões, por tua grande compaixão! ” Então ele lhes perguntou se isto não era rezar e eles responderam que sim. Depois ele lhes disse: “ Portanto, após um dia inteiro a trabalhar e a rezar, realizando mais ou menos dezesseis moedas, coloco duas delas na porta e como com o resto. Quem pega estas duas moedas reza por mim quando eu como ou durmo. Assim, pela graça de Deus, cumprio o preceito de rezar sem interrupção. ” (GUY, 1985, p. 88).

Antes, porém da vinda de São Martinho de Dume um outro monge com o mesmo nome, cuja nomeação a bispo não o afasta da vida monástica a qual se dedicou, é São Matinho de Tours. Este, convocando os monges, desenvolveu um trabalho evangelizador anterior abrindo os caminhos para seu homônimo. Esse movimento veio a convergir nas ações conciliatórias que consagraram Martinho de Dume, contribuindo para a prática da “[...] conciliação da disciplina monástica com o serviço pastoral da comunidade, convivendo com boas relações com os monges celtas e até aceitando pelo menos algumas de suas instituições mais típicas [...]” (MATTOSO, 1985, p. 83). Isso porque nas terras da Galécia, naquela época, existiam outras influências como as do monaquismo celta além dos Priscilianistas⁶. Os celtas viviam nas Ilhas Britânicas e haviam adotado o cristianismo; o monaquismo celta, diferenciava-se do europeu principalmente porque pregava a vida eremítica ao contrário do monaquismo europeu que prezava a vida em comunidade (MATTOSO, 1985; VARGAS, 1999). Ainda possuíam uma organização hierárquica que se diferenciava da Igreja Católica Romana nas relações internas dos seus mosteiros. Contudo Martinho de Dume, segundo Mattoso (1985), e de certa forma as autoridades de sua própria Igreja, conviviam bem com essa particularidade, cuja influência dessa outra corrente monástica era sentida em Dume. Os celtas, portanto, provocavam menos desconfianças junto aos bispos católicos e, apesar de estrangeiros, mantinham um modelo institucional mais aceitável por estes.

Os fatos narrados dão um panorama de como começaram os primeiros movimentos monásticos na região que muitos anos depois iria fazer parte do Estado de Portugal. Será então que durante os séculos VII a XI se formarão as correntes regionais com peculiaridades

⁶ O Priscilianismo é o termo usado para referir-se a doutrina gnóstica do rei Prisciliano de Ávila; era uma forma de cristianismo considerado herege pelos representantes da Igreja Católica Romana, que pregavam um cristianismo ortodoxo, que se difundiu no final do século IV até meados do século V (GAZZOTTI, 2012).

para cada área do grande Ocidente (MATTOSO, 1985). Personalidades importantes hoje, estiveram nessas terras, quase sempre inóspitas, marcadas por invasões, destruições e perseguições com o firme propósito de difundir não somente a fé cristã que já se encontrava difundida, mas de estender os braços da Igreja Católica Romana pela Europa, cuja figura do Papa era fator de agregação e a vida monástica praticada nos mosteiros também, exercendo de certa forma um papel importante para a afirmação do cristianismo (MATTOSO, 1985). A Igreja encontrou um sistema monástico já organizado pelo povo local, daí o grande mérito da habilidade de seus representantes em mediar diferentes culturas.

Para o tema das bibliotecas monásticas beneditinas medievais de Portugal a contextualização da história é importante pois ajuda a entender a necessidade da criação de regras rígidas que unificassem e de certa forma padronizassem toda a conduta monástica dos anos que se seguiram. A própria biblioteca monástica como é estudada pelas suas contribuições ganhará maior destaque e representação nos próximos séculos.

3.3 OLHANDO PARA O MEDIEVO E PORTUGAL NA IDADE MÉDIA: ORGANIZAÇÃO POLÍTICA, RELIGIOSA E SOCIAL

Deixa-se, pois, por alguns parágrafos os séculos V e VI, para viajar-se no tempo a fim de descrever com brevidade a organização política e religiosa do nascimento de Portugal.

É com muito cuidado que será abordado um fato tão controverso como é o da origem de Portugal, dito por José Mattoso (1985), importante nome na historiografia lusitana. Para este “[...] o território que hoje constitui Portugal tende[u] a organizar-se em torno de dois polos distintos, Braga-Porto de um lado e Coimbra-Viseu de outro.” No princípio do Século XI (MATTOSO, 1985, p. 58). Porém, na opinião do historiador Franco Junior (2001), a data mais precisamente seria aos 1139 d.C., mesmo ano do II Concílio de Latrão. Muito embora aponte o ano de 1097 d.C. como o ano de constituição do Condado Portucalense.

A Galécia já estava pois na mão dos cristãos. Os membros das comunidades locais organizavam-se espiritualmente em paróquias que, coincidentemente ou não, estavam geograficamente localizadas nas mediações das vilas. Mattoso (1985) citando o trabalho do Cônego Pierre David (1947), está tendencioso a acreditar que mais do que uma motivação geográfica, as igrejas paroquiais seriam originadas das igrejas rurais fundadas por bispos nas suas dioceses ou sob sua autoridade pelo clero diocesano. Eram onze as dioceses: a de Braga; de Porto; de Lamego; de Coimbra; de Viseu; de Egitania; de Lugo; de Auria; de Astorga; de Iria e de Tui. A população não era distribuída uniformemente e de acordo com Rodrigues

(2006, p.76) havia “[...] indícios da distribuição do povoamento relativo pelo território nacional.” Ainda segundo a autora

Em termos de organização paroquial, podemos verificar que nele se patenteia a mesma entre o Norte e o Sul do país – com uma zona de transição no Centro – que José Mattoso pôs em evidência na sua obra mais célebre, definindo-os como um Norte (Atlântico) senhorial e rural e um Sul (Mediterrânico) concelhio e urbano. De facto, o Norte, de povoamento denso e disperso, estava retalhado numa infinidade de pequenas freguesias enquanto que no Sul, onde havia menos homens, mas mais concentrados, as paróquias eram menos numerosas e consequentemente mais extensas. (MATTOSO, 1985 apud RODRIGUES, 2006, p. 76).

“A região compreendida entre o Douro e o Minho era a mais desenvolvida e a mais bem organizada do noroeste da Península Ibérica” (DAVID⁷, 1947 apud MATTOSO, 1985, p.38).

Em Portugal,

Partindo do século X, podemos afirmar que uma grande parte dos mosteiros inaugurados nos séculos X e XI partiram da iniciativa, ora das comunidades locais, ora de famílias de condes - os dois extremos da escala social. Por volta de meados do século XI, aparece, porém, um novo tipo de mosteiros, que alcançam uma projeção mais regional [...] (MATTOSO, 1985, p. 199).

Ainda utilizando Mattoso sobre a descrição dos mosteiros de Portugal

Esta tipologia diversifica-se para o fim do século X e princípio do seguinte, quando começam a aparecer abadias fundadas por nobres de outro grupo social, que não têm as fortunas tão dispersas como os condes, embora pareçam exercer um poder sem par dentro de regiões limitadas, das dimensões das futuras ‘terras’. A fisionomia social destes nobres parece corresponder à categoria de infanções. Alguns deles declaram-se mesmo como tal, outros são designados como exercendo funções militares ou administrativas e judiciais por meados do século XI. (MATTOSO, 1985, p. 201).

Tem-se então que nos séculos XI e XII essa nova classe de nobres e os representantes dessa vida monástica que se configura passam a significar duas importantes formas de poder na Idade Média passando a substituir a autoridade dos condes. Esses homens ricos passam a fundar novos mosteiros e, mediante a crise nos anos 30 do século XI, apoderam-se dos outros já existentes que não sobreviveram à política da época. E é então que nesse cenário “Com efeito parecem ser os mosteiros dos principais nobres portugalenses os que primeiro adoptam usos cluniacenses juntamente com a Regra de S. Bento [...]”(MATTOSO, 1985, p. 204), sem que no entanto se integrem a sua Congregação. Essa Congregação, portanto, tem seu nascimento no mosteiro de Cluny que é fundado no início do século X, na Borgonha, e “[...] o documento que criava a abadia já expressava a intenção de mantê-la livre de interferências,

⁷ DAVID, Pierre. *Études historiques sur la Galice et le Portugal du VIe au XIIe siècle*. Lisbonne, 1947. p. 1-82.

para que seus monges ‘nunca se submetam ao jugo de qualquer poder terreno’. ” (FRANCO JUNIOR, 2001, p. 98), daí escapando juridicamente do poder episcopal. Adotam a regra beneditina, porém interpretando-a de modo a valorizar os trabalhos litúrgicos preterindo os trabalhos manuais cuja função passa aos camponeses; os trabalhos intelectuais ficam em segundo plano. “Em vários lugares surgiram mosteiros adotando o esquema de Cluny, que se tornou assim uma poderosa ordem monástica com quase 1.200 casas em fins do século XI. ” (FRANCO JUNIOR, 2001, p.99).

Voltando então a Mattoso, a influência de Cluny e dos preceitos beneditinos estão nos seguintes mosteiros dos portugalenses: Santo Tirso, Pendorada e Palo de Souza, Pedregoso, Pombeiro entre outros. Todos tendo como benfeitoras famílias nobres possuidoras de grande riqueza. As novas correntes administrativas e espirituais, com

[...] a introdução de novos costumes monásticos e litúrgicos nos mosteiros mencionados provoca um esplêndido desabrochar de vitalidade, a afluência de doações, a construção de novas igrejas, a reorganização dos domínios, a construção de bibliotecas e a activação dos *scriptoria*. (MATTOSO, 1985, p. 204).

Em meio a essa organização religiosa para além da vida abastada dos ricos ou nobres, e resguardada dos monges, dá-se conta na Idade Média de outros tantos compartimentos marginais dessa época, ilustrando assim outras tantas classes sociais nas quais estão os pobres, os loucos, os doentes incuráveis que entre eles se despontam os leprosos. Nesta mesma posição marginal também estão os saltimbancos e as prostitutas. Esses personagens do Medievo representam o avesso da sociedade cristã, arraigada a severos conceitos morais, cuja vida desses tantos lhes serve de símbolo da degradação moral na qual cai o homem instigado pelo diabo. Essa mesma sociedade reprova “[...] o riso desmedido, os gestos incontrolados, o prazer desregrado [que] são a expressão material da desordem mundana reinante na antiguidade e que a ordem cristã rejeita e condena, sem conseguir nunca suprimir. ” (MATTOSO, 1985, p.125). A sociedade Medieval também aponta as comunidades de Judeus e Mouros que não passam despercebidos devido ao nascimento, à língua, aos costumes e aos caracteres étnicos.

Na visão de Franco Junior (2001), colocando-nos no contexto histórico, foi também a partir do século X que houve uma expansão demográfica por ele apontada como tendo sido um dos fatores uma corrente migratória da qual a Península Ibérica foi alvo. Houve para essas terras

[...] migrações extraordinárias, como o êxodo de mouros (empurrados para o sul da Península Ibérica com o avanço da Reconquista Cristã) e de judeus (perseguidos pelas primeiras Cruzadas e expulsos da Inglaterra em 1290 e da França em 1306). E também todo tipo de migrações forçadas, caso dos escravos vendidos por

mercadores italianos nas regiões islâmicas do Oriente. (FRANCO JUNIOR, 2001, p. 25).

Outro indício do aumento populacional da Idade Média Central, denominação que Franco Junior (2001) dá a esse período histórico, foram os arroteamentos acabando com as florestas e zonas pantanosas que, começando no século VIII, aumentaram até o século XII. Havia então o crescente aumento da população das cidades que iam ocupando esses terrenos cristãos da Península, ainda muito menos expressiva que a população rural. Contudo, o cultivo agrícola faz-se necessário como forma de abastecimento das cidades e que veio por desenvolver uma economia baseada nessa atividade. (FRANCO JUNIOR, 2001).

Todos esses que se recusassem a abraçar a fé cristã e os ritos litúrgicos sagrados, ficariam sentenciados a um lugar à parte, marginal. Suscitam, portanto, que se apiedem os bons cristãos desses e de suas condições sob as quais muitos deles, entende-se, estão involuntariamente, portanto motivando a caridade. Muitos dedicam-se a mendicância. Assim sendo “Os monges distribuem uma parte dos seus bens ou dos que os benfeitores lhes dão com o intuito de praticarem, por seu intermédio, as obras de misericórdia. ” (MATTOSO, 1985, p. 126), contudo tal ato configura uma atitude praticada pelo clero, uma vez que são rejeitados pela sociedade cruel e semibárbara. Ao motivarem junto aos abastados tais atos de generosidade, os clérigos atribuem como retorno bênçãos divinas entre elas a fecundidade da terra. Segundo Mattoso (1985, p. 127)

Os mesmos pregadores insistem nos méritos morais da caridade, e apresentam os pobres, não apenas como os portadores da maldição do gênero humano, mas também como os que Deus mantém nesse estado para que os ricos possam praticar a virtude da generosidade, que os assemelha aos Senhor onipotente.

É bastante significativa a importância do papel dos mosteiros nessa sociedade e temos, portanto, segundo Cardini (1989, p. 29) que

[...] A memória desses tempos chega-nos, sobretudo, através das vozes de monges — ou de sacerdotes profundamente influenciados pelos monges — e as ações e as obras dos outros protagonistas da história são dadas, predominantemente, segundo o ponto de vista e os critérios de avaliação formados pela cultura monástica.

Em meio a esse cenário de relações sociais e políticas é que se estabelecem, portanto, os importantes mosteiros medievais portugueses cujo crédito pela salvaguarda da herança da História e Cultura de uma sociedade cercada de dogmas e misticismo estende-se por um período de mil anos.

4 A PESQUISA

Os mosteiros na sua forma física representavam o domínio cristão e em sua biblioteca, se guardava o poder divino, representado pelos livros, expresso por conhecimento que estava na mão dos monges. A máxima reproduzida por Riché, “[...] *claustrum sine biblioteca quasi castrum sine armamentaria*. [, ou seja,] um mosteiro sem livros, uma praça de guerra sem provisões [...]” (RICHÉ, 2008, p. 246) advertia-os para o risco de sucumbir dada a ausência do saber materializado através dos livros, considerada assim a proporção de sua importância. Portanto veremos a seguir como decorreu a chegada dos primeiros mosteiros às terras portuguesas.

4.1 A ORDEM BENEDITINA E SUAS VERTENTES NO OCIDENTE

São Bento nasceu por volta dos anos 70 do século V, segundo Sousa (1990 apud TERROSO, 2015), irmão de Escolástica em um harmonioso ambiente familiar. A Núrcia, que hoje chama-se de Nórícia ficava na província Itálica de Sabina. Descendente de fidalgos, recebeu educação de mestres de ler, de escrever e de gramática cujo intuito era de prepará-lo para seguir seus estudos em Roma, destino comum à complementação de instrução. Vivendo entre a cultura pagã e a sociedade romana decadente não se deixou influenciar, pois tinha como firme propósito servir a Deus. Portanto abriu mão de sua fortuna, deixou os estudos e dedicou-se a vida monástica. Indo para as montanhas, não satisfeito ainda com tudo que havia deixado para trás, abandona a Ama que o acompanha e foge para buscar a solidão. Entregando-se a ela, portanto, encontra refúgio em uma gruta e lá permanece durante três longos anos, ajudado por um monge que lhe leva alimentos. Assim começa seu apostolado.

Após algumas tentativas frustradas de deixar a reclusão, Bento aproveita para reunir discípulos com os quais pudesse comungar suas ideias

Estes discípulos foram divididos em 12 grupos de 12 monges cada, de maneira a criar 12 Mosteiros, 12 Comunidades. É necessário ter em atenção que os primeiros Mosteiros não tinham a grandiosidade que hoje em dia se pode verificar em alguns. Tinham apenas um oratório, dormitório, cozinha e refeitório, e neles já integravam a água, moinho e horta. (SOUSA⁸, 1990 apud TERROSO, 2015, p. 22).

Viviam então em cenóbios, e a hierarquia se dava da seguinte forma: existia em cada mosteiro um pai (Abade) que era obedecido e respeitado; e os irmãos (que se amavam mutuamente). Ao criar o décimo terceiro mosteiro, sua obra já era considerada um noviciato,

⁸ SOUSA, Dom Gabriel de. **São Bento**: patriarca dos monges e pai da Europa. [Santo Tirso] : Edições Ora e Labora, 1990. p. 150.

cuja formação de votos já era prática. A estrutura da Ordem Beneditina que naquele momento era criada, se estruturou em decanias, tornando-se uma só comunidade estando todos interligados, mas por essa ocasião os Abades passaram a ser chamados Priores e como autoridade máxima haveria somente um Abade. (SOUZA, 1990 apud TERROSO, 2015).

Quando São Bento abandonou o 13º Mosteiro, dirigiu-se para o Mosteiro de Montecassino, onde escreveu a sua Regra. Nela diz que os Monges tinham de se vincular aos Mosteiros através de um voto especial que se chamava Voto de Estabilidade. Para que este voto fosse cumprido na íntegra, para dentro dos muros do Mosteiro teria de existir tudo a que os Monges tivessem necessidade, para não sentirem a carência de procurar fora destes (Sousa, 1990 apud FERROSO, 2015, p. 23).

Foi no Século VI que Bento da Núrsia, considerado o patriarca dos monges ocidentais pelos católicos, cria a Ordem Beneditina. Esse abade italiano cuja vida foi contada pelo papa Gregório Magno estabelece sua primeira comunidade em Monte Cassino. Sua conduta primando pelo valor da reputação confere a São Bento o reconhecimento de modelo para outros administradores. E é com esse intuito que escreve a *Regra* constituída por um sistema normativo que possui 73 capítulos e um prólogo nos quais se estabelece um ‘manual de comportamento’ (SOUZA, 2014).

Para Souza (2014, p. 38)

A Regra de São Bento, como ficou conhecida, estabelece as formas como deveriam ser distribuídos os cargos dentro da comunidade, assim como os recursos. Estipula também um sistema de penalidades e as devidas coerções aplicadas na tentativa de manter a coesão de seus membros. Em suma, a Regra se tornou um potente elemento agregador na medida em que era item comum de diversas comunidades monásticas.

Os séculos que se seguiriam, entre VIII e XII, seriam considerados a “idade de ouro do monaquismo ocidental” (SOUZA, 2014, p. 38) tendo a Igreja alcançado um lugar de destaque junto a realeza uma vez que alguns monges gozavam do privilégio de aconselhar nessa época o próprio rei Carlos Magno.

Mas foi a partir do ano 911, segundo Souza (2014) que surge uma nova ordem de beneditinos reformados, tendo como referência a abadia de Cluny, erguida pela generosidade de Guilherme, o Piedoso, então Duque de Aquitânia, que viriam a intitular-se cluniacenses cujo objetivo era retomar os preceitos determinados por São Bento em sua *Regra*. Essa abadia estava ligada diretamente ao papado, porém cada uma das outras abadias que aderiram aos preceitos de Cluny tinham autonomia na eleição de seus abades. Seus monges por causa das vestes negras ficaram conhecidos como “monges negros”. Mantendo a tradição os cluniacenses continuam tendo prestígio junto a realeza pelo seu próximo relacionamento com Afonso VI de Leão e Castela (conquistador e rei da Galiza em 1073) e estabelecem-se na Península Ibérica. “O modelo cluniacense acabou se impondo na vida monástica europeia. Foi

estabelecida uma rede que se estruturava de forma piramidal, com a abadia-mãe na cabeça e os membros sendo formados por outras abadias e priorados. ” (SOUZA, 2014, p. 39). Essa nova ordem nascida em Cluny primava pela vida em comunidade e priorizava os cultos aos serviços braçais quando esses aconteciam dentro dos mosteiros. Às suas igrejas não faltavam dedicação e esforços para seu embelezamento e sua abadia-mãe “se transformou em uma ‘cidadela celeste’. ” (SOUZA, 2014, p. 39).

Porém no século XII, em oposição a forma de vida abastada dos cluniacenses, outra ordem, a Ordem de Císter, surge criada por Roberto, abade de Molesmes. A proposta era de que a *Regra de São Bento* fosse seguida com rigor, que os monges voltassem a se dedicar aos trabalhos manuais. O despojamento das igrejas cistercienses também era uma das propostas. Durante esse mesmo século foi Bernardo de Claraval significativa figura que, como monge cisterciense, condenava e manifestava-se contra o modo de vida da ordem cluniacense. Segundo Georges Duby, citado por Souza (2017), os irmãos dividiam suas funções de acordo com a origem social: monges do coro, trabalhadores espirituais letrados e monges conversos; o trabalho braçal era feito pelos de origem mais humilde. Cister pregava a volta ao contato direto de seus monges com a terra. Desse modo “[...] defrontava-se no monaquismo ocidental dois sistemas nitidamente antagônicos” (DUBY⁹, 2001, p. 93 apud SOUZA, 2014, p. 40).

Em território português a Congregação beneditina começa a se estabelecer desde o século XI, segundo Mattoso (1985) e tem um desdobramento no século XVI nos estudos de Souza (2014). Durante essa trajetória teve papel homogeneizador dos comportamentos da vida monástica reunindo “[...] vários mosteiros dispersos ao redor de uma única abadia com o estabelecimento de estatutos comuns [...]” (SOUZA, 2014, p. 40). Durante o século XII Portugal tinha mosteiros nos quais vivia-se sob as duas ordens, a de Cister e a de Cluny. Porém, segundo Mattoso¹⁰ (1982, p. 57 apud SOUZA, 2014, p. 41) a prática da *Regra de São Bento* em Portugal nos mosteiros tinha como predominância a ordem dos monges cluniacenses com predomínio na região Norte e nesta exercendo diversas influências socioeconômicas. Portanto

Os mais importantes mosteiros beneditinos fundados em Portugal durante a Idade Média foram os de Paço de Sousa (antes de 994), Santo Tirso (século X), Vairão (século X), Pendorada (antes de 1054), Tibães (antes de 1071), Pombeiro (antes de 1102), Travanca (antes do século XII) e Cucujães (século XII). (MATTOSO, 1982, p. 181 apud SOUZA, 2014, p. 41).

⁹ DUBY, Georges. **Senhores e camponeses**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

¹⁰ MATTOSO, José. **Religião e cultura na Idade Média portuguesa**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1982.

O Mosteiro de Tibães, portanto segundo Souza (2014) passa mais tarde a ser o centro da então Congregação Portuguesa Beneditina como será visto a seguir.

O Mosteiro de São Martinho de Tibães foi fundado em finais do século XI, segundo Fontes (2010), mais especificamente no ano de 1077 data que diverge de outros autores, justamente quando surge o Condado Portucalense. Sua fundação tem grande destaque regional e segundo estudos arqueológicos, feitos a partir de vestígios oriundos de escavações, corroboram essa data como de sua fundação. Essas questões se tornam importantes pois diante das constantes destruições que essas construções sofriam por conta dos povos invasores e que, posteriormente eram reerguidas, poderiam impedir a precisão das informações que chegam nos dias de hoje uma vez que não foram encontrados, em toda a ampla zona escavada, segundo ele, sinais de ocupação anterior (FONTES, 2010). Contudo, alguns cronistas da Ordem Beneditina afirmam que o mosteiro teve as suas primeiras fundações firmadas ainda durante o reinado do suevo Teodemiro, e fora fundado por São Martinho de Dume (DIONÍSIO¹¹, 1964 apud TERROSO, 2015).

Esse mosteiro era ocupado pela Ordem dos Monges dos Beneditinos, que foi introduzida pelos monges de Cluny. Da sua construção faz parte a Igreja de Tibães e o Cruzeiro de Tibães. Esse mosteiro foi construído em Mire de Tibães que é uma freguesia portuguesa do concelho de Braga, com 5,07 km² de área “[...] localizada a 6 km e a Noroeste da Cidade, com grande dimensão regional e nacional. Um verdadeiro Ex-Líbris do Minho” (MEMÓRIA PORTUGUESA, [199-?], Não paginado). Sua fundação foi atribuída a D. Paio Guterres da Silva, segundo Fontes (2010) que era vigário do rei Afonso VI de Leão. Dessa opinião comunga também Dionísio citado por Terroso (1964), contudo, quanto a sua origem discordam, tendo sido para este, na realidade, uma reconstrução a que se deu sob a autoria de D. Paio, uma vez que a anterior tivesse, segundo ele, sido destruída pela invasão dos mouros.

No século seguinte a sua fundação, no século XII, o Conde D. Henrique e D. Teresa concedem ao mosteiro a Carta de Couto, que nada mais eram do que cartas de doação de terras às igrejas e mosteiros como meio de foro a criar e defender as terras eclesiásticas (PEIXOTO, 2010). Tornou-se, portanto, um dos mais ricos e poderosos mosteiros do norte de Portugal.

¹¹ DIONÍSIO, Sant’Anna (Org.). **Guia de Portugal entre Douro e Minho, Douro Litoral Vol. IV-Tomo I.** Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian, 1964. p. 581.

D. Afonso Henriques concede a Carta de Couto de Santa Maria de Estela e da Vila de Mendo, aos 7 de Julho de 1140 (era de 1178) aos frades beneditinos de Tibães: «... Eu, Afonso, Rei de Portugal, filho do conde Henrique e da rainha Teresa e neto do rei Afonso, o grande, faço carta do couto da Vila de Mendo e de Santa Maria de Estela, em honra de Deus e de Santa Maria e de São Martinho, e de todos os santos, a vós, abade D. Ordonho e a vossos monges que no convento de Tibães perseveram numa vida santa, e a vossos sucessores que aí residem em virtude da promessa que fizestes de orar a Deus dia e noite pela salvação da minha alma e de meus pais e também pelos duzentos meios que me destes... Carta de couto feita a 7 de Julho da era de 1178. Eu, Afonso Rei de Portugal, esta carta de firmíssimo couto e grafia de segurança rubrico pela minha própria mão, para vós, D. Ordonho, abade de Tibães, e para vossos monges, tanto presentes como futuros...». (PEIXOTO, 2010, não paginado).

Quanto ao estilo de sua construção havia predominância da influência românica

Em Tibães, o projecto arquitectónico românico¹² apresenta características que o aproximam da generalidade dos pequenos mosteiros da região bracarense, apropriados ou fundados nos séculos XI e XII por patronos poderosos, ao tempo dos governos dos condes portugalenses [...] (FONTES, 2010, p.7).

Sua construção era em forma de U, voltada para o Sul, sem alas porticadas, apresentando no enquadramento da fachada ocidental a figura de cubelos nos seus ângulos, muito comuns na arquitetura dos castelos e mosteiros medievais (FONTES, 2010).

Nos tempos áureos, dada a sua importância no mundo imperial português, o Mosteiro era detentor do maior e mais valioso espólio da região. Possuía todo tipo de arte de então reconhecida, desde pintura, escultura, uma enorme colecção de livros sobre variadíssimos temas, artigos provenientes das antigas colónias, arte sacra, entre outros. Mas devido à sua venda em 1834, a maior parte do espólio foi perdido. (MEMÓRIA PORTUGUESA, [199-?], não paginado).

A estrutura de unidade econômica do mosteiro de Tibães não era diferente dos outros mosteiros beneditinos. Por primarem pelo isolamento eram autossuficientes. Cultivavam a terra para dela tirarem seu sustento. Possuíam quintas com pomares, hortas e criavam animais domésticos. Os trabalhos eram feitos pelos monges ou caseiros que ocupavam pequenas casas localizadas no terreno do couto e que pagavam rendas ao mosteiro. Portanto a agropecuária e o pastoreio faziam parte de suas atividades, além de possuírem em seus domínios moinhos movidos à água, lagares de azeite, oficinas, pesqueiros etc. (TERROSO, 2015).

A partir de meados do século XVI, Portugal passa por uma crise demográfica e econômica cujos reflexos foram sentidos em Tibães que se debruçou sobre um longo período de decadência material e espiritual. Com o Concílio de Trento, realizado em torno de 1545 esse mosteiro é eleito a Casa Mãe da Congregação Beneditina para Portugal e Brasil, no qual

¹² O estilo românico “[...] é o estilo arquitetónico que surgiu na Europa, mais precisamente no Ducado da Normandia, no século X, fortemente inspirado na Arquitetura da Roma Antiga Republicana (509 a.C. - 27 a.C.) e evoluiu para o estilo gótico por volta do ano 1100. Caracteriza-se por construções austeras e robustas, com paredes grossas e minúsculas janelas, cuja principal função era resistir a ataques de exércitos inimigos.” (ARQUITETURA ROMÂNICA, 2016, Não paginado).

era praticado com ênfase o recrutamento monástico (MEMÓRIA PORTUGUESA, [199?], não paginado).

O mosteiro passa também, por decisão da congregação, por transformações arquitetônicas

No final do séc. XVI o cabido de Tibães tomou a decisão que teria penosas consequências de natureza artística: foi a resolução de se demolirem todos os antigos mosteiros da Ordem, de raiz medievla ou protomedievla, para se reedificar em seu lugar outros templos e mosteiros «modernos», ou seja de feição magnificente e barroca. ” (DIONÍSIO, 1964 apud TERROSO, 2015, p.26)

As principais construções desse mosteiro nos dias de hoje são obras primas do barroco português, e datam do século XVII e XVIII. A então casa capitular da Congregação de São Bento é tida como produtor de cultura e estética conferindo-lhe o lugar de destaque como conjunto monástico beneditino (MATA; RAMOS, 2004). Em 1834 as Ordens Religiosas em Portugal são extintas e o mosteiro de Tibães é encerrado e seus bens são vendidos por ato da justiça pública ou ainda integrados nas coleções de museus, arquivos e bibliotecas nacionais. A biblioteca do mosteiro chega ao século XVIII “[...]constituída por cerca de 12 mil volumes impressos e 325 manuscritos” (MATA, RAMOS, 2004, p. 28) e como Casa Mãe da Congregação Beneditina,

[...]possuía não um, mas dois arquivos (do Mosteiro e da Congregação de S. Bento), cada um deles bastante considerável, que, tal como a livraria, tomou caminhos diversos (Biblioteca Nacional, Torre do Tombo, Arquivo Distrital do Porto, Arquivo Distrital de Braga, Biblioteca Pública Municipal do Porto, Mosteiro de Singeverga ...).

Com a saída dos monges de Tibães, segundo Terroso (2015, p.28), “[...]os livros, manuscritos, pinturas, estampas, medalhas, alfaías, mobiliário, louçaria, entre outros; todos estes objetos que davam sentido a esta casa e que contavam uma história, desapareceram. ” Uma parte do seu patrimônio é perdido (MATA; RAMOS, 2004). Em 1864 entidades privadas adquirem boa parte do edifício conventual (MEMÓRIA PORTUGUESA, [199-?]). Isso, contudo, foi o que aconteceu no território português, tendo como consequência o desaparecimento do patrimônio bibliográfico cuja magnitude compromete o patrimônio também europeu.

O imenso mundo das ordens religiosas já não existe, tendo sido desmembrado na sequência de um complexo de acontecimentos que conduziu à redistribuição e apropriação do patrimônio das congregações pelo Estado. No que diz respeito às bibliotecas esses acontecimentos levaram ao desaparecimento da quase totalidade das cerca de 500 bibliotecas eclesiásticas. (GIURGEVICH; LEITÃO, 2016, p. xxii),

Mas inegável é que até este ano, segundo Giurgevich e Leitão (2016, p. xv), “[...] a cultura do livro em Portugal dependeu essencialmente das instituições da Igreja Católica no país. ” Portugal, ainda segundo os mesmos autores, presenciou o surgimento, a partir do século XVIII, de outras instituições não eclesiásticas que em algum momento se pode comparar em dimensões e volume de coleções das grandes bibliotecas das Instituições da Igreja, porém, nada que pudesse equivaler à rede formada pela estrutura orgânica que contemplava o fluxo de livros, o número de leitores, as verbas envolvidas das congregações.

Os acontecimentos incitaram, contudo, nos Séculos XVIII e XIX, durante a última fase da existência das ordens religiosas, o inventário do legado dessas bibliotecas medievais, sem precedentes históricos. A constituição desses inventários tornou possível a construção de um caminho que inversamente percorrido pudesse levar a investigação sobre os motivos e fatos que levaram a essa perda. Muitas questões contribuíram para a dispersão dos livros nesse período: a qualidade e pormenorização da avaliação feita pelas comissões supressoras; o estado de conservação das livrarias que desencorajavam os inventariantes; avaliação das coleções sem critérios definidos e a falta dela entregando algumas obras por insensata escolha, para serem vendidas como peso de papel, renegando o seu valor; o depósito das obras em depositárias privadas sem idoneidade ou preparação para a tarefa. Tudo isso associado aos próprios religiosos que julgando a intervenção do Estado imprópria, levavam consigo os livros que lhes pertencia. Isso conferia a essas uma péssima reputação. A situação tomou uma tal proporção que desvios, roubos e extravios acabavam por virar averiguações criminais. (GIURGEVICH E LEITÃO, 2016). Ao final, tais acervos eram transportados para um novo local e muitos livros foram perdidos “[...] no transporte e no mau acondicionamento em depósitos inapropriados, sob a vigilância de pessoal incompetente, naquela fatal combinação da passagem do tempo tornada ainda mais erosiva pela incúria e pelo que não é possível aqui analisar. ” (GIURGEVICH E LEITÃO, 2016, p. xxiv).

4.2 O LIVRO NA IDADE MÉDIA

Quando se está cercado de livros para colher informações para uma pesquisa, dá-se conta de como o acesso a eles nos dias de hoje é relativamente fácil. Alguns são emprestados por professores queridos e amigos, há os que foram adquiridos em “feiras do livro” passadas por pura simpatia no que dizia respeito ao seu tema que coincidentemente estão sendo bastante úteis; também se fala de livros cuja a aquisição com recursos próprios foi motivada pelo assunto sobre o qual se escreve e, finalmente, os livros que foram buscados em

bibliotecas. Sobre estes últimos vem à mente as seguintes perguntas: por quantas mãos eles haveriam de ter passado, quantos lares visitaram nesses últimos anos? A que objetivos puderam servir? Há marcas de lápis em suas páginas, que representam a sinalização de tópicos que a outrem interessaram e que também chamam a atenção.

Mas dos livros que tratar-se-á nessa seção, será visto algumas características bastantes peculiares a essa época. Será falado dos livros da Idade Média, época na qual “ O livro, a palavra escrita, eram o mistério, o elemento carregado de poderes maléficos para os não-iniciados: cumpria manuseá-los com os conhecimentos exorcismatórios indispensáveis” (MARTINS, 1996, p.71). Porém é preciso levar em consideração que grande parte da sociedade medieval, mesmo os ricos senhores, em sua grande maioria não sabiam ler. Sob o ponto de vista intelectual, a humanidade se dividia entre os homens “[...] iniciados à palavra escrita e os não-iniciados” (MARTINS, 1996, p.72). A classe sacerdotal, o clero, opunha-se aos leigos que eram desprovidos de conhecimento e, por conseguinte pertenciam aos não-iniciados segundo Martins. O *códex* passa a ser uma característica da Idade Média, em contrapartida ao *volumen* da Antiguidade; além do caráter utilitário da maior parte dos livros vindos deste período, provenientes da literatura grega ou romana, considerada profana. O *códex* como formato característico do Medievo, começa a aparecer por volta do século IV. Segundo Le Goff (2007), foi entre os séculos IV e VII que esse formato se expandiu, uma vez que ele oferecia mais comodidade às consultas, por possuir dimensões mais modestas facilitando seu transporte. Segundo Chartier (1999, p. 8-9), ao considerar o aspecto físico

A hierarquia dos formatos, por exemplo, existe desde os últimos séculos do manuscrito: o grande in-fólio que se põe sobre a mesa é o livro de estudo, da escolástica, do saber; os formatos médios são aqueles dos novos lançamentos, dos humanistas, dos clássicos antigos copiados durante a primeira vaga do humanismo antes de Gutenberg; e o libellus, isto é, o livro que se pode levar no bolso, é o livro de preces e de devoção, a às vezes de diversão. ”

Na opinião de Le Goff (2007) que vem de encontro com a de Martins, a difusão do *códex* encontrava uma barreira sociointelectual, quando afirma que “[...] o número de pessoas capazes de ler estava limitado aos monges formados nos conventos, que dispunham das únicas bibliotecas da época, as do *scriptoria* monásticos. ” (LE GOFF, 2007, p. 180). Porém do que aqui trata-se é de uma mudança no suporte que vem sendo alvo de estudos Filológicos¹³ cabendo a Codicologia¹⁴ acompanhar de muito perto o ‘[...] estudo do livro

¹³ Filologia é o estudo científico de uma língua. (FILOLOGIA, 2008-2013).

¹⁴ Codicologia é o estudo dos documentos manuscritos ou impressos, tanto em pergaminho como em papel, encadernados em formato de livro (códice). (CODICOLOGIA, 2016. Não paginado.)

manuscrito em todos os seus aspectos. ” (RUIZ GARCIA¹⁵, 1988, 376 apud FAILLACE, 2009, f. 94). Para particularizar o entendimento de ambos os termos se busca portanto em Faria e Pericão¹⁶, na obra *Dicionário do Livro*, (2008, p. 170-171 apud VILLARRUEL-SILVA; MOTA, 2015, p. 98-99) o significado de códex

Códex = nome dado pelos romanos às tabuinhas de madeira revestidas de cera em que escreviam e que eram ligadas entre si por um cordel • códice. A primeira menção de um códex com a forma de um livro foi feita por marcial (I d.C.) • segundo Isidro de Sevilha, conjunto de livros ou escritos.

Alguns autores também consideram o verbete *códice* para o qual também se procurou no mesmo dicionário seu significado

Códice = primitivamente, era assim chamada a aglutinação de pequenas tabuinhas enceradas prontas para a escrita, presas numa das pontas por um fio que atravessava os orifícios aí existentes. Mais tarde designa o manuscrito em folhas de pergaminho ou papel encadernadas juntas, de modo semelhante ao dos nossos livros. É possível que a sua expansão se deva ao uso que os cristãos lhe deram, pois se serviam dele desde o século II • no sentido literal, um bloco de madeira • um livro, dada a semelhança de um livro encadernado com um bloco de madeira • **livro manuscrito** organizado em cadernos solidários entre si por costura e encadernação. A alteração de formato do rolo para o códice deve ter-se dado, segundo a maioria dos autores, a partir dos finais do século I d.C. até finais do século IV. A passagem do rolo para o códice consistiu num dos maiores progressos da cultura, pois a partir desse momento pôde passar-se a escrever em folhas soltas, em vez de longas tiras de pergaminho, além de que se utilizavam as duas faces do suporte, o que redundava numa economia considerável. Não se pode esquecer ainda a facilidade de consulta e de localização de textos que este novo formato permite, além de um armazenamento mais racional. O mais antigo de que se tem notícia designa-se De Bellis Macedonici e data do ano 100. O mais antigo Códice completo é um livro de salmos, em dialeto copta, com 490 páginas e Revista Metalinguagens, ISSN 2358-2790, n. 4, nov.2015, p. 92-106 – Mário Luis VILLARRUEL-SILVA e Ana Claudia de Ataíde Almeida MOTA 100 datado da segunda metade do século IV. O fim da produção de Códices anuncia-se no século XV com o nascimento do livro xilográfico e termina algum tempo mais tarde com a invenção e expansão da imprensa. (FARIA; PERICÃO, 2008, p. 171 apud VILLARRUEL-SILVA; MOTA, 2015, p. 98-99, grifo nosso).

Contudo o termo ‘livro manuscrito’, ao considerar-se a sua produção até meados dos séculos XIV e XV, e o “livro depois de Gutenberg”, com o advento da imprensa, teriam as mesmas bases estruturais fundamentais, o *códex*, segundo Chartier, pois nos dois casos caracterizaria “[...]objetos compostos de folhas dobradas um certo número de vezes, o que determina o formato do livro e a sucessão de cadernos. ” (CHARTIER, 1999, p. 07 apud VILLARRUEL-SILVA; MOTA, 2015, p. 97).

A leitura na Antiguidade por sua vez nada tem em comum com o formato de livro tal como o conhecemos hoje. Anteriormente à Idade Média, esse formato era representado pelo

¹⁵RUIZ GARCIA, Elisa. **Manual de Codicologia**. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez: Ediciones Pirámide, 1988. p. 432.

¹⁶FARIA, Maria Isabel; PERICÃO, Maria da Graça. *Dicionário do livro: da escrita ao livro eletrônico*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

volumem e que, segundo Chartier (1999, p. 24), materializa-se por um “[...] rolo, uma longa faixa de papiro ou pergaminho que o leitor deve segurar com as duas mãos para poder desenrolá-la. Ele faz aparecer trechos distribuídos em colunas. Assim um autor não pode escrever ao mesmo tempo que lê.”. Ainda sobre o volume como também é conhecido, tem-se a definição de Moreno ([199-?], Não paginado):

As folhas de papiro eram coladas umas nas outras, formando uma longa tira de vários metros de comprimento, que era enrolada em hastes de madeira ou de marfim para facilitar o transporte e manuseio. O nome dado em latim para esse rolo de papiro era *volumen*, derivado do verbo *volvere* (enrolar). O texto escrito em colunas estreitas numeradas sucessivamente, era passado de uma haste para outra, mais ou menos como uma fita de gravador passa de um carretel para outro. Lembranças dessa prática ficaram em expressões como ‘o desenrolar da história’, ‘explicar o assunto’ (isto é, tornar plano, esticar o rolo do livro), ou ‘explicar uma questão’ (de *esplicare*, de desdobrar).

Portanto, parece fácil imaginar que as atividades de escrever e ler simultaneamente, tão comum nos dias de hoje, ou de consultar outras obras complementando a leitura a que se está fazendo foi um avanço possibilitado pelo aparecimento do formato em códex. Esse formato também trouxe uma outra peculiaridade: além do manuseio muito mais prático, a possibilidade das intervenções, em total liberdade e número, às bordas das páginas manuscritas em branco, “[...] como um lugar periférico com relação à autoridade.” (CHARTIER, 1999, p. 88). À essa participação, dependendo de sua autoria, ter-se-ia, pois, a particularização e a distinção de uma obra.

Havia também uma outra questão, essa de ordem econômica, que era a do uso do pergaminho sobre o qual era feito o manuscrito, o “[...] número de peles de vitelo, mais frequentemente de carneiro necessários para a confecção de um livro era muito elevado e, por conseguinte, os livros eram muito caros.” (LE GOFF, 2007, p. 180).

A origem do pergaminho vem da Ásia Menor, segundo McMurtrie (1997), do reino de Pérgamo, daí originando o seu nome, dois séculos antes de Cristo. Por disputas políticas que impediram a exportação do papiro para aquela cidade, as peles são então usadas como suporte de escrita. Desde então a preparação do material aperfeiçoou-se “[...] por processos mais engenhosos de corte, curtimento e branqueamento, a ponto de se transformar num produto de fina qualidade [...]” (McMURTRIE, 1997, p. 32). A durabilidade desse material era uma das vantagens sobre o papiro. Essa mudança desencadeou uma série de outras tantas, passou-se a usar uma pena de bico largo, feita de cana ou de pena de ave para escrever.

Dentre os assuntos que tratavam constavam livros cabalísticos, tratados de astrologia e astronomia, receituários de alquimia, compêndios de matemática, itinerários, relações de

viagens, livros de medicina, herbários, calendários, roteiros de navegação, tratados de agricultura e legislações (MARTINS, 1996).

Contudo a história do livro no Ocidente está intimamente ligada a fundação das grandes ordens monásticas no século VI. Diante dos recursos humanos e tecnológicos que haviam na época era, sem dúvida, nos mosteiros que se encontravam as condições mais favoráveis à produção e apreciação do livro na Idade Média. A Bíblia tinha lugar de destaque, além da conduta a qual serviam os monges: “ A cópia dos manuscritos antigos, a difusão dos textos sagrados ou das obras dos Padres da Igreja [que] estavam antes de mais nada nessas preocupações intelectuais. ” (MARTINS, 1996, p. 84). A despeito do contexto social da época e suas variações ao longo dos séculos, não havia interferências pontuais à rotina e práticas dos mosteiros que eram verdadeiros universos à parte, portanto “ O ‘atraso’ ou o ‘obscurantismo’ medieval não afeta o nosso tema [...]” (MARTINS, 1996, p. 96). Porém essa peculiaridade não diminui em nada a importância da trajetória da história do livro medieval que foi o alicerce do conhecimento para a Renascença descrita por Martins (1996, p. 96)

A história da cultura terá motivos para distinguir as idades da Idade Média, mas não a história do livro, que não o encara como um veículo literário, mas como coisa. Ora, qualquer que seja o grau de adiantamento popular, seja embora praticamente nula a circulação do livro, como de fato era, e nulo o seu manuseio fora dos reduzidos componentes da classe clerical nem por isso ele deixou de existir em toda a sua plenitude, ‘como livro’, ligando, por um lado, através do pergaminho, o papiro ao papel, e, por outro lado, através das novas técnicas, o texto manuscrito ao texto impresso.

Portanto o Medievo, marcado pelas ordens monásticas apresenta-as quase que exclusivamente como as fabricantes do livro; desde a “[...] preparação do pergaminho, escrita, pintura e encadernação [...]” ainda segundo Martins (1996, p. 84).

O trabalho dos monges copistas, hoje garante-nos o conhecimento de diversas obras cujos originais perderam-se no tempo. O ato da cópia dos manuscritos era considerado um ato sagrado, o qual para cada letra copiada associava-se o resgate de um pecado. Nos grandes mosteiros ou abadias, havia um *scriptorium*, que eram oficinas de trabalho para os copistas as quais eram dirigidas por um contramestre. (MARTINS, 1996).

Várias Ordens religiosas se dedicaram a confecção do livro, mas de todas elas a “[...] que mais se identificou com o livro, na Idade Média, foi a dos Beneditinos, a tal ponto que seu nome se transformou num adjetivo para qualificar o trabalho intelectual de grande valor, minucioso, paciente e correto. ” (MARTINS, 1996, p. 85). Tratava-se de um trabalho em equipe, pois a cada monge cabia uma tarefa na cadeia de construção do objeto livro. A

tradução principalmente do grego para o latim abrangia tanto a literatura clássica eclesiástica como as obras pagãs, o que promovia o estudo dessa língua.

Na Idade Média o aspecto material do livro muda como foi dito anteriormente. O papiro dá lugar ao pergaminho e o *rolo* é substituído pelo *códex*, com exceção ao chamado ‘rolo dos mortos’, cuja forma era mantida para a transmissão da notícia do falecimento do líder espiritual do mosteiro.

Todo trabalho começava com preparação da folha

[...] na sua redução a um tamanho comum (*quadratio*); em seguida, as folhas eram polidas ou acetinadas e marcadas as linhas, cujo intervalo se obtinha exatamente igual por meio de buracos marcados nas bordas com compasso. As linhas eram assinaladas nos primeiros tempos, com um estilete ou com tinta vermelha; mais tarde, o lápis foi empregado. A escrita se fazia com uma pena de ganso ou de cisne. A tarefa dos copistas era examinada por corretores que reviam cuidadosamente o trabalho executado e colacionavam os manuscritos. Em seguida os rubricadores e miniaturistas se ocupavam da cópia dos livros e das iniciais em tinta vermelha. Os iluministas e os ornamentadores colaboravam igualmente na ilustração do livro. Segundo parece as palavras *miniatura* (de *minium*) e *iluminura* (de *illuminare*) eram inicialmente sinônimas, e, na verdade, não deixam, ainda hoje, de ser, a rigor, sinônimos, como veremos. (MARTINS, 1996, p. 100).

Como característica da Idade Média temos o tipo *carolina* de letra, que influenciou os tipos de caracteres “*itálicos*” e “*romanos*” usados posteriormente na imprensa. Esse modelo de letra, vem do século VIII, quando surge a Renascença carolíngia, encorajada por Pepino, o breve, e seu filho Carlos Magno. Por essa época “[...] esses reis queriam restaurar a cultura religiosa, e assegurar em todas as igrejas uma boa liturgia, que imitava bastante a de Roma.” (RICHE, 2008, p. 250). Portanto Carlos Magno “[...] queria que os clérigos e monges, os que serviam em sua administração, conhecessem o latim de modo correto. ” (RICHE, 2008, p. 250). Suas ações se justificavam pelo fato de que era necessário instruir os monges, assim sendo, mandou que as escolas monásticas fossem restauradas e os manuscritos recopiados tamanha sua preocupação de que a falta de livros ou as imperfeições nas cópias dissuadissem os monges da boa oração a Deus.

Ele sabia que esse tipo de letra estava sendo usado no *scriptoria* dos grandes mosteiros cujo nome foi dado em homenagem a este rei.

Essa minúscula de pequeno módulo, regular, que separa o espaço entre as palavras foi adotada pouco a pouco, impondo-se em todo o Ocidente e mesmo chegando até nós. De fato, os primeiros impressores da Renascença admiraram tanto a *carolina* que a adotaram, e ela se tornou a caixa baixa da tipografia atual. (RICHE, 2008, p. 250).

Portanto os escribas carolíngios desempenharam um portentoso e ininterrupto trabalho nos ateliês que começa no final do século VIII, durante o início do reinado de Carlos Magno,

e se estende ao século IX garantindo, segundo Riché (2008), o que resultou em que cerca de 8 mil manuscritos, número pouco expressivo para a produção da época, pudessem vir à luz do contemporâneo.

“Graças aos escribas, as obras dos Padres da Igreja, dos gramáticos, dos retóricos, dos poetas, dos pensadores latinos puderam ser conservadas nas bibliotecas. A dívida que a cultura europeia tem para com os escribas carolíngios é imensa; sem eles, o conhecimento das letras latinas antigas não teria sido possível. ” (RICHÉ, 2008, p. 251).

A *capital* era usada para os títulos ou no corpo de textos de grande luxo. Outra característica que adquirem as letras é que se tornam mais arredondadas e diminuem de tamanho menos pelo motivo estilístico do que por economia financeira, pois o pergaminho tem um alto preço. Ainda pelo mesmo motivo se fazia ‘recuperações’ das folhas, processo chamado ‘palimpsestos’. Nessa prática, por razões de economia, os monges raspavam obras escritas anteriormente como as de autores da antiguidade dando prioridade aos textos eclesiásticos, e sobre a nova superfície copiavam “[...] textos bíblicos, atas de concílios, Padres da Igreja, poetas cristãos, [...] que lhes pareciam mais dignos de serem estudados. ”, segundo Riché quando fala dessa prática na Biblioteca de Bobbio, na Itália (2008, p. 248). A *gótica* surge em meados do século XII. O aparecimento das abreviações ocorreu a partir do século XI.

Outras características dos textos dos livros da época

Ao terminar a cópia acrescentava-lhe o copista as linhas da ‘subscrição’ ou do ‘colofão’, nas quais mencionava o título do livro. Essas linhas começavam, em geral, com as palavras *explicitus est*, ou *explicit*, reminiscência, ainda, do rolo antigo: elas significavam que o manuscrito estava ‘desenrolado’. Quando o título era colocado no começo do livro, o texto começava com as palavras: *hic incipit*, isto é, ‘aqui começa’ explicando-se em seguida de que livro se tratava. (MARTINS, 1996, p. 101).

O esmero dos copistas era de uma preciosidade sem par. Prova disso era o trabalho desenvolvido por estes nas iluminuras e miniaturas. Tratava-se de ilustração de manuscritos na qual as miniaturas eram uma técnica mais pobre e restrita que as iluminuras, estas sim merecedoras do título de ‘decoração’ de página. A miniatura se utilizava de tinta vermelha composta de mínio e cinábrio e eram ornamentos simples. Já as iluminuras trabalhavam com um número muito maior de cores. Os ilustradores tinham “[...]o hábito de ‘ilustrar’ a história do texto com a representação gráfica dos episódios, ou simplesmente ‘alegrá-lo’ com desenhos coloridos muitas vezes sem nenhuma relação com o assunto do livro ou da página. ” (MARTINS, 1996, p. 103). Esse fato era deveras contraditório quando ilustrações profanas apareciam ornando livros piedosos, sem tão pouco causar incômodo aos seus leitores. Portanto se as iluminuras faziam parte ou não do contexto, por significarem mais um reflexo

da realidade do que ela própria, as miniaturas ficaram limitadas ao ornamento das letras, o motivo da arte era concebido por “[...]figuras fantásticas de animais mitológicos, ou de homens, aves, peixes e flores[...]” (MARTINS, 1996, p. 103). Alguns anos mais tarde estas também assumiriam novas cores, azul-claro ou douradas ou prateadas quando se tratasse de manuscritos de luxo. Também eram usados recursos de letras de ouro como maior sofisticação e os que trabalhavam com elas eram denominados, segundo Martins (1996), como *crisógrafos*.

Para Le Goff (2007), foi, portanto, no século XII que o movimento monástico ‘da civilização do livro’ dá espaço à tendência escolástica de seu uso, isso consolidado pelas técnicas e novos materiais utilizados em sua confecção durante o século seguinte e conferindo ao livro uma nova utilização. A evolução com a criação de sinais de pontuação, a inclusão nos manuscritos de títulos e rubricas, a inserção de capítulos e índices de assunto classificados em ordem alfabética caracterizam essa nova fase. Essas transformações colaboram para o aparecimento de um novo tipo de leitor colocando a Idade Média em um processo de “[...] laicização da cristandade através da evolução do livro” (LE GOFF, 2007, p. 183), muito embora o cunho religioso continue muito forte no manuscrito. Prova disso, Le Goff nos traz como exemplo os livros de devoção cujas leitoras eram as mulheres, categorizados como os livros de horas

Trata-se de um saltério ao qual são acrescentados um ofício da Virgem (o que explica o número de leitoras, um calendário (signos do zodíaco e trabalhos do mês), os salmos de penitência, as ladainhas e os sufrágios dos santos, e, ligado à devoção em relação aos mortos e do purgatório, um ofício de defuntos. Os livros das horas continuavam sendo obras destinadas aos ricos e aos poderosos sendo sua brilhante ilustração objeto particularmente caro, ao passo que o ‘belo livro ornado’ de miniaturas estava em regressão. (LE GOFF, 2007, p. 182).

Às encadernações do livro na Idade Média também era dado um cuidado cercado de requinte, havendo dois tipos de encadernação: a de ourivesaria e a de couro.

A encadernação de ourivesaria, que respondia mais a intenções artísticas e de luxo que ao desejo de proteger o livro, consistia ‘em placas de madeira ornadas de marfim esculpido, de prata ou de ouro trabalhado e incrustado, ao mesmo tempo, de pedras preciosas, de pérolas e de esmalte pintado’. (MARTINS, 1996, p. 108).

Eram os chamados ‘encadernações de altar’ pelo fato desse tipo de encadernação ser adotado para os livros da igreja. Essa ornamentação que também era feita na parte posterior dos volumes não era muito funcional, pois havia demasiado desgaste com o contato do livro contra a superfície, portanto esse modelo foi substituído por quatro tachas, uma em cada canto para servir de suporte dos livros e dar-lhes proteção. A tendência bizantina à riqueza e ostentação do luxo muito influenciou esse período, que a partir do século XIV começa por

substituir essa encadernação pelo uso do couro ou veludo com arremate nos vértices em cantoneiras de metal, conferindo assim mais proteção. Mais algumas influências foram sentidas nesse processo. Também a essa época o ‘estilo gótico’ deixa sua herança. As técnicas para encadernação em couro são uma prática desde a Antiguidade quando o couro liso servia de cobertura para placas de madeira leve que assim, decoradas com detalhes do próprio couro, consistiam em capas das encadernações. Não era incomum o uso de fechos e correntes para a proteção do conteúdo dos livros. (MARTINS, 1996). Essa prática também sofre modificações por volta dos séculos XIV e XV, quando surge a gravação no próprio material:

[...] nesse caso, ‘desenhava-se sobre o couro previamente umedecido um modelo que era em seguida gravado à faca. Esvaziava-se, em seguida o fundo, de forma a fazer com que o desenho ressaltasse em relevo’. Os ornamentos preferidos eram os nossos já conhecidos animais fantásticos do período gótico (a encadernação em couro gravado é sobretudo uma arte alemã), o que, de resto, não excluía os anjos, os santos e os cavaleiros com suas damas. (MARTINS, 1996, p. 110).

Por fim, segundo Martins (1996), as encadernações em couro são estampadas a frio, não mais comportando douração, modelo este que iria aproximar-se mais do estilo do que hoje entendemos para essa arte.

O fato é que o mosteiro poderia ser comparado à editora de sua época. Em seu *scriptorium* havia intensa atividade. Em São Martinho de Tour, na França, seu abade Alcuíno, no final dos anos setecentos, transcreve, por intermédio de palavras que manda gravar na porta do *scriptorium* de sua abadia, a importância da tarefa do escriba e o significado da vigília constante do espírito que serve a tarefa tão nobre. Disciplina severa é imposta a esses homens pela mensagem:

“Que tomem o seu lugar os que escrevem as palavras da lei santa, assim como os ensinamentos dos Santos Padres; que evitem misturar a eles sua tagarelice frívola, para que essa frivolidade não induza suas mãos ao erro. Que se obtenham textos corrigidos com cuidado, a fim de que a pena de ave tome o caminho reto. Que eles distingam as nuances do sentido por meio de membros e incisos, e que ponham cada ponto em seu lugar, a fim de que o leitor não leia coisas falsas, ou talvez, de repente, se sinta confuso na igreja diante de seus irmãos de religião. Aliás, copiar os livros santos é fazer obra de oração, e o escriba não está privado de sua recompensa própria. Mais que mondar a vinha, é bom copiar o livro: ali se trabalha para o ventre, aqui para a alma. Do novo e do antigo, tudo pôr para produzir livros com abundância, se o escriba lê o ensinamento dos Santos Padres. ” (RICHE¹⁷, 1979, p. 367 apud RICHÉ, 2008, p. 251).

Portanto, a trajetória do livro sempre foi marcada de significado pois nele está contida a responsabilidade da perpetuação do conhecimento de toda cultura durante a Idade Média. Falar sobre a história do cristianismo é falar sobre a história do livro na Europa. O livro e a

¹⁷ RICHÉ, P. *Écoles et enseignement dans le Haut Moyen Âge*. Paris: Aubier-Montaigne 1979.

palavra escrita desde o início estiveram estreitamente ligados às primeiras comunidades cristãs. Foi por intermédio deles que a espiritualidade cristã se firmou e se confirmou no texto escrito que, para além de tantas formas, teve como principal representante as Escrituras Sagradas, base da liturgia e dos rituais cristãos. A relação do texto e do livro no cristianismo desenvolveu-se com uma originalidade que se sobrepõe a qualquer outra religião e a transformação que sofreu o livro como objeto é fruto dessa relação cuja herança é a forma como se conhece hoje. A própria passagem do rolo ao códex pode ser atribuída às primeiras comunidades cristãs tornando o livro por excelência o modo de fixação e preservação da palavra escrita. (GIURGEVICH; LEITÃO, 2016). A predileção notável dos primeiros cristãos “ [...] não só se tornaria num traço distintivo do cristianismo, em clara distinção dos hábitos das culturas que os envolviam, mas conduziria também a surpreendentes desenvolvimentos na história do livro. ” (GIURGEVICH; LEITÃO, 2016, p. xvii).

Coube às bibliotecas monásticas medievais esse papel, por intermédio dos mestres na conservação dos livros que possibilitaram, diante de todas as ameaças, difundir estes durante séculos e séculos.

Reportando-se à Portugal, segundo Giurgevich e Leitão (2016, p. xv), os estudos de bibliotecas e do livro antigo tem ganho destaque maior nesse país.

Durante séculos, mosteiros, conventos e abadias e casas religiosas de todo tipo forma os nodos essenciais da rede de leitura e de colecção de livros no nosso país. Compreender a história do livro, da leitura e das bibliotecas em Portugal implica, antes de mais nada, reconstituir essa realidade.

Em seus estudos, os autores do livro “Clavis Bibliothecarum: catálogos e inventários de livrarias de Instituições Religiosas em Portugal até 1834”, trazem um apanhado significativo da documentação existente nos fundos monásticos e conventuais. Esse material faz-se oportuno para a descoberta das tipologias das obras que faziam parte do acervo das bibliotecas monásticas de Portugal durante a Idade Média e que se estendeu para a modernidade. A complexidade da tarefa visualiza três questões emblemáticas que se colocam como fator de dificuldade nesta apuração:

A dispersão dos fundos dessas instituições após a supressão das ordens religiosas em 1834 criou aos investigadores um enorme problema de ordem prática. Em segundo lugar, porque a própria dimensão desses fundos documentais, e o facto de nem sempre se encontrarem suficientemente tratados do ponto de vista arquivístico, torna o levantamento dos documentos que se referem especificamente aos livros e bibliotecas (uma fracção do *corpo* documental dos antigos mosteiros e conventos) uma tarefa morosa. E, finalmente como uma terceira razão, está o facto de o contributo cultural das instituições da Igreja e, em particular, as actividades educativas e culturais das ordens religiosas, terem sido muitas vezes minorizadas, ou até esquecidas, pelos historiadores, daí resultando uma clara escassez de estudos específicos. (GIURGEVICH; LEITÃO, 2016, p. xvi).

Porém, na busca de informações que possam desenhar um cenário sobre qual a tipologia dos acervos das bibliotecas monásticas beneditinas medievais portuguesas, no estudo desses autores encontra-se, como o nome do título sugere, uma chave para que, a partir dos inventários levantados até 1834, o teor desse acervo se revele. Há, portanto, nessa descrição dois blocos documentais que se baseiam nas condições adversas e históricas para os inventários e catálogos. Mas antes deixar-se-á estabelecido, conforme o autor, qual a definição de tais recursos de levantamento documental: “[...] catálogo como um instrumento bibliográfico com critérios de organização específicos usado, principalmente, para permitir a identificação e a localização dos livros dentro da biblioteca, [...]” e inventário como “[...] um instrumento administrativo e de gestão do patrimônio (que pode ter uma periodicidade preestabelecida), usado para referenciar o valor material dos livros e informar sobre o estado das existências e perdas. [...]” (GIURGEVICH; LEITÃO, 2016, p. xxv). Definindo tais termos, descreve-se os dois blocos:

Por um lado, há documentos que testemunham a vida *interna* da biblioteca e se relacionam com as preocupações de gestão patrimonial das congregações religiosas, com os interesses peculiares de uma determinada casa religiosa ou, ainda, com a personalidade e formação intelectual de um determinado bibliotecário. Por outro lado, há documentos que são frutos de imposições, intervenções e vontades de conhecimento e apropriação de bens *externas* aos interesses das congregações religiosas. (GIURGEVICH; LEITÃO, 2016, p. xxv).

A descrição dos itens também pode sofrer variação se considerar o rigor e o detalhe com os quais são descritos. Informações como autor, título, informações bibliográficas ou tipográficas, embora num mesmo contexto, variarão de acordo com seus autores. E, portanto, a documentação levantada na obra divide-se em dois grupos:

Vida interna (das livrarias geridas pelas congregações religiosas)

Catálogos da livraria (organizados pelos padres bibliotecários)

Inventários gerais dos bens móveis ou específicos da livraria (redigidos para serem examinados nas assembleias gerais periódicas de uma congregação ou após visitas e controles regulares das instituições religiosas).

Inventários “pós morte” e dos espólios dos religiosos (destinados a ser integrados em livrarias institucionais e/ou vendidos entre religiosos de uma ou mais instituições).

Inventários de doação (geralmente de protectores nobres e de outras pessoas externas à instituição).

Livros de despesas da livraria e listas de livros encomendados/desejados.

Livros de empréstimo de livros das obras da livraria.

Reorganização Externa (das livrarias, accionada pelo Estado)

Inventários mandados fazer pela Real Mesa Censória

Inventários resultantes de inquérito da Junta do Exame sobre o Estado Actual das Ordens Religiosas.

Inventários de sequestro e de extinção. (GIURGEVICH; LEITÃO, 2016, p. xxvi).

Os eventos que estão ligados ao segundo grupo de observação da obra, dizem respeito à época da intervenção assistida pela Real Mesa Censória quando da expulsão das ordens religiosas de Portugal e do encerramento das atividades dessas instituições. Neste apanhado estão expressos valores relacionados a avaliação do acervo como o destino que tomaram as obras. Também contém descrição do conteúdo de cada uma das seis classes tratadas no Index da Bliibliotheca do Mosteiro de S. Martinho de Tibaens, do primeiro grupo, datada de 1798. Portanto, nessa pesquisa, somente será transcrito o primeiro grupo. Neste caso tratar-se-á como exemplo o Mosteiro de São Martinho de Tibães, de ordem monástica como forma de vida, ordem de São Bento como congregação, cujo levantamento inclui o intervalo de anos de 1743 a 1843 como períodos de registro, e embora tal período corresponda aos Séculos XVIII e XIX traçam um histórico sobre o conteúdo do acervo acumulado ao longo dos séculos pertencentes a Idade Média neste mosteiro. A transcrição de tais dados referentes ao conteúdo dos *indexes* como também dos catálogos estarão no anexo A deste trabalho.

4.3 A ORGANIZAÇÃO DAS BIBLIOTECAS MEDIEVAIS

Como falou-se anteriormente, a segmentação cronológica em Antiguidade, Idade Média e Renascença, serve para efeito do ponto para o qual se quer olhar a história, mas a passagem de uma para outra requer alguns séculos para transição. Portanto, segundo Martins (1996, p.71)

“[...] as bibliotecas medievais são, na realidade, simples prolongamentos das bibliotecas antigas, tanto na composição, quanto na organização, na natureza, no funcionamento: não se trata de dois ‘tipos’ de biblioteca, mas de um mesmo tipo que sofreu modificações insignificantes decorrentes de pequenas divergências de organização social.”.

O *codex* traz um novo suporte para as bibliotecas medievais, contudo o mesmo caráter sagrado, cujo acesso é conferido apenas a poucos eleitos, ainda é uma de suas principais características.

O paradigma de conservação e guarda do livro, que em nossos dias vamos identificar nas bibliotecas nacionais que são instituições repositórias de patrimônio bibliográfico de seu país, desde a Antiguidade se estende às Bibliotecas Medievais. Temos como exemplo esse mesmo paradigma presente em nossa própria Biblioteca Nacional, cuja origem desta remonta da Real Biblioteca Portuguesa que vem para o Brasil com a chegada da corte em “[...] três etapas (a primeira em 1810 e as outras duas em 1811) [...]” (ANDRADE, 2009, p. 2) que por sua vez se compõe de coleção “[...]acumulada pela casa de Avis e de Bragança [...]”

(ANDRADE, 2009, p. 2), cujo acervo desta tem também sua origem em aquisições e doações de colecionadores particulares. Como exemplo de colecionador, o qual com seu amor pela conservação e preservação da memória, pôde contribuir para a construção da Real Livraria, como assim era também chamada, podemos citar Diogo Barbosa Machado¹⁸

No século XVIII, um erudito português chamado Diogo Barbosa Machado dedicou-se a colecionar materiais sobre a história de Portugal e de suas possessões. Nesta minuciosa tarefa de selecionar aquilo que era digno de sobreviver ao tempo, aquele antiquário constituía, por meio da prática colecionista, uma relação com o passado. Este trabalho de compilação foi levado a cabo por Barbosa Machado até os últimos anos de sua vida, quando, então, vendeu a sua coleção pessoal e toda a sua livraria para a Coroa portuguesa. Com a invasão napoleônica e a vinda da Corte para o Brasil, muitas das obras da Biblioteca Real foram transferidas para o Rio de Janeiro, dando início aqui à atual Biblioteca Nacional. Entre estas obras, estava toda a coleção daquele erudito. (CALDEIRA, 2007, f.5).

Segundo Rubens Borba de Moraes (1965, p. 12)

Quando se estuda a história das grandes bibliotecas do mundo, das grandes bibliotecas nacionais que fazem o orgulho de muito povo, vê-se logo que elas se formaram, tendo como base uma coleção particular e foram se enriquecendo com a aquisição ou doação de outras coleções particulares.

Assim sendo, a salvaguarda das coleções nos anos que atravessam todos esses séculos de história somente foi possível pela manutenção do paradigma da conservação, cujo estudo poderá ser muito providencial em nossa atual sociedade da informação, nos embasando para produção de soluções para fenômenos atuais como *Big data*¹⁹, por exemplo.

Nos estudos de Giurgevich e Leitão (2016, p. xxvi), em sua obra sobre as bibliotecas portuguesas, o acúmulo da massa documental das bibliotecas eclesiásticas só foi possível pelo

[...]desenvolvimento e a implantação de normas e sistemas centralizados de gestão das coleções. O funcionamento regular destas bibliotecas foi garantido por regulamentos e outros instrumentos normativos, pela nomeação de responsáveis, e por um conjunto de práticas que eram periodicamente avaliadas. ”

Assim, segundo esses autores, corroborando com Borba de Moraes, às coleções eclesiásticas também eram introduzidos os livros de defuntos e noviços. Para incorporar os livros dos religiosos defuntos, havia uma complexa rede de normas impedindo que este em vida decidisse pelo destino dos livros. A incorporação dava prioridade à casa de onde os religiosos fosse morador, segundo lugar a que mais precisasse e em terceiro os religiosos em geral. Os que sobrassem poderiam ser vendidos ou distribuídos. Os noviços também ficavam

¹⁸ Diogo Barbosa Machado viveu em Portugal, no século XVIII, dedicado aos estudos ao longo da vida reúne um acervo principalmente sobre a história eclesiástica e secular do reino, que além de erudito foi um homem dedicado a Deus por intermédio de sua carreira. Reconhecido intelectualmente ao final da vida pelo próprio rei D. José I que se interessou na compra de sua biblioteca cuja formação levou vários anos. (CALDEIRA, 2007).

¹⁹ “Big Data é um termo amplamente utilizado na atualidade para nomear conjuntos de dados muito grandes ou complexos, que os aplicativos de processamento de dados tradicionais ainda não conseguem lidar. “cujo armazenamento faz parte de um dos grandes desafios no Século XXI (BIG DATA, 2016, Não paginado).

submetidos às normas: ao ser aceito trazendo consigo seus livros, estes passavam a ter seu registro no livro de entradas. Outra forma de aumentar as coleções entre as congregações eclesiásticas eram os legados, que eram provenientes dos fundadores. No Século X, como testemunho mais antigo desta prática, tem-se o legado de D. Mumadona Dias²⁰ que deixou ao mosteiro pré-benedictino de Guimarães sua biblioteca. (GIURGEVICH; LEITÃO, 2016).

A arquitetura dos mosteiros já dificultava o acesso físico à biblioteca. Em Portugal, nas comunidades religiosas, a biblioteca tinha um espaço próprio. E seu acesso era mais ou menos restrito, segundo Giurgevich e Leitão (2016); em casas maiores ela podia ser apoiada por outra menor, que podia ser um anexo. A construção da biblioteca de uso comunitário era fundamental para formação dos religiosos. Aos religiosos era vetada a posse dos livros, contudo o seu uso era propagado entre os membros da comunidade. Quando se projeta um olhar sobre as dimensões das bibliotecas portuguesas medievais na obra “Clavis Bibliothecarum” sua classificação é feita pelo número de volumes que possuíam, análise esta que embora feita de forma arbitrária conforme os autores, ajuda a demonstrar o mundo das bibliotecas eclesiásticas:

Bibliotecas de muito grande porte: com mais de 20.000 volumes.
Bibliotecas de grande porte: entre 5.000 e 20.000 volumes.
Bibliotecas de grandeza média: entre 2.000 e 5.000 volumes.
Bibliotecas pequenas: com menos de 2.000 volumes. (GIURGEVICH; LEITÃO, 2016, p. xx).

No território português, portanto, haviam as seguintes quantidades de casas utilizando-se as medidas tratadas anteriormente, segundo os autores:

Bibliotecas de muito grande porte (mais de 20.000 vols.): ca. [circa] 10 bibliotecas.
Bibliotecas de grande porte (5.000-20.000 vols.): ca. [circa] 30 bibliotecas.
Bibliotecas de grandeza média (2.000-5.000 vols.): ca. [circa] 50 bibliotecas.
Bibliotecas pequenas (menos de 2.000 vols.): ca. [circa] 300 bibliotecas.
(GIURGEVICH; LEITÃO, 2016, p. xx).

O mosteiro de Tibães estava entre as casas de grande porte, por exemplo, com oito mil volumes em seu acervo segundo levantamento feito por Giurgevich e Leitão (2016). Em Portugal, quanto a utilização da biblioteca, dependendo da instituição, esta poderia ser um lugar fechado de acesso restrito, sendo vedada inclusive a prática da leitura em seu espaço ou um lugar onde não só a permanência estava ao acesso dos monges como esta era incentivada. “Se considerarmos cada casa religiosa como um universo de livros alargado, a biblioteca institucional constitui como que o pulmão para onde e de onde os livros entram e saem.” (GIURGEVICH, LEITÃO, 2016, p. xxxv).

²⁰ Condessa Mumadona Dias foi a dama mais rica e poderosa do Noroeste Peninsular. Era filha dos Condes Diogo Fernandes e Onega, esposa do Conde Hermenegildo Gonçalves. (MUMADONA Dias, 2011. Não paginado.)

Ainda segundo a obra de Giurgevich e Leitão (2016), em levantamento sobre o teor do acervo das bibliotecas monásticas em Portugal até 1843, por intermédio de um apurado apanhado dos catálogos e inventários das antigas coleções das estantes das Instituições que estariam espalhadas por arquivos locais e nacionais, quando da expulsão das ordens religiosas em Portugal, trouxe à luz do conhecimento aos estudiosos interessados pelo tema, um histórico cronológico sobre o conteúdo das obras do Mosteiro de São Martinho de Tibães, além de um grandioso levantamento documental das outras casas religiosas de Portugal.

Tomou-se esse mosteiro como exemplo para identificar o modelo de organização do conhecimento e seu critério de classificação nos catálogos. Pode-se observar que no arrolamento da documentação feito de 1743 a 1834, produto de séculos de acumulação, e transcritos em catálogos, o conteúdo das obras foi organizado ora por ordem alfabética de autor ou pelo título da obra, ora por assunto. O assunto também obedecia determinadas classes, como está exemplificado no Index da Bibliotheca do Mosteiro de São Martinho de Tibaens, 1798. Estando classificado quanto a sua tipologia como catálogo de livreria, traz índice de autores e obras organizados por assuntos em seis classes gerais que se subdividem em seções ou subclasses, sendo elas: *Theologia*; *Jurisprudencia*; *Sciencias* e *Artes*; *Literatura*; *História*; *Polygrafia*, *Historia Literaria*, e *Bibliografia*. Noutro catálogo de dois anos anteriores, 1796, tratando-se a tipologia de catálogo de manuscrito, também o critério de sua organização foi por assunto, ou seja, organização temática. Em cada uma das repartições, termo usado na descrição da obra *Clavis Bibliothecarum*, cada repartição contém as obras relatadas por ordem alfabética e pelo primeiro nome do autor. Então temos assim classificados seus conteúdos: na primeira repartição, *Theologia* (que abrange a *Dogmática*, *Theorética e pratica*; *Izagogica*; *Exegetica*; *Disciplinar, canonica*, e *liturgica*); na segunda repartição, *Polygrafia Politica* e *Miscellanea*; na terceira repartição, *Bellas Letras*, *Eloquencia* e *Poezia*; e na quarta repartição, *Historia Profana Portuguesa*, *Ecclesiastica Portuguesa*, *Benedictina Geral* e *Benedictina Portuguesa*. (GIURGEVICH, LEITÃO, 2016). A transcrição completa do livro que trata desse material encontra-se em anexo A.

Quanto a sua apresentação espacial “As mais variadas formas de estantes de leitura existiam nesses conventos para permitir um manuseio cômodo dos grossos in-fólios medievais, inclusive as portáteis nas quais se acorrentavam os livros. ” (MARTINS, 1996, p.82). A organização da biblioteca era, pois, prestada pelo trabalho escriturário de um monge, seguindo os preceitos estabelecidos pelas regras adotadas pelo mosteiro e essa dedicação era vista como um “dever piedoso”, tão importante quanto qualquer voto: “pobreza, castidade, obediência”, como nos fala Martins (1996, p.82). Tantos cuidados se justificam pelo apreço

pelas bibliotecas monásticas demonstrados pelo clero instruído, apreço esse que preserva a herança literária da Antiguidade. Entre os livros religiosos, haviam os livros heréticos que assim eram classificados pelo seu teor científico, filosófico ou literário como por exemplos, e que foram condenados à fogueira e salvos, seus conteúdos, pelas cópias realizadas por ordem de alguns membros do clero mais prudentes e menos ortodoxos. Portanto era comum o uso de forma de controle do que poderia ser lido, assunto o qual contemporaneamente tratamos como acesso a informação, havia o *Índice dos Livros Proibidos*, o *Index* católico, “protegendo” seus fiéis das “influências malignas” exercidas pelos autores pagãos (MARTINS, 1996).

A biblioteconomia no seu saber prático apresenta-nos técnicas nos cuidados com a organização da informação e, por conseguinte, ao que não seja virtual, há de se considerar a materialidade do suporte. As bibliotecas monásticas, por sua vez, também tinham seus métodos de organização

O aspecto novo do livro (*codex* e não mais *volumen*) obrigava à adoção de móveis adequados às novas circunstâncias: armários e estantes nos quais os livros deitados, às vezes acorrentados, eram confinados a um especialista, conservador de livreria e, simultaneamente, chefe do *scriptorium*. Desses livros confeccionados ali mesmo, adquiridos, doados, legados ou trocados, classificados, existem catálogos, e até, algumas vezes, catálogos coletivos [...] (FRANTZ CALOT²¹ apud MARTINS, 1996, p.84).

Porém, como já foi anteriormente, a biblioteca da Idade Média não é senão um prolongamento do que já era visto na Antiguidade. Em Roma, no século IV, havia 28 bibliotecas públicas nas quais já havia a prática de empréstimos. Na Idade Média essa prática também ocorria, e nas congregações eclesiais portuguesas, segundo Giurgevich e Leitão (2016, p. xxxiii), “[...] acompanhando o progressivo aumento do tamanho das bibliotecas, cresceu também a preocupação em tutelar e preservar o patrimônio bibliográfico. ” Isso significava a preocupação dos monges em proteger dos extravios, desvios, vendas e trocas não autorizadas de livros. A não entrega dos livros de volta ao seu local, por omissão ou por tê-los como ornamento em suas celas e também o bibliotecário que faltasse com seus cuidados para com essas devoluções havia rigorosas punições. Pena grave sujeita a excomunhão era aplicada para aqueles que vendessem ou trocassem livros da biblioteca institucional sem a devida autorização. Punições com tais rigor, também eram aplicadas aos religiosos que tentassem levar livros de um mosteiro ao outro sem licença, que se valesse da confiança de possuir as chaves da biblioteca para remoção sem permissão de livros ou mesmo os que permutassem exemplares, estes últimos sujeitos a pena de jejuar um ou mais dias a pão e água (GIURGEVICH E LEITÃO, 2016). Mas os empréstimos aconteciam observadas as

²¹ FRANTZ CALOT, Louis-Mare Michon e Paul Angoulvent, *L’art du livre en France*, p. 6 e 8.

recomendações. Mas o que era lido e por quem, era determinado por uma hierarquia de acessibilidade e a leitura nas celas também sofria vigilância. Portanto havia uma classificação distinta para cada lugar no qual os livros deveriam estar guardados: os livros de uso comum, que poderiam estar na livraria das comunidades ou em outros espaços coletivos; livros de uso particulares que ficariam nas celas dos religiosos; e os livros de uso mais restritos, destinados a religiosos privilegiados, que tinham licença para ler obras proibidas. Na ordem dos jesuítas, por exemplo, o padre bibliotecário “[...] era autorizado a procurar pelos cubículos dos outros religiosos os livros que faltavam na livraria pública [...]” (GIURGEVICH E LEITÃO, 2016, p. xxxiv). A alguns religiosos, denominados padres mestres, era concedido o empréstimo de número determinado de livros que em algumas ocasiões era medido pelas estantes que acolhiam os livros, segundo os autores.

Martins (1996) em suas pesquisas bibliográficas descreve as bibliotecas como divididas por armários, que eram numerados e mediam cerca de cinco pés e meio, o que corresponde a variação de um metro e meio a dois metros; esses armários eram ornamentados por arabescos esculpidos em marfim e fechados de vidro, cumprindo a função que tem hoje esse artifício, para que os rolos pudessem ser vistos pelo lado de fora, facilitando a procura. Portanto estes seriam organizados em tubos para que ocupassem o menor espaço possível. As estantes tinham de fundos trinta e oito centímetros aproximadamente. Outra particularidade é que os rolos não eram amontoados uns sobre os outros, de modo a não dificultar o acesso aos que se encontravam mais em baixo.

A organização do conhecimento, contudo, é uma questão que move o homem. A necessidade de classificá-lo de forma que possa seguir determinadas categorias que facilite sua recuperação e acesso vem do período anterior a Idade Média e, segundo Dahlberg (1972, Não paginado) “A antiga arte de classificar, tão antiga quanto a humanidade, apenas recentemente adquiriu uma base teórica adequada - base esta que nos permite presumir que ela progrediu do status de arte para o de ciência. ”. Desde a Antiguidade os homens desenvolveram “[...]arranjos sistemáticos que entraram na composição dos trabalhos de grandes filósofos [...]” (DAHLBERG, 1972, Não paginado).

É, portanto, da Antiguidade que o pensamento da Idade Média herda sua organização e seu patrimônio cultural preservado pela Igreja Católica. Desde a queda de Roma, no ano de 476 d. C., até a instauração da nova civilização, muitos conflitos se sucedem até que o cristianismo estivesse disseminado. Porém, esta desponta no Ocidente e organiza o seu saber de acordo com os autores do fim do mundo antigo, como Santo Agostinho e Marciano Capela, e por escritores do início da Idade Média, tais como Cassiodoro, Boécio, Santo

Isidoro de Sevilha e São Beda, o Vulnerável. Saber esse que foi transmitido durante várias gerações do Medievo por intermédio da cópia dos manuscritos, da confecção de manuais e enciclopédias. (NUNES, 1979). A forma de classificação do conhecimento implica diretamente na sua organização e por conseguinte nos mostra a forma de pensar que moldou a sua cultura. Em Agostinho, segundo Nunes (1979, p. 74),

[...] o centro da aprendizagem é a Sagrada Escritura e para ela se volta todo o interesse que possam merecer as artes liberais, as línguas e as ciências, enquanto o termo filosofia se conserva para designar principalmente a concepção cristã da vida na aceção consagrada pelos Santos Padres e adotada pelos autores monásticos.

Le Goff (2007, p. 25-26) nos fala, em sua obra, das artes liberais divididas em dois ciclos

Entre as escolhas culturais essenciais que o cristianismo medieval fez, em primeiro lugar, e sobretudo está a das classificações científicas e dos métodos de ensino. Transmitida por um retórico latino cristão do século V, Marciano Capela, a classificação e a prática das artes liberais dominam o ensino medieval. Divididas em dois ciclos, o do trivium, ou artes da palavra (gramática, retórica e dialética) e o do quadrivium, ou artes dos números (aritmética, geometria, música e astronomia), [...].

Agostinho e Marciano Capela foram contemporâneos. O primeiro lega à Idade Média a orientação pedagógica com o plano traçado em sua obra *De Doctrina Christiana* que foi o roteiro dos estudos dos intelectuais cristãos e ideário e programa de ensino que imperaram até o século XIII. Além desse, outros livros do autor tornam-se manuais: *De Magistro*, *De Civitate Dei*, as *Confessiones* e o *De Música*, única obra completa que restou da sua planejada enciclopédia sobre as artes liberais. (NUNES, 1979).

Já Marciano Capela nasceu provavelmente no fim do Século IV, retórico cantonês, escreveu uma enciclopédia em prosa e verso em nove livros intitulada *As Núpcias de Filologia com Mercúrio*

Os dois iniciais descrevem as bodas de Filologia com Mercúrio, e os restantes tratam das sete artes liberais simbolizadas por damas de honor, serviçais de Mercúrio que Febo deu à Filologia como presente de casamento. Nota-se que as núpcias descritas nos dois primeiros livros constituem um símbolo muito significativo da cultura do fim do Baixo Império. [...] as personagens propostas por Marciano Capela inspiraram os artistas medievais, e as *Núpcias da Filologia e Mercúrio* proporcionaram aos estudiosos e às escolas o currículo que se conservaria inalterável, sujeito apenas a ampliação e enriquecimento, até ao começo do século XIII, quando se lhe acrescentaram disciplinas filosóficas e científicas. ” (NUNES, 1979, p. 75).

O *Trivium*, como já foi dito anteriormente, era composto pelas disciplinas de gramática, dialética e retórica e representava o conjunto dos conhecimentos que tratava desde a escrita, o significado das palavras, a lógica do pensamento até o uso da linguagem que deveria ser escolhida para comunicar. Essa comunicação sob o ponto de vista da retórica devia obedecer a formas de estilo que se prestassem a função de comunicar, ou seja, ensinar

aos cristãos. (PEINADO, 1995). Segundo Durkheim²² (1995, p. 52 apud PEINADO, 2012, p.3)

O trivium tinha por objetivo ensinar a própria mente, isto é, as leis às quais obedece ao pensar e expressar seu pensamento, e, reciprocamente, as regras às quais deve sujeitar-se para pensar e expressar-se corretamente. Tal é, com efeito, a meta da gramática, da retórica e da dialética. Esse triplo ensino é, pois, totalmente formal. Manipula unicamente as formas gerais do raciocínio, abstração feita de sua aplicação às coisas, ou com o que é ainda mais formal do que o pensamento, ou seja, a linguagem.

Contudo, passemos para o outro ciclo do saber humano, o *Quadrivium*, como justifico o Agostinho:

Segundo ele, para a compreensão eficaz das Escrituras, o estudioso deveria passar, necessariamente, pelo conhecimento das coisas, da ciência do raciocínio e das instituições humanas, dominar os sentidos das palavras e dos signos, conhecer outras línguas, entre outros aspectos importantes do conhecimento. (PEINADO, 2012, p. 4).

Ainda, segundo Delaruelle²³ apud Nunes (1979, p. 191), expressando Teodorico de Chartres²⁴ que exprimiu a sua concepção do saber e do papel das artes liberais, este afirma que “[...] os instrumentos básicos de filosofar são a reflexão ou a compreensão intelectual e a expressão adequada [...]”, assim sendo “[...]o ‘quadrivium’ ilumina o intelecto [...] enquanto o ‘trívio’ permite a manifestação conveniente e elegante do pensamento. ”

Desse modo o *Quadrivium*, segundo Peinado (2012, p. 4), consiste em

[...] um conjunto de conhecimentos objetivos e abstratos de aritmética, geometria, música e astronomia, os quais também eram úteis, segundo Santo Agostinho, à compreensão das expressões referentes a essas artes utilizadas nas Escrituras como objeto de comparações a fim de alcançar o entendimento das coisas espirituais e, conseqüentemente, a rejeição das ficções supersticiosas.

Sendo assim, nessa definição, a Astronomia objetiva o estudo da natureza e do seu poder e da ciência dos astros, desaconselhando utilizar esse conhecimento para tirar prognósticos de horóscopos, mas sim com a finalidade de calcular o curso dos mesmos, sempre com o objetivo final de desvendar o sentido das Escrituras no momento que se estuda esses corpos celestes que foram criados por Deus. Portanto, Agostinho combateria um ato de característica pagã. Ainda, segundo ele, a aritmética servia como o antídoto para a ignorância dos números, portanto o conhecimento aritmético “[...] impedia a compreensão de expressões figuradas ou simbólicas empregadas nas Escrituras. ” (PEINADO, 2012, p. 4). Tanto quanto os números, a música era colocada, segundo Agostinho, em lugar de destaque nas Escrituras, não entendida como arte de canto “[...],mas como a disciplina que estabelecia as relações da

²² DURKHEIM, E. **A evolução pedagógica**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

²³ DELARUELLE, Étienne. Les universités du Languedoc au XIII e siècle. In: **Les Universités du Languedoc au XIIIe Siecle**. Toulouse: Privat, 1970. p. 230

²⁴ Teólogo e filósofo francês do Século XII.

música com a aritmética, com a harmonia dos astros e com as leis da acústica. ” (PEINADO, 2012, p. 4). Para Durkheim (1995, p. 52 apud PEINADO, 2012, p. 4), ao analisar os campos de conhecimento, define o *Quadrivium* do seguinte modo:

[...] era um conjunto de conhecimentos relacionados com as coisas. Seu papel era tornar conhecidas as realidades externas e suas leis, leis dos números, leis do espaço, leis dos astros, leis dos sons. Assim, as artes que abraçava eram chamadas artes reales ou physica.

A exemplo de escritor que desponta na Idade Média, temos Flávio Magno Aurélio Cassiodoro, que dentre as inúmeras obras que escreveu e deixou de legado, citamos a mais influente para a história da educação forma as *Institutiones divinarum et humanarum lectionum*, na qual, também pode-se observar a organização do conhecimento por intermédio da utilização dos dois ciclos

[...]em seu primeiro livro, Instituições Divinas, disserta sobre os livros da Sagrada Escritura e o seu estudo e, no segundo, Instituições Seculares, trata das sete artes liberais necessárias a compreensão da Sagrada Escritura, tendo distinguido as *sermocinales* [*trivium*], gramática, retórica e dialética das *reales* [*quadrivium*], aritmética, geometria, astronomia e música. (NUNES, 1979, p. 76).

Outros eruditos representantes do saber, como Boécio, Santo Isidoro de Sevilha e São Beda, construíram suas obras com base nesse conhecimento que teve sua gênese na Antiguidade. Mas a necessidade de classificação perpassa do filosófico pela organização documental propriamente dita. Outros autores também conceituam esse tema. “Independentemente dos seus tipos ou distinções, pode-se afirmar que todas as teorias da classificação bibliográfica buscam promover uma classificação sistemática, lógica [...]” segundo Araújo (2007, p. 122); ainda segundo ele

Entre essas classificações mais elaboradas, que buscam explicitar e refletir sobre os critérios de classificação utilizados, estão diferentes tradições de reflexão. Svenonius separa aquelas oriundas de filósofos, enciclopedistas, epistemólogos e outros, voltados para uma classificação filosófica do conhecimento, daqueles preocupados com a organização de documentos, sua disposição física e sua recuperação. A estes últimos, a autora denomina “classificação bibliográfica” (SVENONIUS²⁵, 1985 apud ARAÚJO, 2007, p. 121).

E é com base nesse conceito que vemos no Medievo a elaboração de catálogos e bibliografias.

Segundo Ferraz (1991, p. 93), “A Idade Média apresentou pouco desenvolvimento na área da catalogação, a não ser tentativas de listas inventários desorganizados, ”. Como uma representação mais artística do que propriamente prática, eram escritos em forma de orações –

²⁵ SVENONIUS, Elaine. **Classification theory**. Los Angeles, 1985, mimeo.

“ Um catálogo antigo, aquele de uma coleção de livros doados por George, o Grande, para a igreja de São Clemente, em Roma, no século VIII [...]” (FERRAZ, 1991, p. 93) – ou ainda em forma de versos – “[...] catálogo métrico de Alcuim, produzido para a biblioteca monástica de York [...]” (FERRAZ, 1991, p. 93).

Se for comparado ao paradigma da conservação cujas práticas se justificavam nas bibliotecas medievais, o paradigma da informação do qual apropria-se as bibliotecas contemporâneas, pode-se levantar a priori alguns aspectos que para esse último tornam-se relevantes, de acordo com Crippa (2015, p. 87):

1) A ênfase sobre o acesso, mais do que sobre a guarda dos conteúdos informacionais, que se torna possível em função das novas tecnologias. 2) A preocupação com o acesso a fontes qualificadas de informação, especialmente no âmbito da informação científico/tecnológica. 3) A construção de novos dispositivos tecnológicos e, como consequência, de instrumentos de acesso e uso da Informação.

A despeito das tecnologias as quais hoje temos acesso, o que propicia justamente a implementação desses aspectos, a base de toda organização dos conteúdos para permissão de seu acesso e garantia de sua confiabilidade ainda permanece de cunho intelectual. Portanto a tradução dessas mesmas necessidades informacionais na Antiguidade e na Idade Média, em que pese a mudança do ponto de vista, vem acompanhada das tecnologias possíveis para esse período, e se manifesta por intermédio das produções bibliográficas. Expondo então um outro ponto de vista, os estudos de Crippa (2015) nos remetem a Cassiodoro e a seus ‘gestos bibliográficos’ como a própria autora nos diz

Deparamos, assim, com um texto que trata de bibliografia como “cartografia” dos saberes através de seus registros, o *Institutiones Divinarum Litterarum* (IDL), tratado do VI século d.C. de autoria de Cassiodoro. Estamos, portanto, em um tempo longínquo, quando o livro manuscrito era a “tecnologia” disponível para o acesso aos conhecimentos registrados. (CRIPPA, 2015, p. 88)

Esse erudito nasceu na Calábria em torno de 485 d. C., oriundo de uma família da aristocracia romana com tradição política cujo cargo de cônsul abraçou anos mais tarde. Em 544 d. C. volta a suas terras, em Vivarium, onde fundou um mosteiro. Tinha como planos a construção de uma escola cristã na qual tanto as Escrituras como os textos dos autores pagãos seriam estudados (O’DONNELL²⁶, 1979; COURCELLE²⁷, 1948 apud CRIPPA, 2015). Os estudos de Crippa justificam esse olhar para a obra *Institutiones Divinarum Litterarum* (IDL), como sendo algo que vai além de uma bibliografia, quando propõe que nos voltemos

²⁶ O’DONNELL, James J.: Cassiodorus. Berkeley: University of California Press, 1979.

²⁷ COURCELLE, Pierre: Les lettres grecques en occident: de Macrobie a Cassiodore. Paris: E. de Boccard, 1948.

[...] para a leitura do IDL por oferecer, dentro de uma já clara definição dos conhecimentos medievais, um *iter studiorum* para os monges, articulando-se como manual de instrução, mapa de autores e de seu uso e lugar na hierarquia dos saberes. (CRIPPA, 2015, p. 88).

A intenção do autor era a de construir um guia de obras sugeridas e comentadas, visando, portanto, a organização do conhecimento transmitido por intermédio da apreciação de vários textos, fazendo assim de Cassiodoro um homem além do seu tempo.

O tratado IDL, em sua divisão disciplinar e em sua proposta de uma ordem (re) produzida na biblioteca, se torna exemplo de verdadeira “política da Informação”, visando oferecer uma educação cristã completa, através de um texto detalhista e cheio de títulos. Não se trata, porém, de uma simples lista de livros presentes na biblioteca fundada por seu autor: a proposta de Cassiodoro é, com efeito, uma seleção de títulos para os monges seguirem um percurso de conhecimento instigante, que combina sugestões, recomendações e aponta para a disponibilidade ou a necessidade de procurar os materiais. (CRIPPA, 2015, p. 89).

Esta obra, portanto, representa um manual para a biblioteca bem como um catálogo, que servia de base bibliográfica para o desenvolvimento intelectual dos monges, o qual busca uma reorganização do conhecimento e do registro tanto legitimados pela Igreja como dos designados como pagãos. Compartilha-se da opinião da autora, quando faz referência à importância que se deve dar à organização da produção intelectual do presente como também ao daquela época, cujos arranjos sempre acompanham a instituição a qual servem e sempre se alinham ao momento histórico no qual estejam inseridos sob uma estrutura voltada ora para conservação, ora para a disseminação do conhecimento. (CRIPPA, 2015). Portanto o papel de Cassiodoro, com sua iniciativa, desponta como responsável pela representação dos documentos e produtos culturais de sua época e nos possibilita observar como essa questão outrora dispensava atenção uma vez que “[...] é através de escolhas classificatórias e de representação que se torna possível a manutenção dos conhecimentos.” (CRIPPA, 2015, p.90).

Com base na autora a

“[...]**missão** da biblioteca idealizada por Cassiodoro é de fornecer uma educação cristã coerente e marcada por uma bibliografia que busca traçar um percurso inovador em uma realidade política, social e cultural católica como é nos tempos da Alta Idade Média Ocidental.” (CRIPPA, 2015, p. 90-91).

Em seu artigo quando discute sobre práticas bibliográficas e organização do conhecimento associadas a IDL de Cassiodoro, considerando-a como fonte histórica, não somente coloca-nos o modelo da biblioteca para ser observado sob olhar do fato histórico em si, documentário e social, mas mais representativo que isso: “[...] como realização de um

dispositivo estruturado de materiais aos quais confiar a responsabilidade de interpretar e representar os valores e os ideais da civilização, cristã.” (CRIPPA, 2015, p.91).

Portanto, afirmações que colocam Cassiodoro como um estudioso visionário para as questões da intelectualidade na Idade Média.

Voltando a origem grega do nome biblioteca: *biblion*=livro e *theca*=depósito, deixa-se claro o objetivo da gênese das bibliotecas. Porém, segundo Mundó²⁸ (1950 apud Araujo, 2013, p. 5) ela também pode ser entendida como “[...] ‘corpus dos livros da Escritura Sagrada’.” Pela sua representatividade, segundo Araujo (2013, p. 5), não como “[...] um local, mas um livro em si mesma.” Ao considerar-se a mediação espiritual feita por intermédio dos livros sagrados às leituras dos monges, cujo principal representante era a Bíblia Sagrada. Para ambas interpretações se vê o seu papel de mediadora, o qual as bibliotecas desempenham nos mosteiros. Ao debruçar na Regra de São Bento, observa-se os costumes beneditinos, e no capítulo 48 cujo título é ‘Do trabalho manual cotidiano’, São Bento fala da biblioteca, referindo-se a ela como o local de onde provêm os livros que serão entregues aos monges para sua leitura durante a Quaresma. (SÃO BENTO, [199-?], Não paginado). Portanto, mencionada tanto como local grandiosamente descrito quanto como um reservatório discreto dentro dos mosteiros, estavam sempre presentes em seu corpo arquitetônico. Segundo Araujo nos primeiros tempos os livros seriam guardados nas sacristias ou igrejas do mosteiro o que caracterizaria a própria biblioteca, mas foi a partir dos séculos XVII e XVIII que ganham vulto no que diz respeito a sua organização e atividade. A organização das bibliotecas equivale a organização do próprio conhecimento medieval, pois retrata a forma de pensar de uma cultura em um determinado período de tempo. Por isso a biblioteca não é um organismo imparcial, pois seus agentes, tanto pelo ponto de vista de seus leitores como de seus bibliotecários irão exercer suas influências sobre o que é adquirido e lido. A informação na biblioteca, portanto, ao que diz respeito a sua materialização

[...] se justifica pela própria linguagem que traduz a informação, seja a linguagem centrada na leitura oralizada ou silenciosa, ou na linguagem que se expressa por meio dos produtos documentários, como é o caso dos catálogos medievais, presentes nas bibliotecas monásticas. (ARAUJO, 2013, p. 17).

Muito menos ela é estática, pois deve acompanhar as tendências do contexto no qual está inserida. Sua ligação com os livros e conseguinte com a leitura a colocam em uma posição de agente na formação do conhecimento dos povos.

²⁸ MUNDÓ, Anscari. “Bibliotheca”: Bible et lecture du Carême d’après Saint Benoît. *Revue Bénédictine*, Belgique, année 65, t. 60, p. 65-92, 1950.

4. 4 LEITURA E LEITORES

Quando se pega um livro e acomoda-se confortavelmente em uma poltrona, desejando desfrutar de uma agradável leitura, raramente dá-se conta do que é verdadeiramente o ato de ler. Fazê-lo nos atuais dias significa um ato recôndito, quase uma conversa com as palavras, ação na qual cada uma delas, unindo-se numa frase, constrói um parágrafo, que vai tomando forma nos nossos pensamentos e, seja pela associação com nosso próprio conhecimento ou pela imagem que um texto descritivo pode construir em nossas mentes, a leitura é dotada de significância.

Porém a história mostra que ao longo do tempo o ato de ler sofreu influência da época na qual estava inserido e que havia algumas particularidades quanto à leitura praticada nos mosteiros da Idade Média.

Já por volta do século V saber ler era privilégio dos abastados. A arte da eloquência, o domínio da palavra escrita ou falada era passada às pessoas pelos intelectuais da época, fossem eles tutores ou professores. Entre esses homens cultos estava Santo Agostinho²⁹ que abordou questões sobre a leitura, desenvolvendo várias reflexões sobre o tema. Saindo de Cartago, atraído pela prosperidade intelectual de Roma, capital da província, Agostinho adquiriu um público formado por pupilos aplicados que silenciosamente ouviam suas dissertações sobre Cícero ou Aristóteles, contudo era preciso sobreviver e em Roma nada conseguira para sustentar-se. O prefeito dessa cidade fez-lhe o convite de que fosse a Milão ensinar literatura e elocução, oferecendo-se a cobrir seus custos de viagem e foi nessa cidade que conheceu o então bispo Ambrósio. Santo Ambrósio como seria assim chamado pois também este seria santificado mais adiante, despertava-lhe imensa admiração pois sua popularidade como orador conferia-lhe grande respeito perante a população (MANGUEL, 1997).

A forma de ler, contudo dessa época tinha por característica a leitura em voz alta, donde se dizia que ‘as palavras faladas o vento leva enquanto as escritas ficam presas ao papel’ máxima na qual entendia-se ‘pelo vento as levar’ seu maior alcance entre muitos ouvintes, sentido muito diferente do que fazemos desse dito nos dias de hoje.

²⁹ Aurelius Augustinus, Santo Agostinho era filho de Mônica, ardorosa cristã, que tinha o firme propósito de converter o filho a abraçar a sua fé. Agostinho aderiu a maniqueísmo, acreditando na dualidade das coisas quando jovem para tristeza e preocupação de sua mãe, mas, contudo, mantinha um questionamento interior sobre a verdade, sobre o bem e o mal, sempre buscando respostas e verdades para seus questionamentos. Estudioso do latim, desperta, pela leitura do diálogo de Cícero, para Filosofia, iniciando assim um processo de conversão, segundo os autores Amaral, Souza e Pereira (2012) que mais tarde consagrá-lo-ia ao catolicismo e crença irrefutável em Cristo, e posteriormente a sua canonização.

Porém Ambrósio, leitor extraordinário, o fazia em silêncio. Tamanha era sua concentração e dedicação à leitura que chamou para esse fato a atenção de Santo Agostinho que via no ato da leitura silenciosa, tão atípico posto que somente tornar-se-ia comum no século X, uma verdadeira entrega. Embora na Antiguidade alguns indícios desse mesmo modo de leitura pudessem ser levantados, o registro do modo de ler de Santo Ambrósio por Santo Agostinho é o primeiro na literatura Ocidental (MANGUEL, 1997). Ele o descreve como “[...]o momento em que as duas leituras-em voz alta e em silêncio-acontecem quase simultaneamente.” (MANGUEL, 1997, p.60) numa passagem de “Confissões”³⁰ quando um dia deveras angustiado, inquieto com seus conflitos interiores, ouve a voz de uma criança que o inspira à leitura de um volume das *Epístolas de Paulo*. Toma-o e o lê em silêncio como descreve em sua ação, cheia de significado pois se descobre também em diálogo interno enquanto absorve os ensinamentos do apóstolo que soam como uma resposta às suas angústias (MANGUEL, 1997).

Segundo Manguel, Agostinho era um estudioso de Aristóteles e concordava com ele acreditando que as letras eram “ [...] ‘signos de som’, que, por sua vez, eram ‘signos das coisas que pensamos’.” (SANTO AGOSTINHO³¹ apud MANGUEL, 1997, p.61). Concorda-se que a sonoridade de um texto em latim lido em voz alta dotada de perfeita entonação deveria encantar e deleitar seus ouvintes, mas a Bíblia, cujas línguas de suas versões originais eram aramaicas e hebreias, não faz nenhuma distinção sobre o modo como se deveria lê-la: em silêncio ou em voz alta. Para a compreensão da leitura dos textos sagrados, segundo o autor, também é preciso que se leia não somente com os olhos, mas também com o corpo; o modo de leitura confere então movimentos cadenciados do corpo como um pêndulo.

Durante a Idade Média, era comum que os textos fossem produzidos para serem lidos em voz alta pelo fato de que, como já dissemos, poucos sabiam ler. As leituras públicas, segundo Manguel (1997) eram muito comuns nessa época e o leitor era chamado a prestar a atenção pelo próprio escritor. Outra característica dos textos medievais é que não havia separação das letras em unidades fonéticas,

³⁰ O livro *Confissões* de Santo Agostinho foi escrito provavelmente entre 397 e 401 e, segundo diversos autores, tem como tema central descrever a conversão de Agostinho à fé católica. Mas longe de se limitar a isso, o livro narra, de forma absolutamente contemporânea, uma viagem de reflexão interior e de seu encontro com Deus (STREFLING, 2007). Segundo Freitas (2008, p.9) “Na presença de Deus e à luz da sua verdade, Agostinho dá um testemunho não só pessoal, mas sobretudo eclesial, *como pastor e doutor*, da presença misericordiosa de Deus em todos os acontecimentos e vicissitudes da sua vida e da história de cada homem, em particular, e da humanidade, em geral.”

³¹ SANTO AGOSTINHO. Concerning the Trinity, 15., 10:19. OATES, Whitney J. In: **Basic writings of Saint Augustini**. Londres: Baker Pub Group, 1948.

[...] bastava amarrá-las juntas em frases contínuas. A direção em que os olhos deveriam seguir esses carretéis de letras variava de lugar para lugar e de época para época, o modo como atualmente lemos um texto no mundo ocidental – da esquerda para a direita e de cima para baixo – não é de forma alguma universal. Alguns eram lidos da direita para a esquerda (hebreu e árabe), outros em coluna, de cima para baixo (chinês e japonês); uns poucos eram lidos em pares de colunas verticais (maia); alguns tinham linhas alternadas lidas e direções opostas, de um lado para outro – método chamado *boustrophedon*, ‘como um boi que dá voltas para arar, na Grécia antiga. (MANGUEL, 1997, p. 64).

Muitas das características, cuja evolução da Antiguidade para a Idade Média foi sendo aprimorada, tinham sempre o objetivo do aperfeiçoamento do processo. Durante a Antiguidade não havia separação das palavras, nem o uso de maiúsculas ou minúsculas e tampouco pontuação. E, portanto, Manguel supõe que o próprio Agostinho deveria fazer prévia leitura de um texto antes de lê-lo em voz alta. Era então prática comum ensaiar um texto que se fosse declamar para uma plateia. A evolução do rolo para o códice também conferiu maior praticidade ao ato de ler. Trata-se, contudo, de uma invenção pagã, segundo esse autor, atribuída a Júlio César que viveu antes da era cristã; com efeito, dobrar o rolo em páginas facilitaria o despacho com suas tropas. Dobrá-las também facilitava o transporte de textos proibidos pelos antigos cristãos que os escondiam sob suas roupas fugindo da repressão romana. Porém a dedicação dos antigos escribas poderia ser posta à prova, baseada pelo fato que estes poderiam reproduzir de cor os textos que transcreviam, tão grande era a familiaridade com a sua arte.

Passando para o ambiente eclesiástico foi São Jerônimo que ao final do século IV descobre um método que conferia maior significado às leituras

[...] A fim de ajudar os que tinham pouca habilidade para ler, os monges do *scriptorium* dos conventos usavam um método de escrita conhecido como *per cola et commata*, no qual o texto era dividido em linhas de significado- uma forma primitiva de pontuação que ajudava o leitor inseguro a baixar ou elevar a voz no final de um bloco de pensamento. (Esse formato ajudava também os estudiosos a encontrar mais facilmente algum trecho que estivessem buscando). (RICHE³² apud MANGUEL, 1997, p. 65).

Ainda que tais recursos nos soem bastante rudimentares para os dias de hoje, na época eram considerados avanços que embora ainda necessitando de aperfeiçoamento iam conferindo à leitura tanto em voz alta como silenciosa um significativo progresso. Na metade do século VII, mais de dois séculos haviam se passado dos tempos de Agostinho, e o teólogo

³² RICHÉ, Pierre. *Les écoles et l'enseignement dans l'Occident chrétien de la fin du V^e siècle au milieu du XI^e siècle*. Paris, 1979.

Isidoro de Sevilha³³ afirmava que as letras não precisavam de sons, portanto consagrando esse novo modo de ler como uma opção à oralidade: a leitura silenciosa. O uso da pontuação estabelece novas convenções: “[...]uma combinação de pontos e traços indicava uma parada plena, um ponto elevado ou alto equivalia a nossa vírgula, e o ponto-e-vírgula era usado como o utilizamos atualmente.” (DIRINGER³⁴, 1933 apud MANGUEL, 1997, p. 66).

No século IX acredita-se que a leitura silenciosa tenha se tornado comum à rotina do *scriptorium* e o apelo ao estético e à simplificação da leitura tenha motivado a separação das palavras quando escritas; na Irlanda os escribas “[...] começam a isolar não somente partes do discurso, mas também os constituintes gramaticais dentro de uma frase, e introduziram muitos sinais de pontuação que usamos até hoje.” (PARKES³⁵ apud MANGUEL, 1997, p. 66). O trabalho feito então pelos escribas que consistia em ditados ou leituras em voz alta dos textos nos quais trabalhavam é submetido a regulamentos exigindo silêncio. E os progressos para com essa nova maneira de relacionar-se com o texto não para por aí

No século X, para facilitar ainda mais a tarefa do leitor silencioso, as primeiras linhas das seções principais de um texto (os livros da Bíblia, por exemplo) eram comumente escritas em tinta vermelha, assim como as rubricas (“vermelho” em latim), explicações independentes do texto propriamente dito. A prática antiga de começar um parágrafo com um traço divisório (*paragraphos*, em grego) ou cunha (*diple*) continuou; mais tarde, a primeira letra do novo parágrafo passou a ser escrita um pouco maior ou em maiúscula. (MANGUEL, 1997, p. 66-67).

Era, portanto, possível a partir desse novo tipo de leitura um diálogo interno, um processo reflexivo no qual era permitido um relacionamento íntimo com o livro e o seu conteúdo. Havia espaço e tempo para que as palavras fossem decifradas e assimiladas pela mente, o que dava possibilidade de relacioná-las a outros livros, que poderiam ser consultados concomitantemente como forma de esclarecer ou complementar um assunto ou outro. Se pensarmos como essa prática nos soa contemporânea e de como esse ato físico pôde dar origem aos atuais *hiperlinks* vemos o quanto estamos ligados a história da leitura, mesmo que não nos demos conta disso.

³³ Teólogo e bispo espanhol nascido na cidade de Cartagena, Espanha, por volta de 560, “[...] contribuiu para a vitalidade da Igreja hispânica da Antiguidade Tardia, enfatizando a necessidade de um clero educado e capaz de contornar todos os problemas que atingiam principalmente o campo político[...].” (GREIN, 2012, p. 24).

³⁴ DIRINGER, David. **The hand-produced book**. London: Hutchinson's Scientific and Technical Pub., 1953. p. 603.

³⁵ PARKES, M. B. **Pause and effect: An Introduction to the History of Punctuation in the West**. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1993. Pp. xvi, p. 327; p.74 black-and-white plates.

Algumas formas particulares de comunicação entre os escribas foram desenvolvidas de modo que a norma da leitura silenciosa fosse respeitada. A comunicação entre eles

“[...] passou a ser feita através de sinais: se queria um novo livro para copiar, o escriba virava páginas imaginárias; se precisava especificamente de um Livro de Salmos, colocava as mãos sobre a cabeça, em forma de coroa (referência ao rei Davi); um lecionário era indicado enxugando-se a cera imaginária de velas; um missal, pelo sinal da cruz; uma obra pagã, pelo gesto de coçar-se como um cachorro”. (MANGUEL, 1997, p. 67).

O fato importante a ressaltar é que a partir dessa mudança de hábito, é dada a autonomia do que ler e como fazê-lo, livrando o leitor do julgo e da censura sobre as suas necessidades intelectuais e divinas ou desejos mundanos. É permitido que o deleite particular da leitura liberte os monges para além do claustro.

Durante a Idade Média, nos mosteiros ou abadias, os monges tinham um enorme interesse pela leitura e pela escrita e, por conseguinte, a informação. Desde o noviço ao monge, esta era transmitida por meio de suas coleções, inventários e catálogos segundo Araujo (2013).

Conhecer a generalidade das bibliotecas da Idade Média poderá parecer muito distante do momento no qual hoje se está inserido e para adentrar por esse caminho volta-se no tempo. Mas o que seria o tempo? É então Santo Agostinho que nos responde em *Confissões*, no livro XI, capítulo 14

Que é, pois, o tempo? Se ninguém me pergunta, eu sei; mas se quiser explicar a quem indaga, já não sei. Contudo, afirmo com certeza e sei que, se nada passasse, não haveria tempo passado; que se não houvesse os acontecimentos, não haveria tempo futuro; e que se nada existisse agora, não haveria tempo presente. Como então podem existir esses dois tempos, o passado e o futuro, se o passado já não existe e se o futuro ainda não chegou? Quanto ao presente, se continuasse sempre presente e não passasse ao pretérito, não seria tempo, mas eternidade. (SANTO AGOSTINHO, 2007, p. 119).

É ele então que, juntamente com outros autores “[...] constituíram os núcleos de leitura [e] foram justamente aqueles mais lidos pelos monges na Alta Idade Média e que expuseram com mais ardor a palavra de Deus: São Gregório Magno, Santo Agostinho, São Jerônimo e Orígenes. ” (MATTOSO³⁶, 1982 apud ARAUJO, 2013). Não obstante se tem também São Bento, cujo código para organização da vida espiritual nos mosteiros medievais foi de grande importância e por meio de sua Regra (Séc. VI) buscou

[...]determinar as bases da organização dos mosteiros, delimitando regras para a vida espiritual e cotidiana dentro da comunidade monástica: desde a administração do mosteiro até as determinações das horas das refeições e do recolhimento,

³⁶ MATTOSO, José. Religião e cultura na Idade Média portuguesa. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1982. 754 p.

contemplando conselhos para o Abade e para os irmãos em geral. Determina, ainda, procedimentos para o alcance da elevação espiritual. (ARAUJO, 2013, p. 3).

Para São Bento essa elevação espiritual era alcançada através de trabalho e oração, mas é na leitura das Sagradas Escrituras e dos escritos dos Padres da Igreja que tal estado é alcançado. Outra influência importante na cultura monástica medieval no Ocidente foi a do Papa beneditino São Gregório Magno (Século VI-VII). No livro II dos *Diálogos* narra a vida de São Bento atribuindo a este uma série de milagres; e à leitura da palavra Divina contida na Bíblia confere uma posição especial. “Vemos em São Bento e em São Gregório elementos essenciais da cultura monástica e fatores decisivos que a guiaram, já que tanto a Regra quanto os Diálogos II contêm o germe de dois componentes essenciais da cultura monástica: gramática e espiritualidade.” (ARAUJO, 2013, p. 13).

Santo Isidoro de Sevilha (Século VI-VII)³⁷ foi “[...] personagem chave para a história da leitura na Idade Média.” (ARAUJO, 2013, p. 13) cuja influência de São Gregório foi importante na sua produção bibliográfica. Para Isidoro, segundo Araujo (2013), quando no ato da leitura silenciosa encontram-se os homens mais perto de Deus pois nesse é Ele próprio que fala aos seus fiéis. “Pelos seus escritos, não há dúvidas que Isidoro quis integrar-se à tradição de leitura, considerando-a, ainda, elemento fundamental da vida monástica, orientada para contemplação.” (ARAUJO, 2013, p. 13). Assim sendo à forma de ler em voz alta é acrescido essa nova maneira, que segundo Santo Isidoro, poupa os movimentos do corpo e a voz do leitor. Essa nova concepção dos leitores da Idade Média a torna singular se comparada a Antiguidade; São Jerônimo por sua vez compartilhava da mesma tendência, “[...] em sua visão quando copiava livros, o *antiquarius* escrevia e lia simultaneamente o texto que recopiava, pois deveria fazer o trabalho de transcrição individualmente em sua cela.” (ARAUJO, 2013, p. 9) contudo uma vez que pela concepção da *Regra de São Bento* o ofício dos copistas era feito em ateliês de trabalhos comunitários, o *scriptorium*, e, portanto, não sendo mais feito assim na solidão da cela, a falta da voz ou significativa diminuição dela era importante para que não se atrapalhasse o trabalho dos outros copistas, segundo Cavallo³⁸ (2003 apud ARAUJO, 2013). Portanto, ainda segundo o autor, essa particularidade não reflete somente uma mera mudança de hábito, mas sim uma mudança cultural relacionada ao aparecimento de sinais gráficos que são um facilitador da leitura. A *Regra*, tratando-se de um

³⁷ “Santo Isidoro (560-636), bispo de Sevilha a partir do ano 600, é tido como um dos maiores pensadores de sua época. Teólogo, matemático, foi canonizado em 1598 e declarado Doutor da Igreja em 1722.” (KIRSCHBAUM, 2013, p. 3).

³⁸ CAVALLO, Guglielmo. Lire, écrire et mémoriser les Saintes Écritures. In: JACOB, Christian (Dir.). **Des Alexandries II: les métamorphoses du lecteur**. Paris: Bibliothèque Nationale de France, 2003. p. 87-101.

manual de conduta, impõe também como norma prática a orientação de não se perturbar com a leitura em voz alta o irmão ao lado com o qual se divide o espaço do *scriptorium* (CAVALLO, 2003 apud ARAUJO, 2013). Essas mudanças irão significar uma relevante transformação na “[...] gestualidade das comunidades beneditinas e [n]os mecanismos de mediação da informação (notadamente [n]a produção de livros e de catálogos, uma vez que a voz dá lugar ao silêncio. ” (ARAUJO, 2013, p. 11). Vale, portanto, ressaltar a similaridade com a qual nos dias de hoje realiza-se o próprio ato de ler: calados, guardando para si mesmos as palavras, permitindo que o eco do seu som seja produzido não mais ao espaço no entorno mas a serviço da própria cognição. E, não obstante, continua-se também a ler em voz alta, quando se quer sentir melhor o efeito das palavras no futuro interlocutor quando por exemplo escreve-se um trabalho ou quando se lê pelo prazer de compartilhar a leitura com uma criança, mediando a informação com quem ainda não domina as palavras. Porém a despeito de tais efeitos ambos os tipos de leituras continuaram com suas práticas durante a Idade Média.

Para entendermos um pouco mais sobre os leitores dos mosteiros beneditinos medievais é importante que saibamos sobre os múltiplos objetivos da leitura desses personagens. Dentro dessas instituições esses propósitos variavam entre

- a) *leitura oficial*, correspondente à *lectio divina*, constituída sobre os textos que se dirigem especificamente à celebração do ofício divino e à formação espiritual, como são os textos bíblicos, os comentários patrísticos, as obras dos mestres de espiritualidade;
- b) *leitura escolar ou instrumental*, que atende ao estudo como objeto e ocupa um lugar alternativo ao trabalho, a tal ponto que nas *Excerptiones Patrum* (obra durante algum tempo atribuída a Beda), aparece considerada como alternativa ao trabalho corporal e mais difícil do que ele;
- c) *leitura recreativa*, deixada à iniciativa individual, facultativa e própria para os tempos de ócio, sobre a qual, na consignação da *Regula Isidori* (cap. 5), tem prevalecimento a necessidade do trabalho;
- d) *leitura transgressiva*, que, sendo ou não furtiva, é minimamente caucionada, pois só a condescendência relativamente a ela permite explicar a existência de textos que reputaríamos, de alguma maneira, marginais, por não corresponderem à finalidade específica da instituição monástica ou por estarem mesmo em oposição aos seus objetivos, e que, por não serem clandestinos, teremos de considerar como ‘reservados’ quanto ao uso (NASCIMENTO³⁹, 1995, p. 216 apud ARAUJO, 2013, p. 12).

Dentre a leitura oficial destaca-se como mais um dos atores e autores lido pelos monges, segundo Mattoso (1982 apud ARAUJO, 2013), “Orígenes[,] filho do II século, foi senão o primeiro, o mais eminente edificador do cristianismo como uma religião enquanto tal,

³⁹ NASCIMENTO, Aires A. Monges, livros e leituras: modos de espiritualidade e preservação de textos. In: OS BENEDITINOS NA EUROPA: CONGRESSO INTERNACIONAL, 1., 1995, Santo Tirso. *Actas...* Santo Tirso: Câmara Municipal de Santo Tirso, 1995.

ou seja, que deveria gozar de uma teologia própria, e seu principal mérito foi conformá-la as correntes filosóficas de sua época [...]” (AMARAL, 2009, p. 2). Leitor de Aristóteles e Platão em sua obra tanto compartilha de suas ideias como as contradiz, sempre em afirmação ao cristianismo. Orígenes vivia em Alexandria que era “[...] considerada a capital cultural e intelectual do helenismo⁴⁰ oriental, sobrepujando qualquer outra localidade do Ocidente.” (AMARAL, 2009, p. 9).

Deve-se também aqui referenciar um autor e personagem da história: “Flávio Magno Aurélio Cassiodoro (Séc. VI), romano de origem Síria, que fundou o mosteiro de Vivarium (Calábria), dedicado a Santo Martinho.” (ARAUJO, 2013, p. 8), cuja

[...] orientação cultural fez de seu mosteiro mais um centro de cultura literária do que uma comunidade de ascetas devotados à oração e à penitência, diferente dos mosteiros beneditinos do Séc. VI, onde a cultura gramatical e retórica praticamente não estavam presentes (CRIPPA⁴¹, 2004 apud ARAUJO, 2013, p. 9).

No período de transição entre a Antiguidade tardia e a Alta Idade Média, Cassiodoro era um erudito preocupado com a formação cultural das comunidades monásticas. Entendia como uma necessidade o preparo do clero, para o qual pensava ser estendida a leitura não somente sobre os temas sagrados, mas também as letras e as ciências gregas, segundo Oliveira⁴² (1987 apud ARAUJO, 2013). Sua contribuição foi inegável com relação a construção textual, (ARAUJO, 2013, p. 9), “Cassiodoro recomendava com ênfase a ortografia correta e a revisão cuidadosa tanto das palavras que vão juntas quanto das que vão separadas por vírgula, de modo a assegurar que os textos ficassem estruturalmente mais legíveis. Citando as palavras de Nunes (1979, p.75)

Cassiodoro imprimiu à vida monástica do Ocidente o culto apaixonado dos livros, o cuidado na cópia dos códices e o gosto pelas letras profanas a serem cultivadas conforma as recomendações de Santo Agostinho no De Doctrina Cristiana. Pode afirmar-se que Cassiodoro foi sobretudo um pedagogo.

Essa passagem da Antiguidade para Idade Média, mostra também uma nova visão de mundo, cuja corrente correu totalmente diferente da anterior. Também sob o prisma da pedagogia, segundo outro autor, a cultura pela qual havia a manifestação dos seus agentes era uma cultura longe de literária, mas extremamente lógica desde a escolástica segundo

⁴⁰ [...] Hellenismo foi a principal manifestação cultural da porção oriental do Império Romano, portanto estendeu-se até o ano 395 d.C., que para boa parte da historiografia marca o fim do período romano e o início do bizantino.” (LOBIANCO, 2010, p.2).

⁴¹ CRIPPA, Giulia. Um bibliotecário em sua biblioteca: Cassiodoro e os leitores ideais na Idade Média.

Memorandum: memória e história em psicologia, Belo Horizonte, n. 7, out. 2004. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/~memorandum/artigos07/crippa01.htm>>. Acesso em: 07 nov. 2006.

⁴² OLIVEIRA, José Teixeira de. **A fascinante história do livro:** Idade Média. Rio de Janeiro: Kosmos, 1987. v.3.

Durkheim (2010) cujo o objetivo final sempre foi o homem, um tanto quanto fora do viés erudito de Cassiodoro. Voltemos, pois, para a Antiguidade.

A civilização antiga, porém, seguiu o caminho contrário. O pensamento helênico dedicou-se primeiro às coisas, ao universo físico. Todos os grandes pensadores da Grécia, desde Tales até os sofistas, especularam exclusivamente sobre o universo físico; eram físicos. Procuravam entender o mundo. Quanto ao homem, não parecem sentir de maneira alguma a necessidade de conhecê-lo e deixam-no fora de suas especulações. Somente com Sócrates, isto é, numa época muito tardia, é que a mente humana se torna objeto de reflexão e, conseqüentemente, de ensino. Onde vem, pois, que a civilização cristã se desenvolveu numa direção oposta? (DURKHEIN, 2010, p. 90-91).

O cristianismo começa por ser instituído, um processo lento e doloroso pelos diversos conflitos entre dominantes e dominados e que incluíam disputas de poder de ordem religiosa. Portanto, a consolidação da existência de um só Deus, todo poderoso e onipotente, traz a esse período, a exemplo também do que acontecia na Antiguidade, a concepção do divino, que tudo explica e justifica, mas remete ao homem como sendo o meio e o fim para alcançá-lo e concebe como ameaça tudo que esteja ao seu redor que possa distraí-lo desse objetivo. A visão humanística da qual se apropria a Igreja Católica é construída a serviço de colocar o homem, formado de corpo (mundano) e alma (divino) no centro, cujo o universo estaria, então, a sua função. A alma como manifestação divina e a matéria como a coisa profana, que suscita o pecado. Assim esse lugar que ocupa o homem, reflete inclusive na forma da organização do saber humano, herança da Antiguidade, feita por intermédio do *Trivium* e *Quadrivium*, classificação na qual o primeiro leva vantagem sobre o segundo que ocupa lugar restrito no ensino. Isso posto porque ao Trivium fica o encargo da expressão das “[...] diferentes manifestações da natureza humana [que são] a Gramática, a Dialética e a Retórica.” (DURKHEIN, 2010, p. 90). Para os gregos

[...] o mundo era tido por divino, ou antes como sendo o próprio domínio das divindades. Os deuses não estão fora do mundo, estão nas coisas, e não há coisa onde não resida uma divindade. O homem e a mente humana eram considerados então como coisas profanas e de pouco valor; o próprio Sócrates ensina-nos isso e apoia-se até nesse caráter profano para reivindicar o direito de especular com plena independência; aqui, diz ele, o pensador deve gozar de uma liberdade total, pois não ameaça invadir o domínio dos deuses. (DURKHEIN, 2010, p. 91).

No cristianismo cuja leitura do mundo se faz por intermédio da matéria, “Entre a mente e as coisas há toda a distância que separa o espiritual do temporal. ” (DURKHEIN, 2010, p. 91).

Segundo Durkheim (2010) há uma mudança intencional de atitudes para servirem agora a outros princípios; enquanto o homem religioso da Antiguidade venerava os Deuses da colheita, dos rios ou dos astros, para garantir a fecundação do trigo nos campos, o homem religioso da Idade Média atribui a sua alma a sede da religião cristã. Deus é para os cristãos a

verdade que se manifesta pelo verbo na expressão do amor, pensamento e da fé. E como perpassam pelo mundo das ideias todas as virtudes se encontram dentro do próprio homem, feito a imagem e semelhança de Deus. A meditação, o olhar nessa direção é a própria prece por intermédio da qual o homem se eleva a Ele.

Assim, chegou um momento, aqui mais cedo, em outra parte mais tardiamente, no qual os interesses religiosos e morais não foram mais os únicos a serem levados em consideração, no qual os interesses econômicos, administrativos, políticos, assumiram uma importância grande demais para que se pudesse continuar tratando-os como quantidades desprezíveis, [...]. (DURKHEIN, 2010, p. 95).

Até a chegada da consciência de que o homem, para a sua formação completa, não somente deveria preparar-se para a vida espiritual mas também para a vida temporal, ou seja, um caminho pelo qual um objetivo não invalidasse o outro, procurar a cultura enciclopédica com a qual poderia apoderar-se do saber de outras áreas do conhecimento, foram-se muitos séculos até que o campo estivesse preparado para uma nova organização de saberes e a projeção deles, na qual se procurasse não somente no homem mas na realidade o instrumento da cultura intelectual; e, segundo Durkheim (2010) somente no Século XVII esse movimento ganha representatividade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho que nesta seção agora é concluído teve como pretensão a abertura de um “túnel do tempo” pelo qual os leitores pudessem, por breves minutos, retroceder cerca de mil e quinhentos anos. Nesse mergulho que se espera tenha sido agradável e que tenha acrescido o conhecimento de cada um, acima de tudo teve o objetivo de trazer para os dias de hoje uma reflexão inicial sobre as bibliotecas monásticas beneditinas medievais em Portugal durante principalmente a Alta Idade Média, período do maior surgimento dos espaços monásticos. Viu-se pois que graças às diversas ordens religiosas que surgiram durante a Idade Média, dentre elas a Ordem dos Beneditinos, na qual foi adotada a Regra de São Bento, a unidade e a coesão de uma estrutura monasterial, que tinha como primazia o serviço à Deus, a história deste período chega ao Século XXI garantindo assim também a manutenção tanto quanto a narrativa da trajetória das bibliotecas dessa época como dos livros que serviram como fonte de conhecimento. E ao olharmos para esse passado, sob o prisma das bibliotecas e livros, sobre como estas eram organizadas e como estes eram lidos e produzidos com a preciosidade de um artefato tão caro e revelador, ambos evocam uma memória de um tempo que, como foi visto, contribuiu muito para o modo como se conhece atualmente. À Igreja Católica deve-se a transmissão dos ensinamentos de Cristo. Mas deve-se também à constituição e a conservação da memória destas Instituições Monásticas que formaram uma rede que cobriu todo o Ocidente e cujo olhar se lança sobre as terras Peninsulares. Se hoje pode-se acessar a esse conhecimento desenvolvido durante esse período e ao livro medieval, assim como às rotinas dos mosteiros e de suas bibliotecas, foi graças ao paradigma da conservação adotado por estas instituições que com o seu apreço e zelo pelos livros permitiu que esse conteúdo viesse alimentar o saber durante o movimento do Renascentismo e posteriormente, as Luzes. E manter isso vivo para as próximas gerações é a responsabilidade dos profissionais que fizeram da informação sua matéria prima, como os bibliotecários. Cita-se, pois, um dos maiores escritores portugueses, José Saramago, evidenciando um dever para o qual a Biblioteconomia como ciência é chamada a cumprir: “Somos a memória que temos e a responsabilidade que assumimos. Sem memória não existimos, sem responsabilidade talvez não mereçamos existir.” A Biblioteca Nacional, assim como outras tantas espalhadas pelo mundo com esse mesmo objetivo, é a responsável pela salvaguarda das coleções e da memória histórica do país. Portanto servindo a esse propósito, estas estão alinhadas a um conceito que motivou as bibliotecas monásticas e que vem de mil anos atrás.

Com o intuito de contextualizar o aparecimento de Portugal como país, buscou-se nas fontes históricas demonstrar o quão conturbado e difícil foi a conquista deste território que hoje compõe a Europa. As guerras traziam uma diversidade cultural sobre a qual o Cristianismo impôs resistência sem se arrefecer. A sua difusão ganha força pelos seus representantes, pela construção intelectual de uma época na qual a mente humana estava a serviço do Senhor e de todas as suas obras o que levou a evolução do livro, do modo de ler, as transformações que sofreu a escrita e a maneira de organizar o conhecimento, estando todos eles ligados a perpetuação de suas comunidades e a elevação da alma à Deus. E assim nasce o Estado Português cujo braço da Igreja se manifesta de pequenos a grandiosíssimos mosteiros, nos quais a biblioteca sempre teve uma representação expressiva de guardião dos códices sagrados ou pagãos que traziam muitos deles o conhecimento adquirido na Antiguidade.

Se os beneditinos não foram os únicos, foram sem dúvida uma das mais importantes ordens a qual se associa a produção do livro no Medievo. A *Regra* escrita por São Bento, que foi considerado o patriarca dos monges ocidentais pelos católicos, institui nos mosteiros não só um código de conduta para a vida religiosa, formado por um sistema normativo que possui 73 capítulos e um prólogo, mas também um sistema agregador e disciplinador que foi responsável pela coesão de seus membros. A Regra de São Bento, por representar uma importante ferramenta administrativa, foi seguida por outras ordens religiosas. A forma de ler e o tipo de leitura, foram tratados por essas normas, dando aos monges as instruções com as quais iriam conciliar o trabalho e a oração. A Idade Média presenciou uma evolução na construção textual, tudo para adaptar-se a nova forma do livro e a nova forma de relacionar-se com a leitura dele. Tais formas se aprimoram como por exemplo o formato da letra ou os recursos de pontuação e hoje, ao estudar esse universo, tem-se claro o quanto a cultura medieval influenciou a forma como hoje nos expressamos e mantemos o nosso relacionamento com a leitura. Sem a contribuição das bibliotecas monásticas na proteção da memória histórica desse período, esta estaria comprometida.

Esta pesquisa teve acesso a uma fonte recentemente editada, 2016, “*Clavis bibliothecarum: catálogos e inventários de livrarias de instituições religiosas em Portugal até 1834*”, produto do longo trabalho de coleta e organização de dados dos autores portugueses Luana Giugervich e Henrique Leitão, que

[...] procura vir em auxílio dos investigadores, tentando superar estas duas deficiências: por um lado fornecendo elementos que possibilitem olhar para o conjunto das antigas bibliotecas *no seu todo*, e, por outro, trazendo à luz do dia uma parcela significativa da documentação existente nos fundos monásticos e conventuais. (GIURGEVICH; LEITÃO, 2012, p. xv-xvi).

À luz desse conhecimento identifica-se a manutenção da memória da história das bibliotecas eclesiásticas das Instituições Religiosas de Portugal, o que foi uma preciosa contribuição neste trabalho abrindo uma passagem para o contato com a materialização do conteúdo que fez parte das livrarias ou bibliotecas nessas instituições e de como a história se desenrolou pelos séculos seguintes, sendo preciso que se fale das coisas para que estas de modo algum caiam no esquecimento.

Para que se possa aprender com as experiências passadas e delas tirar o entendimento do caminho que fez a Humanidade estar no momento no qual vivemos, no aqui e agora, é imprescindível que se tenha as marcas desse caminho para que se possa voltar no tempo e na História. As bibliotecas monásticas beneditinas portuguesas fazem parte desse labirinto bem como o entendimento de todas as práticas que eram comuns a esse universo. Que se possa, portanto, fazer do conhecimento, contido e materializado nos seus livros e documentos, o legado desse período que foi a Idade Média e guiados pelo fio *de Ariadne*, cuja lenda grega conta que indicou o caminho a Teseu para o exterior do labirinto em segurança, se possa retornar a realidade contemporânea munidos de ensinamentos e de conhecimento para lidar com os desafios da atualidade.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Roberto; SOUZA, Camila Cristina de; PEREIRA, Crislene Silva. **O tempo e a eternidade em Santo Agostinho**. Vozes dos Vales da UFVJM: Publicações Acadêmicas, Diamantina, ano 1, n. 2, out. 2012. Disponível em:<

http://site.ufvjm.edu.br/revistamultidisciplinar/files/2011/09/O-Tempo-e-a-Eternidade-em-Santo-Agostinho_crislene_camila.pdf>. Acesso em: 27 maio 2016.

AMARAL, Ronaldo. Orígenes: um asceta condescendente com a matéria: a ambiguidade espiritual-material na existência bem-aventurada. **Fênix – Revista de História e Estudos Culturais**. Uberlândia, ano 6, n.3, p. 1-17, jul./ago./set. 2009. Disponível em: <

http://www.revistafenix.pro.br/PDF20/ARTIGO_10_Ronaldo_Amaral_FENIX_JUL_AGO_SET_2009.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2016.

ANDRADE, Rosane Maria Nunes. O Livro dos Livros da Real Biblioteca: tesouros na Biblioteca Nacional. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 32., 2009, Curitiba. **Anais...**Curitiba: Intercom, 2009. p. 1-10. Disponível em: <

<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-3933-1.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2016.

ARAÚJO, Andre Vieira de Freitas. Leitura e mediação na cultura monástico-medieval. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), 14., 2013, Florianópolis. **Anais eletrônicos...**Florianópolis: [Ed. UFSC], 2013. GT 3: Mediação, Circulação e Apropriação da Informação. Disponível em:<

<http://enancib.sites.ufsc.br/index.php/enancib2013/XIVenancib/paper/viewFile/449/451>>. Acesso em: 11 abr. 2016.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Fundamentos teóricos da classificação. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, Florianópolis, v. 11, n. 22, p. 117-140, nov. 2007. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2006v11n22p117/368>>.

Acesso em: 16 jul. 2016.

ARQUITETURA ROMÂNICA. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2016. Não paginado. Disponível em:

<https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Arquitetura_rom%C3%A2nica&oldid=47059626>. Acesso em: 27 out. 2016.

BERNARDES, Rogéria Guimarães Alves. **Canto gregoriano e silêncio: dialogando com o universo sonoro de um mosteiro beneditino**. 2013.152 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Psicologia) Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense – UFF de Niterói, Niterói, 2013. Disponível em:<

http://www.slab.uff.br/images/Aquivos/dissertacoes/2013/2013_d_Rogeria.pdf>. Acesso em 14 maio 2016.

BIG DATA. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2016. Não paginado. Disponível em:

<https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Big_data&oldid=46800530>. Acesso em: 25 set. 2016.

BORGES, Jorge Luis. **Aqui. Hoje**. Tradução de Charles Kiefer.[Rio de Janeiro], 1996. Não paginado. Disponível em:< http://www.releituras.com/jlborges_labirinto.asp >. Acesso em: 24 out. 2016.

CALDEIRA, Ana Paula Sampaio. **Colecionar, escrever a história**: A história de Portugal e de suas possessões na perspectiva do bibliófilo Diogo Barbosa Machado. 2007. 175f. Dissertação (Mestrado em História Social)- Programa de Pós-graduação do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: < <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp056841.pdf> >. Acesso em 19 set. 2016.

CANÓNICOS. São Martinho de Dume. Portugal, 3 jan. 2011.Não paginado. Disponível em:< <http://www.canonicos.org/2011/01/7-de-dezembro-de-2010-sao-martinho-de-dume/> >. Acesso em: 21 maio 2016.

CARDINI, F. et al. **O homem medieval**. Direção Jacques Le Goff. Tradução de Maria Jorge Vilar de Figueiredo. Lisboa: Editorial Presença, 1989. Disponível em:< <file:///C:/Users/M%C3%B4nica/Downloads/Jacques%20Le%20Goff%20-%20O%20Homem%20Medieval.pdf> >. Acesso em 5 jul. 2016.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro**: do leitor ao navegador: conversações com Jean Lebrun. Tradução Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: Ed. UNESP: Imprensa Oficial do Estado, 1999. 159 p.

CODICOLOGIA. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2016. Não paginado. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Codicologia&oldid=47008093>>. Acesso em: 21 out. 2016.

CRIPPA, Giulia. Cassiodoro e as Institutiones Divinarum Litterarum como fonte histórica para a discussão sobre práticas bibliográficas e organização do conhecimento. **Inf. Inf.**, Londrina, v.20, n. 2 p. 86-117, mai./ago. 2015. Disponível em:< <file:///C:/Users/M%C3%B4nica/Downloads/23126-102051-1-PB.pdf> >. Acesso em 12 abr. 2016.

DAHLBERG, Ingetraut. Teoria da classificação, ontem e hoje. Tradução Henry B. Cox. In: CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE CLASSIFICAÇÃO BIBLIOGRÁFICA, 1972, Rio de Janeiro. **Anais...** Brasília: IBICT/ABDF, 1979. v. 1, p. 352-370. Disponível em: < http://www.conexaorio.com/bit/dahlbergteoria/dahlberg_teoriam.htm >. Acesso em: 16 jul. 2016.

DURKHEIM, Émile. A pedagogia realista. In: FILLOUX, Jean-Claude. **Émile Durkheim**. Tradução de Celso do Prado Ferraz de Carvalho; Miguel Henrique Russo. Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Editora Massangana, 2010. p. 87-104. Disponível em: < <http://livros01.livrosgratis.com.br/me4657.pdf> >. Acesso em: 22 nov. 2016.

FAILLACE, Vera Lúcia Miranda. **Catálogo dos livros de horas da Biblioteca Nacional do Brasil**. 2009. 99 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Bens Culturais Projetos Sociais) - Centro de Pesquisa e Documentação de História, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em:<

<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/2694/CPDOC2009VeraLuciaMirandaFaillace.pdf?sequence=1> >. Acesso em: 20 set. 2016.

FILOLOGIA. In: Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [on line], [S. l.], [s.n.], 2008-2013. Disponível em:< <https://www.priberam.pt/dlpo/filologia> >. Acesso em: 04 dez. 2016.
FERRAZ, Iraneuda Maria Cardinalli. Uso do catálogo de biblioteca: uma abordagem histórica. **TransInformação**, Campinas, v. 3, n. 1-2-3, p. 90-114, 1991. Disponível em:< <http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/view/1662/1633> >. Acesso em 16 jul. , 2016.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. **A Idade Média**: nascimento do Ocidente. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Brasiliense, 2001. Disponível em:< http://www.letras.ufjf.br/veralima/historia_arte/Hilario-Franco-Jr-A-Idade-Media-PDF.pdf >. Acesso em: 8 jul. 2016.

FREITAS, M. Barbosa da Costa. Introdução [do livro Confissões, Livros VII, X e XI]. In: SANTO AGOSTINHO. **Confissões, Livros VII, X e XI**. Tradução Arnaldo do Espírito Santo; João Beato; Maria Cristina Castro-Maia de Sousa Pimentel. Covilhã: Ed. Universidade da Beira Interior, 2008. p .9. (Textos Clássicos de Filosofia). Disponível em: < http://www.lusosofia.net/textos/agostinho_de_hipona_confessiones_livros_vii_x_xi.pdf >. Acesso em: 05 jun. 2016.

FONTES, Luis. **O Norte de Portugal ente os séculos VIII e X**: balanço e perspectivas de investigação. Minho: Ed. Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, nov. 2010. p. 19. Disponível em:< http://www.congresos.cchs.csic.es/visigodos_omeyas_asturias/sites/congresos.cchs.csic.es/visigodos_omeyas_asturias/files/Fontes2.pdf >. Acesso em: 02 out. 2016.

FONTES, Luis; MARTINS, Manuela; RIBEIRO, Maria do Carmo; CARVALHO, Helena Paula. A cidade de Braga e seus territórios nos séculos V-VIII. **Espacios Urbanos En El Occidente Mediterraneo (S.VI-VIII)**, Espanha, p. 255-262, 2010. Disponível em:< <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/13377/1/Espacios%20Urbanos%20en.pdf> >. Acesso em: 14 maio 2016.

GAZZOTTI, Danilo Medeiros. A difusão do Priscilianismo pela Gallaecia: o testemunho de Idácio de Chaves. **Revista História e Cultura**, Franca - SP, v.1, n.1, p. 71-84, 2012. Disponível em: < <file:///C:/Users/M%C3%B4nica/Downloads/465-1998-2-PB.pdf> >. Acesso em: 22 maio 2016.

GIURGEVICH, Luana; LEITÃO, Henrique. **Clavis bibliothecarum**: catálogos e inventários de livros em Portugal até 1834. Lisboa: Secretariado Nacional para Bens Culturais da Igreja, 2016. p. lxxii.; p. 944.

GREIN, Everton. Religiosidade e Cultura literária na Hispania em época Visigoda: um estudo a partir do pensamento de Isidoro de Sevilha. **Revista Trilhas da História**. Três Lagoas, v.1, n. 2, p.17-32, jan. /jun. 2012. Disponível em: < http://seer.ufms.br/index.php/RevTH/article/viewFile/356/pdf_16 >. Acesso em: 5 jun. 2016.

GRÜN, Anselm. **Os padres do deserto**: temas e textos. Trad. de Edgar Orth. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

GUY, Jean-Claude. Introdução. In: COMBLIM, José; MESTERS, Carlos; FERREIRA, Maria Emília. (Org.). **Palavras dos antigos**: sentenças dos padres do deserto, São Paulo: Paulinas, 1985, p. 5-12.

KIRSCHBAUM, Saul. **Adversus Iudaeos**: Isidoro de Sevilha. São Paulo: Centro Cristão de Estudos Judaicos, 2013. p. 13. Disponível em: http://sioncentrodeestudos.org/wp-content/uploads/2013/09/artigo_Prof_Saul1.pdf >. Acesso em: 17 jun. 2016.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990. Disponível em: < <http://memorial.trt11.jus.br/wp-content/uploads/Hist%C3%B3ria-e-Mem%C3%B3ria.pdf> >. Acesso em: 7 maio 2016.

LE GOFF, Jacques. **As raízes medievais da Europa**. Tradução de Jaime A. Clasen. Petrópolis: Vozes, 2007. Disponível em: < <http://portalconservador.com/livros/Le-Goff-Jacques-Raizes-Medievais-da-Europa.pdf> >. Acesso em: 14 jul. 2016.

LOBIANCO, Luís Eduardo. Alexandria no Egito: a luz do helenismo no antigo Oriente Próximo. In: SEMINÁRIO REPRESENTAÇÕES, PODER E PRÁTICAS DISCURSIVAS, 2010, Nova Iguaçu. **Anais...**Nova Iguaçu: LITHAM / UFRJ, 2010. p. 1-14. Disponível em: < <http://www.ufrj.br/graduacao/prodocencia/publicacoes/praticas-discursivas/artigos/alexandria.pdf> >. Acesso em: 19 jun. 2016.

MANGUEL, Alberto. **Uma história da leitura**. Tradução Pedro Maia Soares. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MARTINS, Wilson. **A palavra escrita**: história do livro, da imprensa e da biblioteca. 2. ed. rev. e il. São Paulo: Ática, 1996. 519 p. Com um capítulo referente a à propriedade literária.

MATA, Aida; RAMOS, Anabela. Um Centro de Informação para o Mosteiro de São Martinho de Tibães. In: Encontro Nacional de Centros de Documentação de Museus, out. 2004, Sacavém. **Anais...**Sacavém: Centros de Documentação da Rede de Museus da Câmara Municipal de Loures, 2004, p. 22-34. Disponível em: < http://www.cm-loures.pt/Media/provisorio/pdf/Actas_1Encontro_final.pdf >. Acesso em: 02 out. 2016.

MATTOSO, José. **Portugal medieval**: novas interpretações. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1985. p. 445.

McMURTRIE, Douglas C. **O livro**: impressão e fabrico. Tradução de Maria Luíza Saavedra Machado. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

MEMÓRIA PORTUGUESA [Portal]. Mosteiro de São Martinho de Tibães. [S. l.], [199-?]. Não paginado. Disponível em: < <http://terrasdeportugal.wikidot.com/mosteiro-de-sao-martinho-de-tibaes> >. Acesso em: 01 out. 2016.

MORAES, Rubens Borba de. **O bibliófilo aprendiz**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.

MORENO, Claudio. **A origem e significado de livro, papiro, papel, biblioteca, volume, pergaminho, palimpsesto, códice e enciclopédia**. [Rio de Janeiro], [199-?]. Não paginado. Disponível em: < <http://www.nlnp.net/lc005.htm> >. Acesso em: 20 out. 2016.

MOSTEIRO de Tibães. Aveiro, 19 ago. 2012. Não paginado. Disponível em: <
<http://www.prof2000.pt/users/secjeste/tibaesmtro/Acerca.htm>>. Acesso em: 11 dez. 2016.

MOSTEIRO DE TIBAES.ORG. Portugal, [199-?]. Não paginado. Disponível em:<
<http://mosteirodetibaes.org/pagina,93,93.aspx>>. Acesso em: 11 dez. 2016.

MUMADONA Dias (Século X). Guimarães, 2011. Não paginado. Disponível em:
<<http://pduques.culturanorte.pt/pt-PT/castelo/personcast/mumadona/ContentDetail.aspx>>.
Acesso em: 04 dez. 2016.

NUNES, Rui Afonso da Costa. **História da educação na Idade Média**. São Paulo: EUP: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979.

PEINADO, Maria Rita Sefrian de Souza. O ensino do trivium e do quadrivium, a linguagem e a história na proposta de educação agostiniana. **Imagens da Educação**. Maringá, v. 2, n. 1, 2012, p. 1-10, 2102. Disponível em: <
<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ImagensEduc/article/viewFile/15808/8702>>. Acesso em: 11 nov. 2016.

PEIXOTO, José Carlos Gonçalves. **O couto de Tibães**. [S. l.]: 8 fev. 2010. Não paginado. Disponível em: < <http://historiaporumcanudo.blogspot.com.br/2010/02/o-couto-de-tibaes-3.html>>. Acesso em: 01 out. 2016.

RICHÉ, Pierre. As bibliotecas e a formação da cultura medieval. In: BARATIN, Marc; JACOB, Christian (Org.). **O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente**. Tradução de Marcela Mortara. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2008. p. 246-256.

RODRIGUES, Ana Maria S. A. A formação da rede paroquial no Portugal medievo. In: GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manoel; MONTES ROMERO-CAMACHO, Isabel. **La Península Ibérica entre el Mediterráneo y el Atlántico. Siglos XIII-XV**. Sevilla: Sociedad Española de Estudios Medievales, 2006. P. 71-84. Disponível em: <
<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4407.pdf>>. Acesso em 23 abr. 2016.

SANTO AGOSTINHO. **Confissões**. Digitação de Lucia Maria Csernik. [S.l.: s.n.], 2007. Disponível em: < https://sumateologica.files.wordpress.com/2009/07/santo_agostinho_-_confissoes.pdf>. Acesso em 17 jun. 2016.

SÃO BENTO. **A Regra de São Bento**. São Paulo, [199-?].Não paginado. Disponível em:<
<http://www.mosteirosojoao.org.br/o-mosteiro/historico/regra-de-sao-bento>>. Acesso em: 29 out. 2016.

SOUZA, Francisco das Chagas de. Ensina-se corretamente o que se ensina a quem vai ser bibliotecário? **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 1, n. 1, p. 49-54, 1996. Disponível em:
<http://www.brapci.ufpr.br/brapci/_repositorio/2010/05/pdf_efb6fc4c2f_0010664.pdf>.
Acesso em: 11 Set. 2016.

SOUZA, Jorge Victor de Araújo. **Para além do claustro: uma história social de inserção beneditina na América portuguesa: c. 1580, c. 1690**. Niterói: Ed. UFF, 2014.

STREFLING, Sérgio Ricardo. A atualidade das confissões de Santo Agostinho. **Teocomunicação**, Porto Alegre, v. 37, n. 156, p. 259-272, jun. 2007. Disponível em:< <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/teo/article/viewFile/2707/2058> >. Acesso em: 05 jun. 2016.

TERROSO, Sara Daniela Figueiredo. **Mosteiro de São Martinho de Tibães**: a obra da arquiteta paisagista Maria João Dias Costa. 2015. 275 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura Paisagista) - Departamento de Ciências Florestais e Arquitetura Paisagista, Universidade de Trás-Os-Montes e Alto Douro, Vila Real, 2015. [Orientação: Ângela Leonor Teixeira Oliveira e Silva; Co-orientação: Maria João Dias Costa]. Disponível em: < file:///C:/Users/M%C3%B4nica/Downloads/Mosteiro_de_Sao_Martinho_de_Tibaes_-_A_O.pdf >. Acesso em: 03 out. 2016.

VARGAS, Maria Ester. O monaquismo: dos primórdios ao século VII. **Millenium**, Viseu [Portugal], n. 15, jul. 1999. Disponível em:< http://www.ipv.pt/millenium/15_arq1.htm >. Acesso em: 21 maio 2016.

VILLARRUEL-SILVA, Mário Luis; MOTA, Ana Claudia de Ataíde Almeida. O léxico filológico: percursos e sentidos entre o códice e o livro manuscrito. **Metalinguagens**, São Paulo, n. 4, p. 92-106, nov. 2015. Disponível em:< <file:///C:/Users/M%C3%B4nica/Downloads/1-8-PB.pdf> >. Acesso em 20 set. 2016.

ANEXO A – TRANSCRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES SOBRE CATÁLOGOS E INVENTÁRIOS DE TIBÃES

MOSTEIRO DE SÃO MARTINHO DE TIBÃES

| | |
|--------------------------|---|
| LOCALIDADE: | Braga (Mire de Tibães). |
| FUNDAÇÃO: | Séc. XI. |
| NOTAS: | Foi cabeça da Congregação de São Bento de Portugal. |
| ESTUDO SOBRE A LIVRARIA: | RAMOS 1972; RAMOS 1981 [1888]; CARDOSO 1994; CARDOSO 1995; MATA-RAMOS-SOARES 2000; RAMOS 2007a [2007b]; DIAS 2007; MONTEIRO 2007; ARAÚJO 2010; CABRAL 2011; MONTEIRO 2012. [Referências bibliográficas]. |

71. Index hujus Bibliothecae, Anno de 1743, Tibaens, 226 fls. **[Fólios]**

ADB **[Arquivo Distrital de Braga]**, Coleção de Manuscritos, N. 748.

Data: 1743.

Número de itens: ca **[circa]** 5.000.

Tipologia: catálogo de livraria. – Organizado por ordem alfabética, sendo cada livro descrito pelo autor e título da obra, ao qual foi atribuída uma cota.

Exemplificação dos itens: “A | A ante G. | Agostinho Mascardi Saggi Academici dati in Roma: Lit. BB. Ban. **[Banco]** 5 n. 26., e Discorsi morali n. 27” (f. **[fólio]** 2 v); “A | A ante L | Alcobaça illustrada: Chronica de San Bernardo: Lit. T. ban. 2. n. 15” (f. 3r); “D | D. ante U. | Duarte Ribeyro de Macedo: juizo historico, juridico, político sobre a paz celebrada entre as coroas de França, e de Castella no anno de 1660: Lit. R. ban. 5. n. 9. ” (f. **[fólio]** 34 v.); “R | R. ante E | Repertorio dos tempos: Lit. R. ban. 3. n. 30, 31, y32” (f. **[fólio]** 96 r.).

Notas. No título, o nome do mosteiro é acréscimo posterior. Na mesma caligrafia, em tinta mais clara, lê-se a seguinte assinatura: “Manoel João Francisco De N. P. 33 [?]”. – No verso da portada do manuscrito lê-se: “ja não serve esse Index”.

72. Index da Livraria deste mosteiro de Tibaens, Anno 1787, sendo D. Abbade Geral o N. R.^{mo} P. M. e D.^{or}. Fr. Joze Joaquim de Santa Tereza, 308 pp. **[páginas]**.

ADB **[Arquivo Distrital de Braga]**, Coleção de Manuscritos, N. 1027.

Data: 1787.

Índice elaborado por indicação de Frei José Joaquim de Santa Tereza (Abade Geral).

Número de itens: ca **[circa]** 3.000.

Tipologia: catálogo de livreria. – Índice alfabético das obras. A cada item foi atribuído uma letra e um número de banco.

Exemplificação dos itens: “A | A ante R. | Armonia Politica Auth. Antonio de Sousa Macedo Tom. 1. 1651 L. P. B. 7.º” (p. 15); “B | B ante A | Barros (João) Decadas Tom. 4. Lisboa 1628 L. A. A. B. 4.º” (p. 23); “C. | C. ante R. | Chronicas Antigua da Ordem de N. S.ª do Carmo. 1. Vol. infol. L. Z. B. 7.º” (p. 56); “L | L ante A | Lampridii De superstitione vitanda Tom. 1. Mediolani 1742 L. I. B. 5.º” (p. 119).

Notas. Contém um “Appendice” (pp. 207 e ségs.).

73. Catalogo dos Manuscritos que pertencem a esta Livreria de Tibaens, 97 pp.

ADB [**Arquivo Distrital de Braga**], Colecção de Manuscritos, N. 1028.

Data: [1787].

Número de itens: ca [circa] 350.

Tipologia: catálogo de manuscritos. – Catálogo de obras manuscritas organizado por assuntos. Assuntos: “Theologia”; “Historia”; “Direito”; “Bellas Letras”.

Exemplificação dos itens: Historia | Vida e Morte do grande Varão. Apostolico, e grande Servo de D.ª Fr. Antonio das Chagas. Composta em sinco tractados pello Chronista Mor do Reino Fr. Rafael de Jezuz. fol. B. 2.º N.º 52” (p. 15); “Bellas Letras | Collecção de Remedios, e Medicinas, e Receitas para varias doenças, e Molestias. 1. vol. em. 4.º B. 3.º N. 20. ” (p. 51).

Notas. A data foi proposta por MATA – RAMOS – SOARES 2000, p. 76 e coincide com o generalato do Abade Frei José Joaquim de Santa Teresa (1783-1789). As autoras relacionam este catálogo com o índice dos livros impressos datado de 1787. Ver INV. 72. – Neste códice, não foi localizada a folha avulsa datada de 1797 que seguia a classificação adoptada pelo INV. 76, referenciada por MATA – RAMOS – SOARES 2000. – A secção de “Direito” está vazia. – O “Appendice” (pp. 57-94) está também organizado por assuntos (“Theologia”; “Historia”; “Direito”; “Poligrafia”; “Bellas Letras”; “Miscelania”). – Faltam as pp. 95-96.

74. Cathalogo Dos Manuscriptos que se conservão na livreria do Mosteiro de San Martinho de Tibaens no anno de 1795, fls. 100r–112v.

BPMP [**Biblioteca Pública Municipal do Porto**], Ms. [manuscrito?] 295.

Data: 1795.

Número de itens: ca [circa] 100.

Tipologia: catálogo de manuscritos.

Secções: “Papeis por encadernar”; “Papeis volantes”; “Da livraria deste Mosteiro vão trez Tomos; a saber”; “P.^a a livraria de Tibaens”; “Manuscriptos”.

Exemplificação dos itens: “P.^a a livraria de Tibaens | Huma Biblia em quarto grande impressa em Veneza no anno de 1484... Rarissima pella sua antiguidade; e muito estimavel por estar tam bem concervada” (f. 109 v); “Manuscriptos | Quatro cadernos manuscriptos que me deô o P.^e R. Miguel Baptista da Conceição dizendome os recebera de seu Tio o R. Mo Ryo [?] Corvo; são fragmentos do terceiro Tomo das Imprezas Benedictinas que senão imprimio” (f. 110 v).

Notas. Este catálogo é contido numa miscelânea de vários documentos, onde há também o catálogo da livraria dos manuscritos do Mosteiro de São Bento da Saúde. Ver INV. 53. – Este catálogo é seguido por um elenco de autores beneditinos (fls. 112 v – 118r).

75. Index Geral dos M. S. que se conservão na livraria do Mosteiro de Tibães com a Synopsis doque contem, Anno de MDCCXCVI., 52 fls.

ADB [**Arquivo Distrital de Braga**], Colecção de Manuscritos, N. 1029.

Data: 1796.

Catálogo elaborado por indicação do Abade Geral Frei Bernardo da Esperança Telles.

Número de itens: ca **[circa]**400.

Tipologia: catálogo de manuscritos. – Lista de livros manuscritos organizados por assuntos. Dentro da classificação temática, cada repartição contém as obras relatadas por ordem alfabética e pelo primeiro nome do autor.

Assuntos: “Repartição I. Theologia. (I. Dogmatica, theoretica e pratica; II. Izagogica.; III. Exegetica; IV. Disciplinar, canonica e liturgica)”; “Repartição II. Polygrafia Politica, e Miscellanea”; “Repartição III. Bellas Letras. Eloquencia, e Poezia”; “Repartição IV. Historia Profana Portugueza. Ecclesiastica Portugueza. Benedictina Geral e Benedictina Portugueza”.

Exemplificação dos itens: “Repartição II. Polygrafia Politica, e Miscellanea. | Classe II. Miscellanea | A | Architectura (tratado de) fol. Impresso, e m.^{to} damnificado. N. ° 3” (f. 25r); “Repartição II. Polygrafia Politica, e Miscellanea | Classe II. Miscellanea | T | Theoria Pharmaceutica 4.º sem nome de A. Este MS. he huma Pharmacopea antiga sem merecim.^{to} algum. N. ° 6” (f. 27r); “Poemas Latinos a varios Assunptos. MS. 4.º | F.” (f. 51v).

Notas. Contém no início, um: “Index dos Nomes” (referencia autores e títulos). – Contém também uma adenda: “Depozitei nos Armarios dos MS os seguintes, que se devem descrever no Index em seus Lugares”, fls. 51v-52v.

As obras depositadas no armário não apresentam cota, mas apenas uma letra como sinal de identificação. – As anotações são provavelmente de Frei Francisco de São Luís, autor do INV. 76.

76. Index da Bibliotheca do Mosteiro de São Martinho de Tibaens, 1798.: Index da Bibliotheca do Mosteiro de S. Martinho de Tibaens, Principiado no Triennio e por mandado do R. Mo P. Geral Fr. Bernado da Esperança Telles, e concluido governando O R.mo P. Geral Fr. Sebastião de S. Joze, Por Francisco de S. Luiz, Anno 1798, [6 fls.], 217 fls.

ADB [**Arquivo Distrital de Braga**], Colecção de Manuscritos, N. 950.

DATA: 1798.

Autor: Frei Francisco de São Luis (Bibliotecário). – Índice mandado fazer pelo Abade Geral Frei Bernado da Esperança Telles e concluído no triénio do Abade Geral Frei Sebastião de São José.

Número de itens: ca [**circa**] 3.000.

Tipologia: catálogo de livraria. – Índice de autores e obras organizados por assuntos (seis classes gerais) Cada classe é precedida por um índice detalhado das secções e subsecções presentes na correspondente secção. Nas secções e/ou subsecções os livros são arrolados por ordem alfabética. Uma obra pode ter múltiplas entradas e, assim, ficar referenciada em várias classes.

Assuntos: “ Classes: I. Theologia”; “ II. Jurisprudencia”; “ III. Sciencias e Artes”; “ IV. Literatura”; “ V. Historia”; “ VI. Polygrafia, Historia Literaria, e Bibliografia”.

Elementos de descrição: “ Letra”; “ Banco”.

Exemplificação dos ítems: “Classe I. Theologia | Art. I. Escritura Sagrada | § I. Biblias Orientaes e Gregas | Novum Testam. Graecum. Londini. 1730. 12.º | A. [letra] | 9. [banco]” (f. 1v); “ Classe V. Historia. | Art. I. Tratados preparatorios para História. | Chronologia. Geografia. Genealogia. Armaria. Diplomatica. Antiguidades. Viagens. Historia Geral | Avellar (Andre de) Chronografia ou Repertorio dos Tempos. Vid. Classe III. Art. III. | R. | 7. ” (f. 173r).

Notas. Contém: “Advertencia” fls. 3r – 4v. Ver DOC. 27. – Contém uma tábua de matérias com divisões e subdivisões próprias: “Systema deste Index arranjado segundo a ordem das materias, aonde se indica a que paginas poderá achar-se cada humas dellas” (f. 5r). – Este catálogo apresenta anotações em caligrafia diferente e vários acrescentos no fim de cada secção e/ou subsecção. – O códice contém várias folhas brancas não numeradas.

Transcrição do catálogo: RAMOS 2007a [= 2007b].

77. Inventario de todos os bens, Dereitos e acçoens pertencentes ao extinto Mosteiro dos Religiozos Beneditinos da freguezia de Mire Coutto de Tibaens: Descrição da Livraria, Livraria de Tibães, fls. 6v – 31r.

ANTT [**Arquivo Nacional da Torre do Tombo**], Ministério das Finanças, Mosteiro de São Martinho de Tibães, caixa 2256, [processo n. 393].

DATA: 12 de Maio de 1834 (*início da inventariação da livraria*).
Comissão inventariante: João Nuno Silvério Cerqueira Gomes e Lima (Juiz comissário), Manuel Afonso (Meirinho), Manuel Joaquim Pereira de Mesquita (Procurador fiscal) e António José da Silva Macedo (Escrivão).

Informador: Frei José Maria Coelho Brandão

Número de itens: ca **[circa]** 1.000

Tipologia: inventário de extinção. – Inventário topográfico, organizado por estantes (desde A até CC). Refere o autor o título e o número de tomos.

Elementos de descrição: “ Estantes”; “Tomos”.

Secção final: “ Manuscritos” (fls. 28r-31r).

Exemplificação dos itens: “ Estante A | Biblia Sagrada de Calmet | 18 [tomos]” (f. 7r); “ Q | Arte de falar | 1” (f. 19v); “ Q | Efemerides de Nautica | 11” (f. 19v); “ Manuscriptos – Comentario a fizica | 1” (f. 28v).

78. Livro do recibo e despesa pertencente á Livraria deste Mosteiro de Tibaens, Principia em mayo de 1758 sendo geral o nosso R.mo P. OS.r Fr. Francisco de S. Joze, 1795, 96 fls.

ADB [**Arquivo Distrital de Braga**], Fundo Monástico–Conventual, Mosteiro de São Martinho de Tibães, livro 489.

Data: 1758-1795.

Tipologia: livro de receitas e despesas. – Redigido por Frei Alexandre de Santo António.

Notas. O título foi retirado da capa. – A data foi escrita por outra mão. – O códice contém várias folhas brancas.

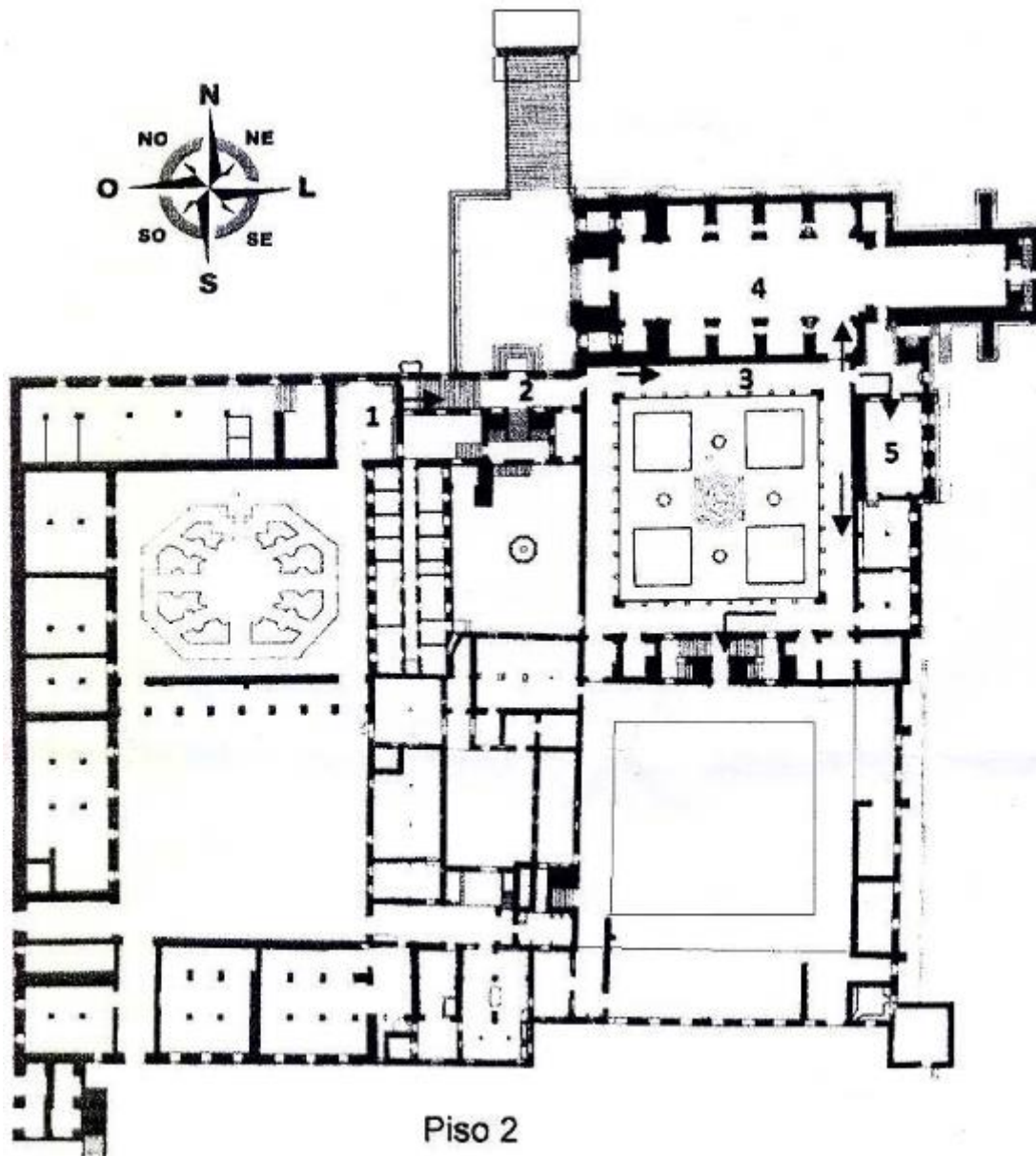
79. Livro de Rezam do Irmão Fr. José de Santo António Villaça Natural de Braga, do Terreiro de S. Lazaro, pera nele assentar os defuntos que falecem e tudo o que deuo., ou me duem, da mesma Sorte o que Inpresto, ou me inprestam, onde estiuer - pg – hé que esta satisfeito ou do que inpresto, ou o que me inprestam.

ADB [**Arquivo Distrital de Braga**], Tibães, N. 728.

Transcrição: SMITH 1972. – O autor refere a existência dos livros de outros frades: Frei José de São Francisco de Sales, Frei António do Rosário; Frei Manuel dos Prazeres, Frei Francisco de São José (ADB, Tibães, NN. 727, 729-730, 732). – O documento não foi examinado. – Datado da segunda metade do século XVIII.

(GIURGEVICH; LEITÃO, 2016, p. 22-26).

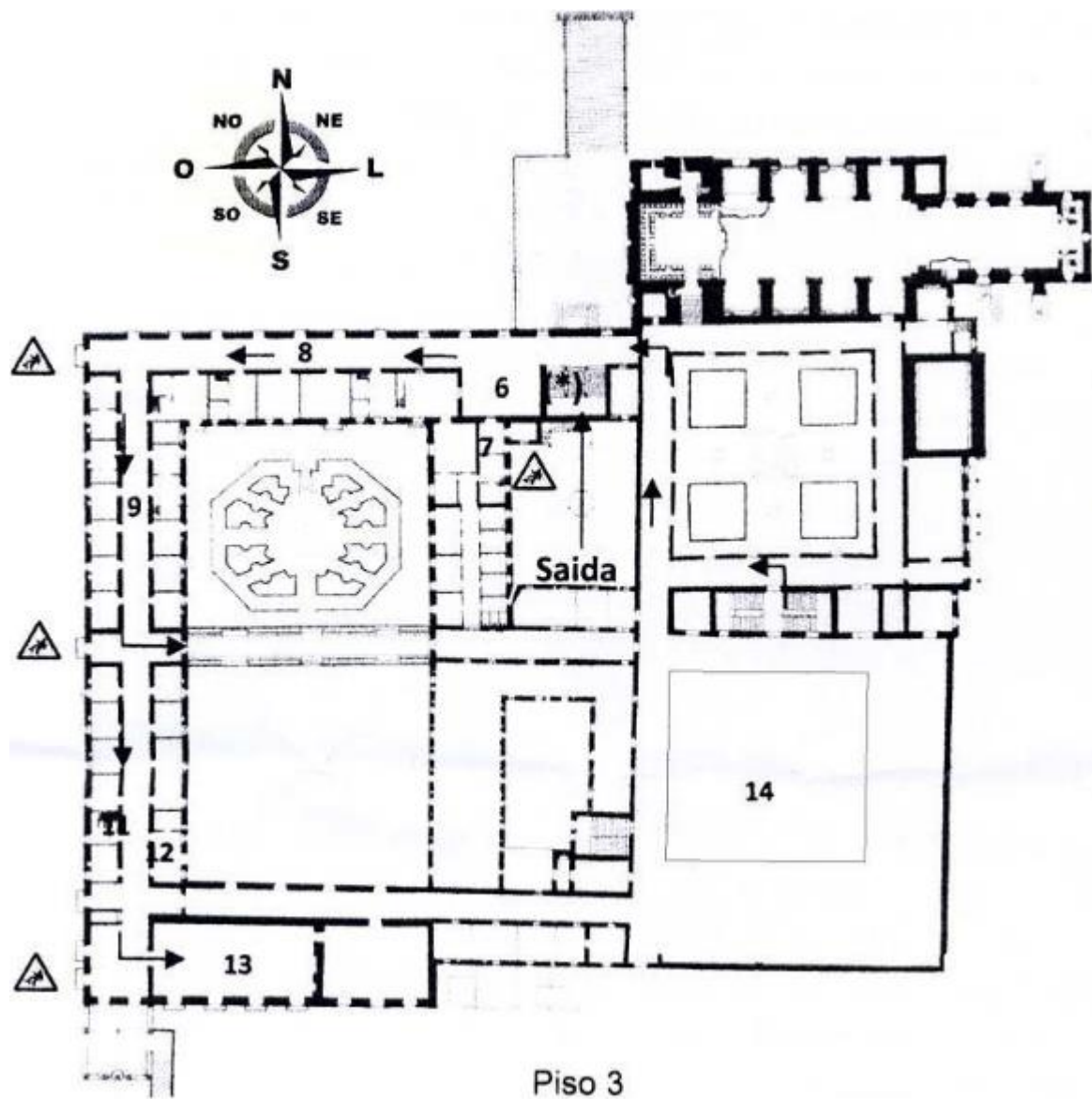
ANEXO B – PLANTA DO MOSTERIO DE SÃO MARTINHO DE TIBÃES 1ª PARTE



1•Portão dos Carros (Entrada/Saída); 2•Portaria; 3•Claustro do Cemitério; 4•Igreja; 5•Sacristia; 6•Salão da Ouvidoria; 7•Aposentos do Abade Geral; 8•Galeria dos Geraís; 9•Hospedaria; 10•Passadiço e Jardim de S. João; 11•Secretas; 12•Barbearia e Botica; 13•Sala do Capítulo; 14•Claustro do Refeitório.

(MOSTEIRO de Tibães, 2012, Não paginado).

ANEXO C – PLANTA DO MOSTEIRO DE SÃO MARTINHO DE TIBÃES 2ª PARTE



1•Portão dos Carros (Entrada/Saída); 2•Portaria; 3•Claustro do Cemitério; 4•Igreja; 5•Sacristia; 6•Salão da Ouvidoria; 7•Aposentos do Abade Geral; 8•Galeria dos Geraís; 9•Hospedaria; 10•Passadiço e Jardim de S. João; 11•Secretas; 12•Barbearia e Botica; 13•Sala do Capítulo; 14•Claustro do Refeitório. O acesso à porta dos Carros/Loja efectua-se pelas escadas situadas junto ao Salão da Ouvidoria (6) e Portaria (2).

(MOSTEIRO DE TIBÃES, 2012, Não paginado)

ANEXO D – TRANSCRIÇÃO DA LEGENDA DAS NOTAS SOBRE OS ESPAÇOS DA PLANTA

1. Portão dos Carros (Entrada/Saída)

2. Portaria

A Portaria de Cima, construída em finais do século XVII, guarda como marcas desse uso a velha porta, encimada pela Imagem da Sr.^a do Pilar, criada, em 1721, pelo escultor beneditino Frei Cipriano da Cruz, com o ralo e a sineta e os armários para o pão e os remédios. Estes ladeiam a escada que conduz ao piso superior.

3. Claustro do Cemitério

Construído na primeira metade do século XVII, sobre partes da edificação do mosteiro medieval, tem no seu pavimento os túmulos dos monges. É constituído por: lanços de arcaria toscana; tecto em caixotões de madeira; chafariz e canteiros de granito de 1757. É decorado com painéis de azulejos de 1770 com a vida de São Bento. Estes foram restaurados em 1999 optando-se por uma intervenção de conservação nos da ala Sul, muito danificados pelo incêndio de 1894 que destruiu parte do Claustro do Refeitório, e pela colocação da chacota sem vidro no lugar dos ausentes. Perduram as trabalhadas portadas em granito desenhadas por Frei José de Santo António Vilaça, entre 1761 e 1764 para as capelas que aí existiam.

4. Igreja

A actual igreja, construída no local da antiga igreja românica, foi erigida entre 1628 e 1661 seguindo a concepção maneirista. Apresenta planta em forma de cruz latina, nave ampla com abóbada de cantaria, três capelas laterais de cada lado e dois altares no transepto. Num primeiro momento o programa decorativo seguiu a gramática maneirista, ainda visível no retábulo da Capela de Santa Gertrudes, mas a linguagem barroca, nas suas diferentes propostas, o rococó e o neoclássico instalaram-se ocupando capelas, retábulos, órgão, púlpitos, sanefas.

Foi o trabalho notável de um grupo de arquitectos, entalhadores, escultores e douradores, onde se encontram nomes como Manuel Álvares, Frei João Turriano, António de Andrade, Frei Cipriano da Cruz, Agostinho Marques, António Fernandes Palmeira, André Soares, José Álvares de Araújo, Frei José de Santo António Vilaça, Luís de Sousa, que tornaram esta Igreja do num dos mais elevados expoentes da arte portuguesa.

5. Sacristia

Construída no triénio de 1680-1683, tem tecto de caixotões em granito pintado, chão de pedra de Montes Claros. A sua decoração foi remodelada na segunda metade do século XVIII, época de que são o retábulo, os caixilhos, as sanefas, criação rococó de André Soares e Frei José de Santo António Vilaça, e as pinturas dos quatro evangelistas do pintor italiano Pasquale Parente. Mantém do programa inicial o mobiliário e o conjunto de 12 esculturas em terracota da autoria de Frei Cipriano da Cruz, representando quatro reis santos beneditinos, as sete virtudes e uma alegoria à Igreja. Estas esculturas receberam policromia nova aquando da remodelação no séc. XVIII.

6. Salão da Ouvidoria

Construído entre 1683-1686 e reformulado em finais do século XVIII, quando é dada nova forma aos Aposentos do Abade Geral, apresenta ainda da imponência de outrora os grandes tabuões de pinho manso do chão e o belo teto de grandes caixotões de madeira de castanho entalhada com cachorros e florões policromados. Possuía ao centro uma mesa, bancos de encosto a toda a volta da sala e do lado direito um relógio de pé alto com caixa pintada.

Nesta sala o Abade escutava os habitantes do couto quanto estes vinham reclamar das decisões proferidas pelo juiz.

Junto à sala está um grande quadro pintado a óleo sobre madeira, com a representação de S. Martinho de Tours e no chão podemos observar o tamanho das tábuas do soalho em pinho manso.

7. Aposentos do Abade Geral

O Abade do Mosteiro era também o abade da congregação tinha por isso um amplo espaço a ele reservado com capela, jardim e salas das visitas próprias.

8. Galeria dos Gerais

Espaço construído em finais do séc. XVII, aqui se situavam as celas daqueles que auxiliavam o Abade Geral na administração da Congregação Beneditina de Portugal: o padre Secretário, o padre Companheiro do Abade, o Padre Gastador, a Secretaria e a cela dos antigos Abades Gerais.

As paredes da Galeria estavam cobertas com quadros de Papas, Bispos, Filósofos, Príncipes e Reis. Uma cinta de azulejos azuis e brancos corriam ao longo do corredor. O tecto era pintado a azul, branco e dourado.

9. Hospedaria

Construída em finais do século XVII, tinha 16 celas para os hóspedes, a casa da rouparia, a barbearia, a botica e as secretas. As celas eram pequenas e tinham como mobiliário uma cama, algumas cadeiras e uma mesa de castanho. Eram iluminadas por velas colocadas em castiçais de latão.

O acolhimento dos hóspedes e dos peregrinos mereceu de S. Bento um tratamento especial na sua Regra. Receber os hóspedes era um ato de fé, estes eram entregues ao cuidado do Monge Hospedeiro que nunca devia perguntar-lhes novas do mundo, mas sim tratá-los com palavras santas e devotas. O hóspede devia obediência ao Abade, tinha de respeitar a regra do silêncio, de assistir ao ofício da Terça e das Completas e não comunicar com a comunidade. Comia no Hospício, actual restaurante, local distinto do Refeitório conventual, e era-lhe exigido um pagamento pela estadia, se ficasse por um período superior a três dias.

10. Passadiço e Jardim de São João

Construído no triénio de 1731-34 é obra do mestre pedreiro Manuel Fernandes. Tem alegretes para flores, assentos e parapeitos de pedra e uma fonte com o Cordeiro. Apresenta arcadas para a zona

de serviço a sul e para norte, um grande pano de parede rebocada com um nicho de pedra com a imagem de vulto, em terracota, de S. João Batista.

A norte do Passadiço levanta-se, implantado sobre uma plataforma octogonal elevada, o Jardim de S. João. Ladeado por alegretes tem Oito canteiros contidos numa "sebe" de cantaria de granito e no meio um chafariz de pedra lavrada, outrora pintada e dourada.

11. Secretas

As lavagens eram realizadas nas celas, aqui tinham as retretes cujos dejectos caíam directamente na nitreira.

12. Barbearia e Botica

O barbeiro deslocava-se ao Mosteiro de 12 em 12 dias para barbear os monges, desde a véspera que um caldeirão de água fervia com carqueja na barbearia. O barbeiro também fazia sangrias, lançava sanguessugas e tirava dentes.

Em 1797 o espaço da barbearia foi reduzido para ser montada uma botica «para o gasto da caza e dos Pobres com manifesta utilidade pela promptidão dos remedios e ainda pela diminuição do Gasto. » Tinha potes, mangas e almofarizes, drogas e ervas medicinais e publicações especializadas, com relevo para as farmacopeias.

13. Sala do Capítulo

A "Caza do Capitulo" é um dos espaços mais nobres e belos do Mosteiro. Apesar de construída em 1700, de cuja época mantém o bonito tecto de caixotões de madeira pintada, rematados por uma platibanda policromada de madeira entalhada, com mísulas, folhas, urnas, cabeças de anjos e pássaros, foi completamente reedificada no triénio 1783/1786. Então, rasgaram-se-lhe as amplas janelas com sacadas, solhou-se de novo com grandes tabuões de pinho manso, montou-se um novo retábulo com risco de Frei José de Santo António Vilaça e um quadro alusivo ao Espírito Santo, decoraram-se as paredes com painéis de azulejo rococós sobre passos da vida de José do Egipto e puseram-se os grandes quadros com ricos caixilhos de madeira entalhada, pintada e dourada de S. Bento e de Santa Escolástica, de Frei Plácido Villa Lobos e de Frei Pedro de Chaves (os reformadores quinhentistas da Ordem Beneditina); de D. Sebastião e do Cardeal D. Henrique; dos Papas Clemente XIII e Pio VI. Estes quadros, alguns da autoria de Frei José da Apresentação, vieram fazer companhia aos 50 retratos da "Galeria dos Gerais", mandada pintar em 1758. A maior parte deles foram vendidos pelos antigos proprietários do Mosteiro nos anos oitenta, mas alguns já com o empenho do Mosteiro de Tibães e de várias entidades públicas e privadas já regressaram à sua origem.

14. Claustro do Refeitório

Este claustro sofreu um grande incêndio em 1894 que fez colapsar as alas sul, norte e nascente. A ala poente foi então cosida ao restante edifício até entrar em ruína. Todos os arcos, pedras e fontes foram vendidos. A arqueologia permitiu tornar a marcar a métrica do espaço e revelou os vestígios do refeitório. A recuperação deu-nos um espaço novo, para onde dão as reabilitadas valências de

acolhimento dos beneditinos, uma hospedaria, no local do Coristado, e um restaurante, no local do Hospício, geridas pela comunidade das Missionárias Trabalhadoras da Imaculada que aqui têm a sua casa, no local do Noviciado.

(MOSTEIRO DE TIBÃES, 2012, Não paginado)

ANEXO E – FOTOS DO MOSTEIRO DE SÃO MARTINHO DE TIBÃES

Foto: Mosteiro de São Martinho de Tibães



Fonte: (MOSTERIO DE TIBAES.ORG, [199-?], Não paginado).

Foto: Portaria



Fonte: (MOSTERIO DE TIBAES.ORG, [199-?], Não paginado).

Foto: Sacristia



Fonte: (MOSTERIO DE TIBAES.ORG, [199-?], Não paginado).

Foto: Claustro do cemitério



Fonte: (MOSTERIO DE TIBAES.ORG, [199-?], Não paginado).

Foto: Igreja



Fonte: (MOSTERIO DE TIBAES.ORG, [199-?], Não paginado).

Foto: Coro alto



Fonte: (MOSTERIO DE TIBAES.ORG, [199-?], Não paginado).

Foto: Salão da Ouvidoria



Fonte: (MOSTERIO DE TIBAES.ORG, [199-?], Não paginado).

Foto: Galeria dos Gerais



Fonte: (MOSTERIO DE TIBAES.ORG, [199-?], Não paginado).

Foto: Hospedaria



Fonte: (MOSTERIO DE TIBAES.ORG, [199-?], Não paginado).

Foto: Passadiço



Fonte: (MOSTERIO DE TIBAES.ORG, [199-?], Não paginado).

Foto: Barbearia e botica



Fonte: (MOSTERIO DE TIBAES.ORG, [199-?], Não paginado).

Foto: Sala do capítulo



Fonte: (MOSTERIO DE TIBAES.ORG, [199-?], Não paginado).

Foto: Reconstituição virtual do refeitório por Sinal Vídeo



Fonte: (MOSTERIO DE TIBAES.ORG, [199-?], Não paginado).

Foto: Cozinha



Fonte: (MOSTERIO DE TIBAES.ORG, [199-?], Não paginado).